



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

IGOR OLIVEIRA DA SILVA

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE:
locus da identidade potiguar e preservação da memória nacional

JOÃO PESSOA/PB

2020

IGOR OLIVEIRA DA SILVA

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE:

locus da identidade potiguar e preservação da memória nacional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gracy Kelli Martins Gonçalves

Área de Concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade

Linha de Pesquisa: Informação, Memória e Sociedade.

JOÃO PESSOA/PB

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586i Silva, Igor Oliveira da.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: locus da identidade potiguar e preservação da memória nacional / Igor Oliveira da Silva. - João Pessoa, 2020.

163 f. : il.

Orientação: Gracy Kelli Martins Gonçalves.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Ciência da Informação. 2. Instituições de memória.
3. Instituto Histórico e Geográfico do RN. 4. Memória nacional. 5. Pós-custodialismo. I. Gonçalves, Gracy Kelli Martins. II. Título.

UFPB/BC

IGOR OLIVEIRA DA SILVA

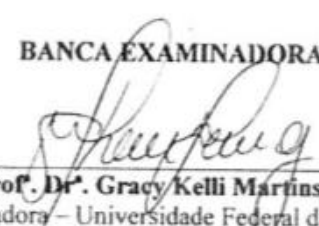
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE:

locus da identidade potiguar e preservação da memória nacional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, em nível de Mestrado Acadêmico, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em 26/03/2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Gracy Kelli Martins Gonçalves
Orientadora – Universidade Federal da Paraíba



Prof. Dr. Maria Nilza Barbosa Rosa
Examinadora Interna – Universidade Federal da Paraíba



Prof. Dr. Odemar Leotti
Examinador Externo – Universidade Federal de Mato Grosso



Prof. Dr. Gabrielle Francine de Souza Carvalho Tanus
Examinadora Externa – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Dedico este trabalho de pesquisa aos meus pais. Sua grande força foi a mola propulsora que permitiu o meu avanço, mesmo durante os momentos mais difíceis. Agradeço do fundo do meu coração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à Deus, pelo dom da vida e da sabedoria, e pela oportunidade concedida em ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

À minha mãe Rosineide Vieira e ao Meu pai Ivani Ferreira, por serem a voz motivadora que constantemente me incentivaram aos estudos, tornando possível a obtenção dessa conquista. O que sou hoje, agradeço a vocês.

Ao meu irmão Italo Oliveira, à minha cunhada Roberta Aires e as minhas sobrinhas Cecília Aires e Celina Aires, pela disposição e disponibilidade em me ajudar sempre que necessário. A vocês, meu muito obrigado.

À minha tia Francinete Vieira, à minha prima Flávia Bruna e aos meus primos Pablo Bruno, Heitor Bruno e Fabio Bruno, que junto a Jessica Alves contribuíram por meio de palavras e gestos para concretização dessa conquista.

Agradeço também aos meus amigos Valdério Freire e Zenildo Correia pelo apoio e encorajamento que me deram para que pudesse seguir adiante. Sempre dispostos a me apoiar, ouvir minhas dificuldades e me ajudar a encontrar solução.

À Juliana Varela, uma amiga que Deus me presenteou na capital Paraibana. Levarei para sempre todos os momentos vivenciados e juntos compartilhado. Todas as minhas alegrias pude compartilhar com você.

À Davi, à Bruno José e à CEP, pelo acolhimento e pela assistência prestada durante o período em que residir em João Pessoa/PB. Sem vocês, tudo teria sido mais difícil.

À minha orientadora Profa. Dra. Gracy Kelli Martins (PPGCI/UFPB), pela paciência ao longo de dois anos e pelas constantes correções e contribuições que me auxiliaram com o desenvolvimento de reflexões úteis para construção desse trabalho.

Aos professores membros da banca avaliadora, que prontamente aceitarem o convite para participarem da qualificação e da defesa dessa dissertação. São eles: Profa. Dra. Maria Nilza (PPGCI/UFPB), Profa. Dra. Gabrielle Francine (DECIN/UFRN) e ao Prof. Dr. Odemar Leotti (ICHS/UFMT) que deram importantes contribuições para o aperfeiçoamento dessa pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB), aos (as) secretários (as) e ao conjunto de professores (ras) que tive a oportunidade de conhecer e manter contato ao longo dessa caminhada.

Ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), instituição de memória que a partir da constante vivência durante agosto de 2017 e março de 2018, me despertou interesse em aprofundar os estudos acerca da instituição, tornando-se objeto de estudo dessa dissertação. Agradeço também aos membros que compunha a presidência: Ormuz Simonetti e aos diretores Gustavo Sobral e Pedro Simões.

Por fim, agradeço a CAPES, uma vez que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte faz renascer sempre a chama da brasilidade de nosso povo, em terras potiguares, transmitindo, de geração à geração, a mensagem séria e verdadeira, oriunda da pesquisa que amplia e engrandece o patrimônio cultural do mundo” (Enélio Lima Petrovich, 1988).

RESUMO

Este trabalho objetiva compreender como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte tem desempenhado as práticas de preservação, organização e disseminação da memória nacional, a fim de viabilizar o acesso e efetivo uso das informações contidas nos registros documentais existentes sob sua guarda. Para isso, utilizou-se como aporte teórico os paradigmas custodial e pós-custodial desenvolvidos por Armando Malheiro e Fernanda Ribeiro no âmbito da Ciência da Informação. A pesquisa se constitui um Estudo de Caso de natureza qualitativa e de cunho bibliográfico e documental que utiliza a análise de conteúdo como procedimento metodológico para tratar os dados coletados. Ao entender a memória como campo de estudo da Ciência da Informação, consideramos que ela surge no campo da Filosofia e Psicologia, e que, posteriormente, é incorporada pelas Ciências Sociais, que passam a entender a memória a partir de uma perspectiva ampla e coletiva. Assim, diante das múltiplas possibilidades de realizar trabalhos no campo da memória, está a de compreender a função social desempenhada pelas instituições de memórias em manter as identidades sociais. Contextualizamos a criação do Instituto Histórico de Paris na primeira metade do século XIX e seu processo de transnacionalização para outras regiões longínquas. Ao expandir seus limites territoriais, viabilizou-se a criação de outras instituições memorialistas responsáveis por contribuir para o fortalecimento da memória nacional, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, e o Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai em 1843. Propomos um conceito de memória nacional e analisamos sua interface com as questões raciais no espaço brasileiro. Retratar o contexto histórico que motivou a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte no começo do século XX e o processo de formação das coleções que compõem o Arquivo, Biblioteca e Museu. Como resultados da pesquisa, apresentamos quais aspectos de preservação, organização, acesso e uso foram empreendidos pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte nos últimos anos, tendo por finalidade contribuir com as práticas pós-custodiais existentes nas Instituições de Memória. Consideramos, a partir dos elementos apresentados, que os Institutos Históricos e Geográficos se constituem importantes *locus* de memória que devem ser resguardados e preservados para as futuras gerações.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Instituições de memória. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Memória nacional. Pós-custodialismo.

ABSTRACT

This work aims to understand how the Historical and Geographic Institute of Rio Grande do Norte has performed the practices of preservation, organization and dissemination of national memory, in order to facilitate the access and effective use of the information contained in the documentary records under its custody. For this, the custodial and post-custodial paradigms developed by Armando Malheiro and Fernanda Ribeiro in the scope of Information Science were used as theoretical support. The research is a case study of a qualitative nature and of bibliographic and documentary nature that uses content analysis as a methodological procedure to treat the collected data. When understanding memory as a field of study of Information Science, we consider that it arises in the field of Philosophy and Psychology, and that, later, it is incorporated by the Social Sciences, which come to understand memory from a broad and collective perspective. Thus, in view of the multiple possibilities of carrying out work in the field of memory, it is to understand the social role played by institutions of memories in maintaining social identities. We contextualize the creation of the Historical Institute of Paris in the first half of the 19th century and its process of transnationalization to other distant regions. By expanding its territorial limits, it was possible to create other memorial institutions responsible for contributing to the strengthening of national memory, such as the Brazilian Historical and Geographic Institute, in 1838, and the Historical and Geographic Institute of Uruguay in 1843. We propose a concept of national memory and we analyze its interface with racial issues in the Brazilian space. We portray the historical context that motivated the creation of the Historical and Geographic Institute of Rio Grande do Norte at the beginning of the 20th century and the process of forming the collections that make up the Archive, Library and Museum. As a result of the research, we present which aspects of preservation, organization, access and use have been undertaken by the Historical and Geographic Institute of Rio Grande do Norte in recent years, with the purpose of contributing to the post-custodial practices existing in the Memory Institutions. We consider, based on the elements presented, that the Historical and Geographical Institutes are important locus of memory that must be preserved and preserved for future generations.

Keywords: Information Science. Institutions of memory. Historical and Geographic Institute of Rio Grande do Norte. National memory. Post-custodialism.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - Localização do IHGRN.....	22
IMAGEM 2 - Sócios fundadores do IHGRN em 1902.....	75
IMAGEM 3 - Fachada da Instituição.....	78
IMAGEM 4 - Primeira fotografia do IHGRN.....	89
IMAGEM 5 - Brasão do Império e pelourinho.....	90
IMAGEM 6 - Biblioteca Enélio Lima Petrovich.....	110
IMAGEM 7 - Instalação das estantes deslizantes.....	114
IMAGEM 8 - Mobiliário.....	114
IMAGEM 9 - Disposição do museu.....	129
IMAGEM 10 - Informações do Museu do IHGRN no CNM.....	130

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Funções dos colaboradores entrevistados.....	24
QUADRO 2 – Tipos de questionários.....	26
QUADRO 3 – Os paradigmas e suas características.....	27
QUADRO 4 – Cronologia da criação dos Institutos Históricos do Brasil.....	72
QUADRO 5 – Posicionamento dos colaboradores sobre os aspectos de preservação...96	
QUADRO 6 – Posicionamento dos colaboradores sobre os aspectos de organização.112	
QUADRO 7 – Posicionamento dos colaboradores sobre os aspectos de acesso e uso.119	
QUADRO 8 – Projetos de digitalização de documentos do IHGRN (2008-2018).....	124
QUADRO 9 – Adesão dos IHG's estaduais aos eventos nacionais.....	131

LISTA DE SIGLAS

ALRN - Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

AN - Arquivo Nacional

CI - Ciência da Informação

CNM - Cadastro Nacional de Museus

FCRB - Fundação Casa de Rui Barbosa

FJA - Fundação José Augusto

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

IHGRN - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGU - Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai

IPHIN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JFRN - Justiça Federal do Rio Grande do Norte

LABIM - Laboratório de Imagem

LABRE - Laboratório de Restauração

OI - Organização da Informação

STJ - Supremo Tribunal de Justiça

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Apresentação da pesquisa.....	16
1.2	Delineamento metodológico.....	21
2	A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO PARADIGMA PÓS-CUSTODIAL.....	29
2.1	Os paradigmas no campo da Ciência da Informação.....	29
3	APROPRIAÇÃO DA MEMÓRIA PELA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E O PAPEL LEGITIMADOR DAS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA.....	38
3.1	A memória coletiva: antecedentes históricos e sua relação com outras áreas do conhecimento.....	38
3.2	O conceito de memória na Ciência da Informação e sua interface com as instituições de memórias.....	44
4	A FORMAÇÃO DE INSTITUIÇÕES MEMORIALISTAS E SUA TRANSNACIONALIZAÇÃO: O INSTITUTO HISTÓRICO DE PARIS E DEMAIS INSTITUIÇÕES CONGÊNERES.....	51
4.1	A criação dos Institutos Históricos: aspectos históricos institucionais.....	52
4.2	O papel atual dos Institutos Históricos e Geográficos na manutenção da memória nacional.....	57
5	MEMÓRIA NACIONAL: FORMULAÇÃO DE UM CONCEITO E RELAÇÕES COM O BRASIL.....	62
5.1	Memória nacional: um conceito.....	62
5.2	Memória nacional, identidade brasileira e questões raciais.....	67
6	INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA INSTITUIÇÃO DE MEMÓRIA PARA A SOCIEDADE POTIGUAR.....	72
6.1	A trajetória da mais antiga Instituição cultural do RN: sedes, estatutos, revistas e sócios.....	74

6.2	A constituição de coleções do IHGRN.....	81
6.2.1	Biblioteca.....	82
6.2.2	Arquivo.....	85
6.2.3	Museu.....	88
7	TRADIÇÃO E INOVAÇÃO NAS PRÁTICAS CUSTODIAIS DA CASA DA MEMÓRIA POTIGUAR.....	93
7.1	Preservação da Informação: na busca de superar o atraso.....	94
7.2	Organização da informação: um panorama.....	105
7.3	Acesso e uso da informação: um passo para modernidade.....	117
7.3.1	Reorganização do arquivo e biblioteca.....	121
7.3.2	Informação e memória digital.....	123
7.3.3	Recursos das <i>Web 2.0</i>	126
7.3.4	Museu: curadorias e exposições.....	127
7.4.5	Participação em eventos nacionais.....	130
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
	REFERÊNCIAS.....	136
	APÊNDICES	
	ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

A memória, tida como uma reconstrução contínua e atualizada do passado, é um elemento indispensável para a formação das identidades culturais, vindo a se tornar objeto de estudo científico desde o século XIX. A partir de múltiplas visões, o entendimento comum é preservar a memória para que as sociedades, à medida que se desenvolvam, não percam os valores, as tradições e, acima de tudo, o conhecimento construído por outros grupos que as antecederam. Essa preservação possibilita que a memória não seja fragmentada, existindo a criação de um vínculo dos indivíduos com suas origens, ainda que a ruptura com o passado seja inevitável.

Com o avanço desses estudos, nas últimas décadas têm emergido na Ciência da Informação pesquisas de cunhos memorialísticos, que assim como os outros campos do conhecimento, estão voltados para a preservação da memória contida nos registros documentais, também entendidos como fonte de informação. A preocupação com a preservação rompe com o ciclo natural do esquecimento, algo que é comum, devido à limitação de nossa mente em armazenar informações, pois, como afirma Assmann (2011, p. 34), “a lembrança não está guardada em um repositório seguro”. Assim, a memória é considerada uma fonte potencial de informações, que para se manter no meio social deve ser registrada, e constantemente acessada, permitindo o efetivo uso dos seus registros para produção e atualização das memórias coletivas.

Neste trabalho, entendemos que a produção e a reprodução da memória só são possíveis quando as instituições de memórias facilitam o acesso e uso de informações custodiadas por elas. Com esse entendimento, recorreremos ao paradigma pós-custodial, emergente na Ciência da Informação e elaborado por Armando Malheiro e Fernanda Ribeiro, professores vinculados à Universidade do Porto – Portugal, que nos últimos anos vêm se dedicando ao tema.

Os autores afirmam que a perspectiva histórica e custodial existente desde o Mundo Antigo, têm adquirido novos contornos, que com as revoluções tecnológicas do século XX, alterou as condições sociais e econômicas, proporcionando a substituição da lógica instrumental, voltada para os instrumentos de práticas operativas, pela lógica científico-compreensiva, que entende a informação como um elemento social inerente a qualquer entidade ou organização e que os gestores da informação devem entendê-la como uma prática inerente a estrutura e a cultura organizacional.

Nesse aspecto, a Ciência da Informação, bem como a Biblioteconomia, desenvolve mecanismos que podem contribuir com a organização do conhecimento, na tentativa de facilitar a busca e recuperação da informação, por meio da análise de conteúdo, indexação, classificação e outras formas de representação que visam proporcionar a disseminação do conhecimento produzido por aqueles que nos antecederam, como também por aqueles que vivem na contemporaneidade.

1.1 Apresentação da pesquisa

Ao estabelecer a memória como fio condutor para o desenvolvimento deste trabalho e os aspectos paradigmáticos, já mencionados, como componente teórico, optamos por relacioná-los à realidade dos Institutos Históricos e Geográficos e, em específico, ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), Instituição localizada na cidade do Natal/RN, que há mais de 100 anos presta serviço à sociedade potiguar, sendo reconhecido pela atuação a favor da preservação dos valores culturais, sob o *slogan* “A mais antiga entidade cultural do Rio Grande do Norte”¹.

A partir desses aspectos, o objetivo geral de investigação consiste em: Compreender como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte tem desempenhado as práticas de preservação, organização e disseminação da memória nacional, a fim de viabilizar o acesso e efetivo uso das informações contidas nos registros documentais existentes sob sua guarda.

Quanto aos objetivos específicos pretende-se:

- Discutir os imbricamentos existentes entre os paradigmas custodial e pós-custodial;
- Examinar qual entendimento de memória nas Ciências Humanas possuem;
- Refletir a relevância dos Institutos Históricos e Geográficos para a construção da memória nacional;
- Identificar e analisar as ações que a biblioteca, o arquivo e o museu do IHGRN realizam para a preservação da memória do Estado potiguar.

Nos últimos anos, os pesquisadores que se deslocam até o IHGRN para realizarem pesquisas não obtêm sucesso, pois o acervo documental se encontra inacessível para consulta, devido a execução de um projeto de reorganização e tratamento técnico, a

¹ ihgrn.org.br

exemplo das práticas de conservação e preservação², visando aumentar a durabilidade dos suportes, visto que muitos se encontram em processo de deterioração. Contudo, Silva (2005, 2006) nos lembra da emergência do paradigma pós-custodial, caracterizando por um natural dinamismo e pela valorização informacional, voltado para o acesso público e desenvolvido entre os profissionais da informação, sobretudo no ocidente nos últimos anos. Diante dessa conjuntura, **esta pesquisa pretende responder a seguinte indagação:** Quais os mecanismos que a Instituição pode adotar a fim de contribuir com as práticas pós-custodiais de disseminação, acesso e uso das informações?

Tendo em vista que os Institutos Históricos e Geográficos são comumente objeto de estudo de historiadores, tais quais, Salgado Guimarães (1988), Lilia Schwarcz (1993), Arno Wehling (2010), Lucia Guimarães (2011), Odemar Leotti (2013), Antonio Ferreira e Marcelo Mahl (2017), pretende-se deixar claro que esta pesquisa não se trata de um trabalho histórico, ainda que se utilize de seus métodos de investigação. Outrossim, visa trazer para a Ciência da Informação os Institutos Históricos e Geográficos para compor parte dos estudos acerca da memória institucional, campo que já está sendo desenvolvido na CI por autores como Galindo (2015), Thiesen (2013) e Camargo e Goulart (2015), procurando entender, dentre outros elementos, como essas instituições de memória salvaguardam os diversos registros que podem ser transformados em potenciais informativos para a construção das identidades e da memória nacional, respeitando as demarcações existentes entre os respectivos estados brasileiros.

No entanto, para entender a função histórica e social dos IHG, recorreu-se à história, área em que já é possível identificar, a partir de um levantamento prévio, a existência de uma quantidade significativa de trabalhos que discorrem sobre temáticas relacionadas a essas instituições. No âmbito da Ciência da Informação, instituições como estas ainda não foram trabalhadas de forma específica, as discussões são generalizadas em torno de temáticas como Instituições de Memórias, Centros de Memória, Memória Institucional e Centros de documentação.

Este trabalho originou-se a partir da atuação do autor como estagiário do IHGRN. O contato direto e contínuo no espaço institucional despertou inquietações que motivaram a realização desta pesquisa. Esse contato despertou a percepção para o potencial que estes espaços possuem no que tange ao desenvolvimento de estudos sobre o ambiente

² Silva (2006, p. 159) afirma que a preservação “anda associada ao conceito de Conservação, como uma nuance mais política fincada no último quartel do século XX: conjunto de medidas de gestão tendentes a neutralizar potenciais factores de degradação de documentos”.

institucional e a guarda de registros memorialísticos, pois muitos são os usuários que buscam a Instituição para acesso à informações que são custodiadas de forma única e exclusiva pelo IHGRN.

As atividades realizadas no período de estágio coincidiram com início do processo de reorganização do acervo bibliográfico e documental. Nesse período, foram elaborados relatórios semestrais publicados nas páginas das revistas (SOBRAL; SILVA, 2018), como uma forma de ficarem registradas pelos próximos anos as atividades desenvolvidas no período em que estivemos à frente da organização do acervo documental da Instituição. Também destacamos a produção da política de formação e desenvolvimento de coleções, elaborada como uma proposta para orientar aqueles que administram a biblioteca e o arquivo, por meio de diretrizes e normas que padronizam as atividades (SOBRAL; MENEZES; SILVA; MELO, 2018).

Ainda durante atuação no IHGRN foi desenvolvido um artigo intitulado *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: lócus do custodialismo da memória potiguar*, (SILVA, 2018) apresentado na XXI edição do EREBD³, que discute o contexto amplo de criação dos Institutos Históricos e Geográficos no Brasil, e em seguida analisa o contexto atual em que se encontra o acervo documental do instituto em questão. O trabalho foi premiado como o melhor artigo no GT 04 – Informação, memória e cultura.

Após a escrita desse artigo, e em conjunto com os diretores de arquivo, biblioteca e museu, nos propusemos a fazer um trabalho similar sobre todos os IHG dos estados do Brasil e do Distrito Federal, a fim de identificar seus aspectos históricos, serviços ofertados, composição de diretores e sócios, composição do acervo documental, dentre outros aspectos. A partir de um questionário elaborado e enviado às respectivas instituições, conseguimos obter as respostas de todas as instituições, permitindo a produção de uma obra intitulada *Institutos Históricos e Geográficos do Brasil*, lançada em março de 2019.

Dado este percurso, evidenciamos o presente momento em que temos a oportunidade de trabalhar com o IHGRN a partir de sua contribuição para construção da memória potiguar no meio científico, propondo um constante diálogo do conhecimento empírico com o campo científico, aqui representado por múltiplas áreas. Neste trabalho, a Ciência da Informação como uma área interdisciplinar, caminha de forma conjunta com

³O XXI Encontro Regional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação (EREBD), foi realizado em Recife/PE no período de 22 a 26 de janeiro de 2018.

a Geografia, a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia, a Biblioteconomia, a Arquivologia, a museologia e, sobretudo, a história.

Os IHG passam a ser campos de estudos para a Ciência da Informação, por comporem em uma única Instituição três outras que são fontes de acesso à informação, sendo elas a biblioteca, o arquivo e o museu, de forma que, quase todos os IHG do Brasil⁴ possuem essa estrutura funcional. Outra característica importante, que reforça o argumento de que essas instituições devem ser objeto de estudo da Ciência da Informação, é que elas são instituições que produzem informação por meio de periódicos. Essas publicações, são contínuas e oportunizam que os sócios e outros colabores propaguem para a comunidade institucional e para a sociedade como um todo, os trabalhos que estão sendo desenvolvidos no contexto atual dos Institutos.

Desse modo, com o objetivo de melhor desenvolver as propostas traçadas para este trabalho, optou-se por dividi-lo em oito seções. Esta primeira seção introdutória apresenta nossa questão de investigação, bem como os antecedentes, as justificativas que motivaram a pesquisa e o delineamento metodológico, que descreve o caminho que será percorrido para o desenvolvimento da pesquisa científica, por meio da definição de métodos e técnicas de investigação que visem à coleta de dados no campo empírico da pesquisa além das fontes documentais pertinentes para análise.

Na segunda seção, discorreremos de forma específica, acerca dos paradigmas no campo da Ciência da Informação, que desde fins do século XX tem desenvolvido estudos relacionados à alteração paradigmática do custodial ao pós-custodial, buscando compreender como esses paradigmas favorecem a construção da memória pertencente aos indivíduos, além de problematizar em que medida o pós-custodialismo deve acontecer, a fim de preservar os suportes informacionais custodiados pelas instituições de memórias.

Na seção subsequente, terceira, refletiremos como a memória é incorporada pelos diversos campos. A partir do enlace entre os múltiplos entendimentos sobre a memória, propomos uma discussão acerca da relevância que o campo da memória coletiva possui para a Ciência da Informação. Em vista disto, expomos uma análise de como se deu o processo de apropriação do conceito de memória no campo da Ciência da Informação e como as instituições memoriais contribuem na legitimação da memória e na disseminação das informações contidas nos registros informacionais.

⁴ Ao menos aqueles institutos que se encontram nas capitais dos estados brasileiros.

A quarta seção dá início a uma discussão em torno do processo de transnacionalização das instituições-memorialistas. Propomo-nos buscar na história as origens dos IHG e a forma como se expandiram e evoluíram no espaço, enfatizando o Instituto Histórico de Paris, tido como associação precursora na construção do conhecimento histórico que desencadeou um processo de internacionalização, expandindo-se por outros países e até mesmo continentes, como a América do Sul, sendo os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiro e o Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, seguidores do modelo parisiense, os primeiros a criarem na América instituições culturais voltadas ao saber histórico, cujo objetivo seria a construção do conhecimento e salvaguardar a memória nacional a partir de aspectos identitários.

Na quinta seção, é proposto um conceito para memória nacional, a partir do entendimento existente em torno do patriotismo que os indivíduos criam para com a nação. Além disso, destaca-se a conjuntura de criação Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e suas contribuições para construção da memória nacional. Neste capítulo, também é feita uma relação da memória nacional com a identidade brasileira, destacando as contribuições advindas da mestiçagem entre negro, índio e europeu.

A sexta seção, trata de forma específica do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Nela, é apresentado, a partir de uma perspectiva histórica, o contexto em que a Instituição foi criada e os esforços que intelectuais empreenderam para que o IHGRN pudesse se tornar realidade. Além de apresentar como se deu o processo de formação e desenvolvimento de coleções que compunha os recursos informacionais a partir da sua biblioteca, arquivo e museu.

Na sétima seção é apresentada a análise dos dados coletados. A partir da realização de entrevistas e da análise de conteúdo, foi possível observar aproximações e distanciamentos nos posicionamentos dos colaboradores e realizar uma análise minuciosa sobre as atividades de preservação, organização, acesso e uso que a Instituição tem desenvolvido.

Por fim, na oitava seção são elencadas nossas conclusões. Ressaltando que o IHGRN possui a corresponsabilidade, junto aos demais institutos existentes no Brasil, de salvaguardar a memória nacional, pois em um país de grande extensão territorial e de diversas manifestações culturais, os IHG's como instituições descentralizadas, são responsáveis por valorizar a cultura de cada Estado e por guardar suas tradições e seus valores culturais e locais.

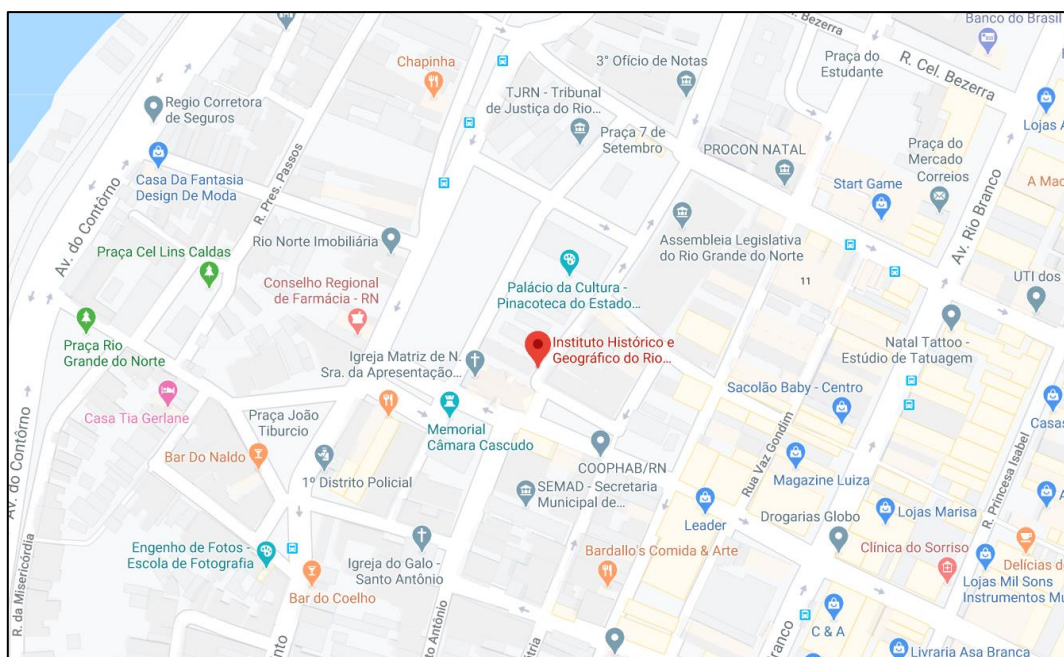
1.2 Delineamento metodológico

Com o propósito de atingir os objetivos inicialmente apresentados, é necessário, antes de tudo, expor o conjunto de ações executadas no decorrer da pesquisa para a coleta de dados. Essas ações, denominadas de metodologia, tornam-se então uma etapa fundamental, já que uma vez bem estruturadas, contribuem de forma significativa para a obtenção de resultados satisfatórios.

Entende-se por metodologia o estudo das técnicas e abordagens que norteiam a produção de um trabalho científico. Por isso, está associada aos aspectos práticos do fazer científico que, quando desenvolvidos, permitem que a ciência se aperfeiçoe mediante o conjunto de métodos criados. Segundo Gondim e Lima (2006, p. 53), “a metodologia explicita as questões norteadoras e as estratégias que serão utilizadas para abordagem empírica do objeto”.

Nesse sentido, a presente pesquisa configura-se um Estudo de Caso. Segundo Minayo (2009, p. 21), essa metodologia “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e da atualidade”. De caráter qualitativo, o estudo tem como campo de pesquisa empírica (recorte espacial) o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), Instituição que, conforme apresenta a Imagem 1, está localizada na Rua da Conceição 622, Centro, Natal/RN. O IHGRN presta serviço público à sociedade há mais de 100 anos, Há mais de 100 anos, por meio de eventos culturais, publicação de periódicos e abertura para visitas diárias que contribuem de forma positiva na composição dos valores identitários locais.

Imagem 1 - Localização do IHGRN



Fonte: Google maps (2020).

Ao longo dos anos, o IHGRN tem encontrado dificuldades para preservar seu acervo e organizar a diversidade de registros informacionais acumulados. Assim, percebe-se a necessidade de um aprimoramento em suas práticas institucionais, surgiu o interesse para a realização desse trabalho que, identificando-as, visa contribuir apontando possíveis estratégias a serem adotadas pela Instituição, viabilizando maior aproximação da sociedade norte-rio-grandense junto ao espaço institucional.

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica porque utiliza como fonte um conjunto de publicações produzidas por outrem e resultados de pesquisas que discorrem sobre temáticas transversais ao que abordamos. É documental por utilizar, como *corpus* documental, fontes produzidas no âmbito da Instituição de cunho histórico ou contemporâneo para coleta de dados.

Segundo Dencker, a coleta de dados é (2007, p. 165), “a fase do método de pesquisa que tem por objetivo obter informações sobre a realidade”. Assim, a coleta inicial de dados se deu nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (RIHGRN) publicadas desde 1903 e disponíveis *on-line* no repositório institucional do Laboratório de Imagem da UFRN. Nelas, é possível encontrar diversas fontes primárias, como as mencionadas a seguir:

- 1) Atas das sessões ordinárias e/ou solenes lavradas e lidas durante as assembleias gerais, que acontecem com frequências diferentes a depender a gestão vigente;
- 2) Relatórios bienais da presidência do Instituto apresentados em assembleia ao final de cada gestão;
- 3) Relatórios de atividades semestrais do Setor de Arquivo, Biblioteca e Museu.

Nesses documentos, são apresentadas informações sobre as atividades que a Instituição desenvolve, como por exemplo, assembleias, palestras, publicação e lançamentos de livros. Além dessas, também se encontra dados referentes à composição do acervo desde os primeiros anos de criação até o presente momento. A preocupação em registrar as informações referente as atividades institucionais, fazem das revistas uma das principais fontes para este trabalho.

A coleta de dados bibliográfica e documental não foi suficiente para adquirir todas as informações desejadas. Para reunir informações sobre o atual momento vivenciado pelo IHGRN, foram realizadas entrevistas com um conjunto de colaboradores que possuem vivência ativa nas atividades desenvolvidas pela Instituição. Por meio das entrevistas, identificou-se fatos e acontecimentos nem sempre apresentados pelos tradicionais documentos impressos e/ou digitais. Segundo Portelli (1997a, p. 9) “uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode realmente ver a outra a menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca”. Já para Minayo (2009, p. 64), “entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo”.

As entrevistas foram realizadas com membros integrantes da presidência do IHGRN, responsáveis pela gestão da Instituição; diretores do Setor de Arquivo, Biblioteca e Museu, subordinados à presidência; e funcionários responsáveis pela manutenção das coleções que compõem o setor. Um dos funcionários está vinculado à Fundação José Augusto (FJA), Instituição pertencente ao Governo do Estado que cede funcionários para atuarem no IHGRN. Outros colaboradores estão vinculados ao instituto por meio de projetos realizados em parceria com a Assembleia Legislativa do RN para desenvolver atividades de reorganização, a fim de disponibilizar o acervo para consulta dos usuários. As funções cada colaborador desenvolve no IHGRN está apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Funções dos colaboradores entrevistados

Colaboradores da pesquisa	Função
Colaborador 1	Membro da presidência do IHGRN
Colaborador 2	Membro da presidência do IHGRN
Colaborador 3	Membro da diretoria de Arquivo, Biblioteca e Museu
Colaborador 4	Membro da diretoria de Arquivo, Biblioteca e Museu
Colaborador 5	Membro da diretoria de Arquivo, Biblioteca e Museu
Colaborador 6	Funcionário do Setor de Arquivo, Biblioteca e Museu
Colaborador 7	Funcionário do Setor de Arquivo, Biblioteca e Museu

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Dessa forma, a coleta de dados por meio das entrevistas aconteceu a partir de uma amostra de 7 colaboradores: dois membros pertencentes à presidência do instituto, com formação superior na área de Direito e Empreendedorismo; três membros pertencentes à diretoria do setor de Arquivo, Biblioteca e Museu, com formação superior na área de Direito, Jornalismo e Ciências Políticas; e dois funcionários do mesmo setor, com formação em Biblioteconomia e outro com nível médio.

Alguns dos colaboradores mencionados acima desenvolvem atividades há mais de 10 anos no IHGRN, prestando serviço de atendimento aos usuários que recorrem à Instituição para atender suas necessidades informacionais. As entrevistas realizadas permitiram registrar, a partir das falas dos colaboradores, quais as ações de preservação, organização e acesso que cada um desenvolve dentro do espaço institucional para contribuir com o funcionamento da Instituição.

As entrevistas foram realizadas durante o mês de outubro de 2018, após aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba (CEP/UFPB), conforme parecer consubstanciado apresentado no Anexo A. Sua realização se deu nas dependências do IHGRN, de forma individual para permitir que o colaborador se sentisse à vontade para falar o que fosse conveniente. Iniciada com apresentação do pesquisador, seguido pela solicitação de gravação para que as falas fossem registradas, realização das perguntas e, por fim, a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que de acordo com o Apêndice A contém o propósito da pesquisa para que o colaborador pudesse compreender do que a pesquisa se trata e os objetivos que ela possui. Com a autorização dos colaboradores, as entrevistas foram gravadas a fim de serem registradas e posteriormente transcritas. Para o registro das entrevistas, foi utilizado o aplicativo ‘gravador de voz’ instalado em aparelho celular.

O propósito das entrevistas, então, foi buscar fatos objetivos e subjetivos relacionados às atividades que cada um desses indivíduos realizou ou realiza para melhor preservação, organização e acesso das informações, a partir de questionamentos referente a cada aspecto, conforme apresentado a seguir:

C) Aspectos de preservação: havia mecanismos de preservação do acervo institucional? Foram realizados pequenos reparos? As formas de acondicionamento eram satisfatórias ou precárias? Houve perda parcial ou integral de obras?

A) Aspectos organizacionais: quais os mecanismos de organização do acervo, o acervo em algum momento já foi catalogado e/ou classificado? Como os metadados eram armazenados?

B) Aspectos de acesso e uso: os pesquisadores tinham acesso à informação de forma rápida e eficaz? Suas necessidades informacionais sempre eram supridas? O acesso e uso dos registros provocaram algum dano, como o desgaste dos suportes?

Esses questionamentos são pertinentes, pois permitiram compreender como uma Instituição em funcionamento há mais de 100 anos se encontra com suas coleções bibliográficas e arquivísticas inacessíveis para consulta, ainda realizando atividades de reorganização. Entende-se que o IHGRN é uma Instituição de porte que poderia se preocupar com a implementação de outros recursos tecnológicos, como plataformas digitais e/ou arquitetura da informação, visando uma recuperação da informação mais eficaz.

Parizot (2015) afirma que o objetivo da pesquisa por questionário é reunir a maior quantidade de informações possível junto a um número considerável de indivíduos. Para o autor, essas pesquisas podem ser tipificadas em questionário aplicado por um pesquisador ou pelo próprio pesquisado preenchendo as respostas. Assim, aplicou-se questionários semiestruturados para cada grupo de colaboradores (membros da presidência, diretoria e funcionários), conforme apresenta o Quadro 2:

Quadro 2 - Tipos de questionários

TIPO 01: PRESIDÊNCIA	TIPO 02: DIRETORIA	TIPO 03: FUNCIONÁRIOS
•Nesse questionário composto por nove perguntas (APÊNDICE B), buscamos, dentre outras questões, compreender quanto à função dos gestores direcionadas ao acervo e os desafios enfrentados pela Instituição;	•A partir de seis perguntas (APÊNDICE C), buscamos entender quais as políticas institucionais do acervo, as atividades desenvolvidas pela diretoria e as especificidades que compõem cada segmentação.	•Quanto aos que lidam com o acervo de forma mais direta, procuramos compreender aspectos técnicos referentes à preservação, organização e usabilidade (APÊNDICE D).

Fonte: dados da pesquisa (2020)

O IHGRN, há mais de seis anos (2013-), está impossibilitado de contribuir com o desenvolvimento de pesquisas devido a um processo de reorganização. A não acessibilidade do seu acervo faz dele uma Instituição custodialista focada na preservação e guarda dos registros documentais. No entanto, ele pretende sair do modelo custodial para emergir no paradigma pós-custodial. Para isso, visa reabrir sua biblioteca e arquivo para proporcionar o acesso dos usuários ao conjunto de documentos custodiados.

A partir dessa realidade em que a Instituição está inserida, utilizou-se como aporte teórico os paradigmas custodial e pós-custodial da Ciência da Informação, desenvolvidos a partir do ano de 2004 por Armando Malheiro e Fernanda Ribeiro da Universidade do Porto. Para os autores, o paradigma custodial é patrimonialista, pois visa a preservação dos suportes existentes em arquivos, bibliotecas e museus, e tecnicista por estar preocupado com as práticas profissionais que contribuam para uma melhor guarda. Já para Araújo (2013), o custodialismo, “tem raízes no século XVIII e se caracteriza por ser historicista, empírico-patrimonialista, tecnicista e custodial. Enfatiza, portanto, a posse, a guarda dos documentos” (ARAUJO, 2013, p.262).

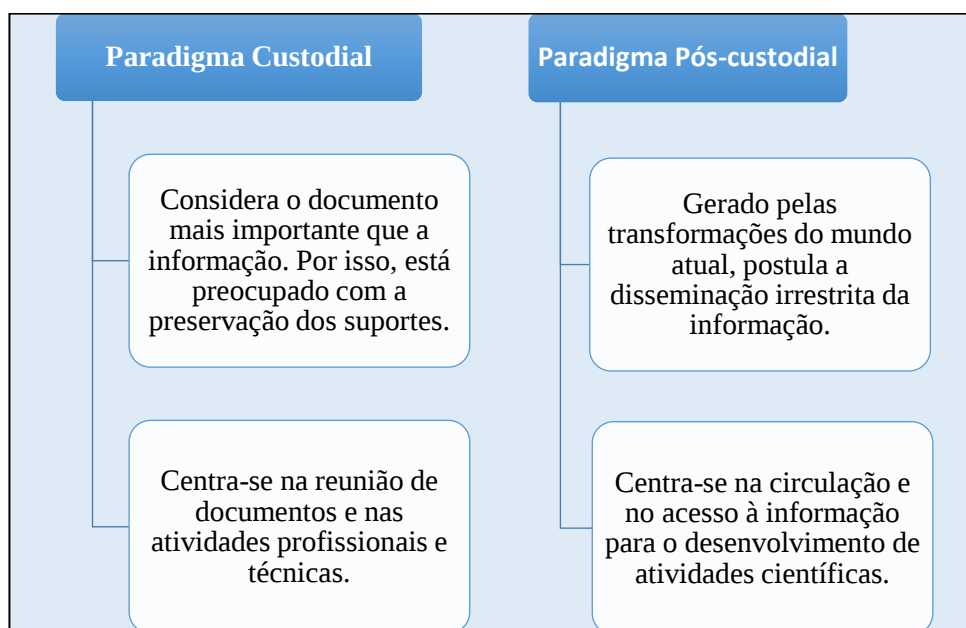
Para Silva (2002), o paradigma custodial está em um processo evolutivo, rumo ao paradigma pós-custodial, caracterizado por ser informacional e científico. Ou seja, valoriza o conhecimento registrado nos suportes como vetor para o desenvolvimento científico. Para que ele se torne possível, é necessário que as instituições custodiadoras facilitem o acesso e uso dos registros informacionais. Segundo Araújo (2013),

O segundo paradigma, denominado pós-custodial, dinâmico, informacional e científico, volta-se para a informação propriamente dita

(entendendo os documentos físicos como “epifenômenos”, isto é, manifestações específicas de um fenômeno maior, o informacional), estrutura-se em torno de uma perspectiva propriamente científica (portanto, problematizadora, compreensiva) e prioriza a circulação e o acesso (ARAUJO, 2013, p.263)

No Quadro 3 a seguir, apresenta-se uma descrição mais específica com os principais aspectos que caracterizam os paradigmas custodial e pós-custodial.

Quadro 3 - Os paradigmas e suas características



Fonte: dados da pesquisa (2020)

Assim, a partir das entrevistas, buscou-se analisar como o IHGRN adere às práticas inerentes de ambos os paradigmas. Ressaltando os empreendimentos das práticas de disseminação do acervo documental, uma vez que a Instituição deve ser considerada *locus* facilitador de informações que são indispensáveis para a reconstrução da memória nacional e, de forma mais específica, da memória da sociedade norte-rio-grandense.

O método utilizado para isso foi a Análise de Conteúdo, que segundo Bardin (1977), “constitui uma técnica que trabalha os dados coletados, objetivando a identificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema”. Bardin divide a análise de conteúdos em três etapas: 1. Pré-análise; 2. Exploração do material; 3. Tratamento dos resultados obtidos e interpretações.

Concluídas as entrevistas, demos início à organização e tratamento das informações colhidas para análise. Na primeira etapa, Bardin (1977) afirma que “a pré-análise tem por objetivo a organização”. Para organizar os dados coletados, realizou-se

em um primeiro momento, a transcrição de todas as entrevistas da linguagem oral para a linguagem escrita. Segundo Portelli,

A transcrição transforma objetos auditivos em visuais, o que inevitavelmente implica mudanças e interpretações [...] A expectativa da transcrição substitui o taípe para propósitos científicos e é equivalente a fazer crítica de arte em reproduções, ou crítica literária em traduções (PORTELLI, 1997b, p.27).

Na segunda etapa, partiu-se à exploração dos dados brutos do texto transcrito. A partir da leitura das entrevistas, selecionamos fragmentos mais relevantes para a produção desse trabalho. Diante da diversidade de opiniões, aproximou-se as falas semelhantes e até mesmo falas diferentes. Esses fragmentos auxiliaram na compreensão das atividades desenvolvidas pelo Setor de Arquivo, Biblioteca e Museu em relação às práticas de preservação, organização, acesso e uso da Instituição.

Na terceira etapa, no tratamento de resultados, confeccionou-se 3 quadros que apresentam as falas dos colaboradores em relação às três categorias adotadas para análise (preservação, organização e acesso). A partir dos quadros, foi possível discorrer de forma mais detalhada quais as principais mudanças ocasionadas na Instituição, quanto ao acesso e uso de informações custodiadas.

Diante dessa realidade, destacam-se que os procedimentos aqui expostos visam colaborar com a ideia de que as ações humanas podem ser objeto de estudo nas Ciências Sociais, ampliando a análise de fontes que não se limitam aos documentos históricos e a outras fontes tradicionais. Em decorrência, é possível formular um sentido social para o IHGRN que transpassa o espaço institucional e atinge outros espaços ocupados pelas múltiplas camadas da sociedade potiguar, mostrando que a Instituição é um espaço aberto e que é possível ter acesso às fontes de informações e de memória facilitadas por um grupo de pessoas que se dedicam constantemente a prestar um serviço institucional eficaz.

2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO PARADIGMA PÓS-CUSTODIAL

A presente seção tem o intuito de articular os estudos teóricos paradigmático elaborados pelo Filósofo Thomas Kuhn (2000), com os paradigmas custodial e pós-custodial formulados pelos teóricos Amando Malheiro e Fernanda Ribeiro. No âmbito da Ciência da Informação, existe uma estreita relação do campo científico com os paradigmas custodiais e pós-custodiais. O primeiro paradigma pode ser entendido como aquele que visa a preservação dos registros informacionais; já o segundo paradigma, proporciona o acesso e uso dos múltiplos registros informacionais.

Esses paradigmas possuem imbricações que devem ser ponderadas, pois se de um lado, não se deve resguardar os acervos, de forma a impossibilitar o acesso; do outro, também não se pode favorecer o acesso em demasia, colocando em risco a durabilidade dos suportes documentais. Se o paradigma custodial contribui para preservação da memória, mas dificulta o acesso, as instituições devem criar mecanismos que propiciem a disseminação e uso dos registros informacionais tendo em vista que a excedente preservação impossibilita o acesso a memória. Assim, as instituições devem entender que a preservação é uma prática necessária, mas que elas também precisam refletir sobre possíveis estratégias para facilitar o acesso aos registros informacionais.

2.1 Os paradigmas no campo da Ciência da Informação

As questões paradigmáticas que regem o desenvolvimento científico sempre estiveram presentes de alguma forma no campo de discussão da Filosofia da Ciência. Com maior ênfase, no contexto do século XIX, período em que o ápice do desenvolvimento científico possibilitou importantes descobertas científicas. A discussão em torno dos paradigmas se deve, pois, o conhecimento, é mutável e suscetível ao erro, e para que ele possa se aperfeiçoar deve ser questionado a fim gerar novos conhecimentos e fornecer respostas ou explicações satisfatórias acerca dos problemas científicos identificados nas diversas áreas do conhecimento, seja no âmbito das ciências naturais ou das ciências humanas e sociais.

Os paradigmas têm sua importância, pois eles costumam ser substituídos conforme o conhecimento das épocas. As sociedades tendem ao aperfeiçoando com o passar do tempo, de forma que à medida que se aperfeiçoam, elas se desapegam de conhecimentos antigos e incorporando outros, possibilita que os paradigmas sejam

alternados. Segundo Chaui (2000) “em cada época de sua história, a razão cria modelos ou paradigmas explicativos para os fenômenos ou para os objetos do conhecimento” (CHAUÍ, 2000, p.105), de forma geral são eles quem direcionam os padrões aceitos e convencionados pela comunidade. No entanto, quando passam a existir divergências entre os paradigmas e as práticas profissionais, é necessário que a comunidade se empenhe em prol da superação do paradigma que se apresenta como inadequado por não conseguir solucionar determinados problemas.

Ao trazer as questões paradigmáticas para a Ciência da Informação, é possível identificar que o primeiro indício visando alterar as estruturas paradigmáticas surgiu através do belga Paul Otlet (1864- 1944) junto com Henri La Fontaine (1854 - 1943) na primeira metade do século XX. Por meio da documentação, eles realizaram um conjunto de empreendimentos, como a criação de fichas catalográficas, sistemas de classificação (Classificação Decimal Universal) e repositórios institucionais para apoio à pesquisa científica. Assim, tornou-se possível ampliar as propriedades do documento, inserindo-o em uma dimensão social que permite não apenas a reunião, mas a organização e, por conseguinte, o acesso e uso da informação, se constituindo uma revolução tecnológica do contexto pós II Guerra Mundial.

Posteriormente, Rafael Capurro (2003) postula o paradigma social que se complementa a outros dois paradigmas vigentes anteriores a este, sendo o paradigma físico e o paradigma cognitivo. Para ele, a Ciência da Informação nasce com o paradigma físico predominante entre 1945 e 1960, no contexto da teoria matemática da comunicação, de Shannon e Weaver, da teoria cibernética de Wiener e dos experimentos de Cranfield. Assim, Capurro (2003, p. 8) ao tratar do paradigma físico, afirma que “em essência esse paradigma postula que há algo, um objeto físico, que um emissor transmite a um receptor”. Ou seja, o paradigma está associado a recuperação da informação em suporte tangível que possua um valor informativo. A ideia do paradigma físico está associada com a transmissão da mensagem sendo um dos objetivos da CI, tida como uma ciência que tem como objeto: “a produção, seleção, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação” (GRIFFITH, 1980 *apud* CAPURRO, 2003, p. 4).

No entanto, este paradigma exclui do processo comunicacional os usuários, fazendo com que apareça durante a década de 1970, o paradigma cognitivo que inclui o sujeito cognoscente no processo infocomunicacional. O paradigma cognitivo, está associado a um processo individualista por existir apenas na unidade do pensamento que

é responsável pela abstração da realidade e absorção de conteúdo do mundo exterior. A partir da teoria do estado anômalo do conhecimento, o sujeito se depara com uma situação problema, tornando-se possível a construção do conhecimento a partir das estratégias de busca que viabilizam o acesso à informação que somadas ao conhecimento preexistente gera novos conhecimentos.

Ainda assim, o paradigma cognitivo apresenta limitações pois o sujeito cognoscente está em constante troca com outros membros do meio, ocasionando a emergência do paradigma social, a partir da contribuição das ciências humanas e sociais. Nele, as comunidades discursivas atribuem sentido a informação pois são elas quem as interpretam e compartilham. Diante da diversidade cultural que as comunidades possuem, a CI observar as mudanças comportamentais da sociedade, para poder acompanhar suas necessidades e contribuir para o desenvolvimento das atividades culturais e científicas desenvolvidas por ela. Os três paradigmas mencionados, não são excludentes, pois se complementam mutualmente.

Além dos paradigmas mencionados, também devemos destacar a existência do paradigma custodial foco de nossa análise. No que concerne a ele, podemos inferir que suas práticas são antigas e presente na história, desde o momento em que o homem deixou de transmitir informações unicamente pela oralidade e passa a utilizar os suportes informacionais para o registro informacional. Este paradigma foi desenvolvido a partir da formação localizada e centrada no *locus* profissional, como os arquivos, bibliotecas e museus, sendo caracterizado pela guarda excessiva dos suportes informacionais, considerados dotados de valor patrimonial ou como um tesouro a ser protegido (SILVA, 2005). Segundo Malheiro,

Conservar, guardar ou custodiar tornaram-se simultaneamente, princípio e fim de um modo de ver o Mundo mediatizado por fragmentos ou vestígios de um passado (re)descoberto (mais exactamente, recriado) em espaços próprios e singulares como as Bibliotecas, os arquivos e os museus, desligados do contexto degenerado e degenerescente do Antigo Regime (SILVA, 2005, p. 29)

Como é possível perceber, as práticas custodiais surgem com a ideia de coisa pública, que começou a ser veiculada no contexto de ascensão das Repúblicas Federativas. No entanto, essas práticas estão diretamente relacionadas à salvaguarda dos conteúdos registrados nos documentos e não na promoção e disseminação das informações. Isso acontece, pois, um dos traços essenciais desse paradigma é a “ênfatisação da memória como fonte legitimadora do Estado-Nação e da cultura como

reforço identitário do mesmo Estado, sob égide de ideologias de pendor nacionalista” (SOARES; PINTO; SILVA, 2015, p.26)

Assim, o custodialismo visa proteger a memória, tida como um elemento que legitima o Estado-Nação. Esse paradigma pode ser entendido como uma prática histórica, constituída na ação humana individual ou coletiva de guardar para colecionar, em detrimento da guarda compartilhada voltada à lembrança e ao acesso, permitindo tornar o conhecimento acessível (SANTOS; LIMA; SOARES, 2015), a autora afirma ainda que a prática de armazenar o conhecimento produzido é um fenômeno social que pode ser consuetudinária, construída a partir dos hábitos e costumes.

A ação de custódia pelo acúmulo, ou guarda de registros, é um modo originalmente nativo. Nosso espírito é preparado para sermos custodialistas, para guardar mais que distribuir. É certo que a custódia entendida como prática social de acúmulo para guarda e colecionismo tem maior pertinência na sociedade moderna ocidental, na lógica do Sistema Capitalista. Mas é uma concepção que faz parte da evolução humana (SANTOS, 2015, p. 42)

No contexto das unidades de informação, cabe uma reflexão se a guarda compartilhada e a acessibilidade do conhecimento acontecem de forma efetiva como indica Santos, Lima e Soares (2015). Entende-se que, o custodialismo não proporciona que as informações sejam de fato acessíveis, pois ele possui como atividade balizar a sobrevalorização da guarda do “patrimônio” como uma forma de preservar a cultura pertencente a alta cultura intelectual e erudita.

Ranganathan (2009), ao analisar o acúmulo de obras bibliográficas em uma biblioteca dos Estados Unidos, narra um acontecimento observado por ele, que descreve de forma prática os hábitos e costumes adotados pelos custodialistas como algo benéfico. Ainda é importante observar, que os profissionais que adotam tais práticas são representados por arquivistas e/ou bibliotecário. Segundo ele,

Embora estas coisas sejam corriqueiras para nós do século XX, basta voltar apenas um século para encontrar a forte influência deste costume de acumulação nas bibliotecas norte-americanas. T.W. Koch, da North- - Western University, registra uma história significativa, mas típica, de um bibliotecário da Harvard University. Este “certa vez, tendo terminado o inventário da biblioteca, foi visto cruzando o *campus* com um sorriso particularmente feliz”. Perguntado qual o motivo de seu humor excepcionalmente agradável, exclamou orgulhoso, “Todos os livros estão na biblioteca, menos dois. Agassiz está com eles e vou buscá-los” (RANGANATHAN, 2009, p. 9)

Práticas como as descritas acima, se tornaram frequentes nas unidades de informação até meados do século XX, quando uma corrente de teóricos passa a enxergar, a partir de visão crítica, o paradigma custodial. Esse novo entendimento gerou uma crise paradigmática no campo da Ciência da Informação, a partir dos questionamentos feitos em torno da guarda excessiva dos registros informacionais que eram protegidos para que o conhecimento registrado não fosse disseminado. Segundo Araújo,

Nos primeiros relatos sobre o que deveria ser a Ciência da Informação havia a crítica ao bibliófilo, ao bibliotecário erudito, ao historiador atuante nos arquivos – a crítica de que tais profissionais focavam-se no “conteúdo” das obras, na Instituição custodiadora, em vez de se preocuparem em promover a disseminação, a circulação e o efetivo uso das obras custodiadas (ARAÚJO, 2014, p. 4).

Ainda analisando as práticas existentes em torno do paradigma custodial, é possível perceber que a guarda dos registros informacionais, uma vez impedidos de serem utilizados, podem levá-los ao esquecimento, pois dificulta a propagação de sua existência e do conhecimento registrado nos suportes para uso das sociedades. Segundo Santos (2015), a reflexão sobre a natureza custodial como uma prática “danosa” à memória é uma realidade contemporânea, balizado na premissa que o poder de guarda deve ser substituído pela necessidade de difusão e acesso da informação.

A partir desses indícios, é possível compreender que tais práticas dificultam a propagação do conhecimento que deveria ser usado em prol da educação e formação dos indivíduos, tidos como agentes sociais detentores de suas identidades culturais. Esses agentes, estão intimamente ligadas a memória, porém muitas vezes perdem seus valores devido a iniciativas de instituições agenciadoras do Estado Moderno que não fomentam a cultura nacional e impossibilitam a transmissão do conhecimento cultural para as novas gerações.

É diante dessa conjuntura, que no campo da Ciência da Informação, teóricos como Armando Malheiro e Fernanda Ribeiro identificam a partir das práticas institucionais já mencionadas, uma anomalia, ou seja, divergências de opiniões que quebram com um paradigma. A fim de superar essa anomalia, os autores propõem a emergência do paradigma pós-custodialista, que visa combater a guarda de informações que impede o acesso a elas. Soares, Pinto e Silva (2015, p.22) ao discorrer sobre o paradigma emergente afirma que “esse paradigma contrapõe-se ao paradigma custodial voltado para valorização do documento de arquivo de valor permanente”. A partir de outra visão, Araújo (2014, p.4) afirma que um primeiro traço do paradigma pós-custodial é que ele

“não se tratava de negar o custodial, a importante e necessária função promovida pelas instituições de guardar, custodiar, os acervos documentais”, mas que também visa promover o pleno acesso às informações contidas nos documentos custodiados. Corroborando com essa ideia, Novo e Lins (2013) ao afirmarem que:

O conhecimento na era pós-custodial não constitui uma negação dos modos de produção e reposição do conhecimento na era anterior. Assim como a invenção da escrita foi insuficiente para assassinar a palavra falada, mas conjugou-se com ela formando múltiplas interações (NOVO; LINS, 2013, p. 378)

Ainda que o paradigma pós-custodial não despreze a posse, entende-se que os paradigmas não se complementam, pois não é possível a existência de dois paradigmas simultâneos, uma vez que a lógica dos paradigmas é a substituição de um por outro (KUHN, 2000). Assim, nossa atenção se volta para as ações que devem ser adotadas, visando a socialização da informação, pois como nos lembra Araújo (2014) uma das características da Ciência da Informação é de não se preocupar prioritariamente com a custódia, a posse de documentos, mas com sua circulação, sua disseminação e a promoção de seu uso da maneira mais produtiva possível (ARAÚJO, 2014, p. 10).

Dessa forma, Silva e Ribeiro (2006) têm desenvolvido uma quantidade significativa de trabalhos nos últimos 15 anos (2005-2020), dentre livros e artigos de periódicos, na tentativa de empreender no meio científico, uma alteração na estrutura paradigmática da Ciência da Informação, apresentando vantagens nas práticas que caracterizam o novo paradigma, que dentre outras potencialidades, está a busca incessante dos conteúdos informacionais. Segundo Silva,

Ao longo da centúria de novecientos, uma alteração propiciadora da emergência, a prazo, de um novo paradigma: a mudança da visão custodial e patrimonialista (fechada através da conotação como tesouro) para uma visão pós-custodial e aberta, dominada pela busca incessante dos conteúdos (da informação). (SILVA, 2006, p. 18)

Ao analisar a relação existente entre os dois paradigmas, devemos destacar que, aos poucos os aspectos custodiais cedem lugar ao paradigma pós-custodial caracterizado por possibilitar o acesso aos registros documentais custodiados por instituições como arquivos, bibliotecas e museus. Ao tratar de forma específica da relação existente entre bibliotecas com o paradigma pós-custodial Novo e Lins afirmam que,

As bibliotecas estão inseridas na ebulição que acomete o convívio humano na era pós-custodial, sobretudo, a partir das últimas décadas do

século passado que trouxe a aceleração nas rotinas de trabalho no campo da informação relativas à guarda, acesso, disseminação, uso e preservação da informação (NOVO; LINS, 2013, p. 375)

No paradigma pós-custodial consideramos que o fenômeno informacional - e não o suporte informacional - deve ser valorizado, de forma a ser transmitido e comunicado aos agentes que tiverem a necessidade informacional. Nesse paradigma, as informações devem ser acessadas sem restrições, pois ela é um fenômeno social que possui potências para ser transmitido aos demais a fim de que o conhecimento seja construído. A necessidade de desenvolver ações que priorizem a comunicação da informação, capaz de atingir múltiplas direções no meio social, é uma característica presente no conceito de informação descrita por Silva:

Conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direcionada (SILVA, 2006, p. 25)

É importante compreender que, o conceito de informação apresentado, está intimamente relacionado com as práticas pós-custodiais, uma vez que a comunicação das informações contidas nos suportes materiais deve ser desenvolvida pelas instituições custodiadoras, tidas como mediadoras entre a informação e os usuários, quando estes tiverem alguma necessidade informacional e precisarem recuperar documentos para que aconteça o acesso informacional.

Ao tratar do conceito de informação, Capurro e Hjørland (2007), afirma que a questão sobre como definir informação é frequentemente levantada, possui uma tendência interdisciplinar, onde deve ser levado em consideração o conceito de informação em outras disciplinas, uma vez que muitas teorias e abordagens em Ciência da Informação possuem sua origem em outras áreas do conhecimento. Ele também afirma que a dificuldade em conceituar informação se dá devido à mutação do conceito ao longo dos anos e pela diversidade de entendimentos existentes em outros campos do conhecimento.

O mesmo autor afirma que a definição do termo informação depende das funções que damos a ela em nossa teoria (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 153). Partindo da função social que a informação exerce, ele também declara que a coisa mais importante em Ciência da Informação é considerar a informação como uma força constitutiva da sociedade (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 151). Na mesma linha de pensamento,

Araújo (2014) sustenta a ideia de que uma das principais características da Ciência da Informação é de ser uma ciência humana e social.

Assim sendo, podemos inferir que os paradigmas existentes na Ciência da Informação, visam uma maior aproximação com o contexto social, combatendo a estrutura limitada de outros paradigmas, que ainda postulados em outros tempos, insistem em permanecer vigente nas práticas profissionais. É importante perceber que os fenômenos informacionais possuem características sociais, que só se efetivam quando as instituições de memórias promovem o acesso que diante das múltiplas utilidades que a informação possui, seu potencial memorialístico, possibilita que as sociedades construam seus valores e seus conhecimentos tornando-os membros participantes com o espaço onde vivem.

Soares, Pinto e Silva (2015, p. 26) dizem que o paradigma pós-custodial é a “propriedade máxima concedida ao acesso à informação por todos mediante condições específicas e totalmente definidas e transparentes”. Dessa forma, deve-se perceber que as instituições devem atuar para que haja um equilíbrio compatível entre preservar e acessar, pois ao permitir o acesso, as unidades de informação devem ter preocupação com a segurança da informação. Para isso, é importante criar mecanismos de como o conjunto de documentos serão utilizados, pois os registrados existentes em qualquer suporte material se tornam vulneráveis.

As instituições custodiadoras, devem ter conhecimento em quais espaços as informações custodiadas estão sendo veiculadas, com qual finalidade as informações estão sendo reproduzidas e qual o destino final dessas informações. Do mesmo modo, as instituições devem receber o devido reconhecimento dos pesquisadores em seus respectivos trabalhos, por reterem recebido auxílio por meio dos serviços ofertados por ela, para realização dos trabalhos. Para isso, é necessário que a Instituição receba um retorno, onde o pesquisador mencione a fonte de pesquisa, destacando a contribuição das instituições custodiadoras e facilitadoras do conhecimento, a fim de divulgar a origem das fontes de informações existentes sobre a guarda dessas instituições.

Assim, ao relacionar as práticas custodiais com os estudos da memória, entende-se que o uso dos registros informacionais também favorece a formação de elementos que compõem a memória, pois os registros informacionais são fontes que podem ativar a memória tida como uma representação do conhecimento contido nos documentos. Já o acesso, permite que os usuários rememorem fatos ou eventos guardados no cognitivo, além disso, também pode possibilitar que eles tenham conhecimento de fenômenos

possivelmente desconhecidos, mas que, a partir do contato com as fontes documentais possam vir a compor parte do conhecimento e se transformarem em memória.

Por fim, reiteramos a afirmativa de que a Ciência da Informação possui proximidades com o paradigma pós-custodial, pois ele é caracterizado por fatores que se relacionam com o fazer científico e que resulta na disseminação das informações contidas nos registros a fim de o acesso e o uso sejam democratizados. Contribuindo assim para construção e comunicação do conhecimento acerca dos valores identitários e memorialísticos inerentes a toda e qualquer sociedade.

3 APROPRIAÇÃO DA MEMÓRIA PELA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E O PAPEL LEGITIMADOR DAS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA

No cotidiano, o uso do termo “memória” está associado à capacidade de relembrar acontecimentos vividos ou informações relevantes que necessitam ser recuperadas na mente humana. No entanto, assim como tantos outros termos, a memória também se constitui um termo ambíguo, passível de vários entendimentos e que pode ser utilizado diante de infinitas possibilidades, já que possui múltiplas relações que estão imbricadas entre os diversos campos do conhecimento, não sendo possível e nem necessário delinear suas fronteiras.

Os estudos relacionados à memória, vêm sendo desenvolvidos por filósofos desde a antiguidade, a partir de uma perspectiva individual e divina. Com o decorrer dos séculos, a memória passa a ser objeto de estudo por cientistas pertencentes as diversas áreas do conhecimento como a psicologia, sociologia, história e posteriormente, também é incorporada na Ciência da Informação, a partir de um constante diálogo com as disciplinas anteriores.

Nesse aspecto, é importante entender que a Ciência da Informação se desapega de uma das concepções originárias que considera a informação apenas como um fenômeno prioritariamente relevante para a transmissão e comunicação no meio científico e tecnológico, e assume nos dias atuais, a responsabilidade social em compreender a informação em outros domínios, sendo este o social, entendendo que o fenômeno informacional possui relevância na composição das múltiplas identidades sociais.

3.1 Memória coletiva: antecedentes históricos e sua relação com outras áreas do conhecimento

Para que possamos iniciar a discussão em torno da relação existente entre a Ciência da Informação e memória coletiva, se faz importante compreender a concepção originária da memória que está atrelada a uma perspectiva individual. O termo memória tem sua origem na Grécia Antiga e deriva da palavra *mnemis*, que significa “aquele que lembra”. Assim, os antigos filósofos consideravam a memória como uma entidade divina e sobrenatural que atribui aos indivíduos a capacidade de armazenar informações no cognitivo. Segundo Chauí:

Os antigos gregos consideravam a memória uma identidade sobrenatural ou divina: era a deusa Mnemosyne, mãe das Musas, que protege as Artes e a História. A deusa Memória dava aos poetas e adivinhos o poder de voltar ao passado e de lembrá-lo para a coletividade (CHAUI, 2000, p. 159)

Assim sendo, o contexto de surgimento da memória enquanto dom divino, é narrado pelo filósofo Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.) em sua obra *De oratore*. Segundo o autor, o poeta grego Simônides de Ceos, foi a primeira pessoa a utilizar as práticas de rememoração, a partir de um dado evento ocorrido na sua vida, sendo um marco etimológico até os dias atuais.

Em sua narrativa, Cícero conta que Simônides havia sido convidado por Skopas, homem pertencente à alta nobreza, para declamar poemas durante um banquete que seria realizado em um palácio de cristal localizado na Tessália. Durante o evento, Simônides havia sido chamado para a parte exterior do palácio, pois dois jovens o aguardavam. No momento em que Simônides estava na parte externa do palácio, um desastre aconteceu: o teto do palácio desabou, tirando a vida de todos os convidados e deixando todos os corpos desconfigurados.

No entanto, Simônides como único sobrevivente da catástrofe, tornou-se um personagem central na identificação dos corpos deformados, pois por meio da visão⁵ e à luz da memória, conseguiu evocar a exata localização em que os convidados se encontravam no interior do palácio. Isso possibilitou que os corpos fossem identificados em meio aos destroços para que os familiares dos respectivos falecidos reencontrassem seus parentes para a realização dos rituais fúnebres.

A partir desse mito de origem, que permite situar a memória fora do nosso tempo, é que ela surge associada às técnicas mnemônicas de memorização. O uso dessas técnicas consiste em treinar a mente ao relacionar lugares e imagens, entendendo que essa relação, é uma estratégia que contribui para o desenvolvimento de uma boa memória. No entanto, com o passar dos séculos, outras concepções de memórias foram surgindo. Assmann (2011) afirma que,

De um lado, há a conhecida tradição da mnemotécnica retórica; do outro, a tradição psicológica, que identifica a memória como uma das três faculdades da alma, também chamadas de sentidos internos. Enquanto a primeira dessas tradições objetiva a organização e

⁵ Uma das cinco faculdades pertencentes ao corpo que estimulam a memória. Sendo elas: visão, audição, olfato, paladar e tato.

ordenação formal do conhecimento, a segunda delas trata da interação da memória com a imaginação e a razão (ASSMANN, 2011, p. 22)

Dessa forma, além da perspectiva metafísica, a memória se torna objeto de estudo no campo da psicologia, a partir do final do século XIX e começo do século XX, com os estudos desenvolvidos por Freud (1856-1939), considerado o pai da psicanálise. Em seus estudos, Freud analisa a memória de forma isolada, baseado em uma construção psíquica e subjetiva dos indivíduos que começa a ser formada desde a primeira infância e consiste numa operação cognitiva e sensorial que permite a obtenção de novos conhecimentos pelo homem. Segundo Candau (2001),

Desde seu primeiro tópico, Freud concede um lugar proeminente à memória na organização do psiquismo, cujas três instâncias – consciente, pré-consciente e inconsciente- são definidas em função da maior ou menor facilidade de acesso das lembranças à consciência. (CANDAU, 2001, p. 64)

Freud, também dedicou atenção às patologias advindas da memória, buscando compreender por que muitos indivíduos esquecem ao invés de lembrar. Ele entendeu que o bom funcionamento da memória é impedido quando os indivíduos se tornam vítimas de alguma patologia que limita a memória humana, a exemplo da amnesia, encefalite ou afasia. Essas disfunções consistem no mau funcionamento do cérebro para estocagem de novas informações, fazendo com que os indivíduos acometidos, tenham poucas lembranças precisas ou até mesmo percam a memória por dias ou anos.

Ainda nessa conjuntura, vale observar a contribuição de Freud no desenvolvimento de mecanismos que a partir de atividades lúdicas, possibilitam o estímulo da memória para a aprendizagem. Assmann (2011), ao se referir a Freud afirma que, “Ele reconstituiu o mecanismo psíquico no modelo de escrita do assim chamado ‘bloco mágico’. Esse brinquedo discreto e ainda hoje comum em quartos de criança ajudou Freud a alcançar a fama científica” (ASSMANN, 2011, p. 168).

No entanto, há autores que contestam a ideia que Freud, ao desenvolver estudos no campo memorialístico, esteve limitado aos aspectos das experiências individuais vivenciadas pelos sujeitos. Segundo Ferrarini e Magalhães (2014),

Argumentar que a teorização sobre o tema da memória em Freud seja no âmbito individual é no mínimo simplista. Freud (1896/1996), desde os primórdios de seus trabalhos na formulação da psicanálise evidencia a multimodalidade da memória. [...]. Na construção da teoria psicanalítica, Freud sempre esteve preocupado em indagar e problematizar questões referentes ao âmbito social e cultural, motivo ao

qual sua concepção de memória não fugiria a regra. (FERRARINI; MAGALHÃES, 2014, p. 116)

Apesar disso, entendemos que a inserção do psicanalista no campo social e cultural se apresentou de forma inibida se comparada a outros pensadores. Assim, a sociologia desempenhou o importante papel, para alavancar a ideia de memória no âmbito social. Aliás, é nisto que consiste a diferenciação de perspectivas existentes entre a psicologia e sociologia, enquanto a primeira estuda o indivíduo em sua psiquê, a outra vai ser preocupar com as construções coletivas da sociedade.

Dentre os intelectuais contemporâneos a Freud, encontra-se o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877- 1945), membro da Escola Sociológica Francesa, que possuía forte influência durkheimiana. Halbwachs teve o papel proeminente para a expansão do conceito de memória ao cunhar, no ano de 1950, o termo “memória coletiva”⁶. Sua relevante contribuição foi impactante por ampliar a noção existente em torno da função social da memória, visto que ela existia apenas na perspectiva individualista.

Em suas reflexões, Halbwachs percebeu que é inviável que os indivíduos possuam apenas a memória individual. Ele afirma que as lembranças individuais não estão isoladas e são baseadas nas lembranças dos grupos compostos pelos múltiplos indivíduos que estão em constante interação e que compõem estes grupos. Segundo o autor, “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas pelos outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2013, p. 30). Assim, sob esse novo prisma, a memória passou a ganhar cada vez mais status nas abordagens sociais.

Ainda nesse contexto da segunda metade do século XX, período em que Halbwachs desenvolveu seus estudos acerca do tema em questão, o campo da história também estava passando por um processo de reestruturação desde o ano de 1920, por meio do movimento da Escola dos Annales, que teve como fundadores Lucien Febvre (1878 – 1956) e Marc Bloch (1886 – 1944). Esses historiadores foram responsáveis pela implementação de uma série de transformações que revolucionariam a historiografia no decorrer do século.

Esse processo de reconfiguração ocorreu principalmente devido às críticas de alguns historiadores sobre o fazer história a partir de uma perspectiva linear e factual. Nesse contexto, também deram início às primeiras discussões acerca do conceito de

⁶ Por meio da obra *A memória Coletiva* publicada cinco anos após a sua morte.

memória. Segundo Burke (1992), Marc Bloch possuía grande admiração pelo trabalho desenvolvido por Halbwachs,

Em suas infindáveis discussões participavam colegas como o psicólogo social Charles Blondel, cujas ideias eram importantes para Febvre, e o sociólogo Maurice Halbwachs, cujo estudo sobre a estrutura social da memória, publicado em 1925, causou profunda impressão em Bloch (BURKE, 1992, p. 34).

Entretanto, ainda que Bloch se mostrasse impressionado com os estudos desenvolvidos no campo da memória, ele também demonstrava criticidade para com a concepção de memória desenvolvida por Halbwachs. O que possivelmente, impediu que seus estudos influenciassem o campo historiográfico nesse primeiro momento. Casadei afirma que:

Bloch coloca, portanto, a possibilidade de existirem falsas recordações e enganos dentro da memória coletiva. Ele cita como exemplo o fato de que ‘essencialmente tradicionalistas, as sociedades da Idade Média sonharam reviver a sua memória; mas esta memória não foi, em muitos aspectos, mais que um espelho infiel’ (CASADEI apud BLOCH, 2010, p. 157)

Dessa forma, podemos perceber o posicionamento crítico do historiador em relação à ideia de memória coletiva. Para ele, a memória não se constitui uma fonte autêntica, pois possui elementos que podem pôr em xeque a veracidade dos fatos e por isso se constituir um espelho infiel. No entanto, o Le Goff (1994) afirma que “É desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício [...] corrija esta história tradicional falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros” (LE GOFF, 1994, p. 29).

Com a morte de Bloch no ano de 1944, o movimento da Escola dos Annales não foi interrompido, outros grupos de historiadores foram responsáveis pela continuidade das atividades de produção e publicação das ideias pertencentes a ela. No entanto, foi apenas durante a terceira geração da Escola dos Annales iniciada no ano de 1968, que os estudos acerca da memória passam a ser apropriados pelo campo da história, como afirma Silveira (2010),

A reflexão sobre a memória não é nova: contemporâneos da 1ª geração dos Annales, como Berson e Halbwachs, no transito do século XIX para o século XX, já haviam se debruçado sobre o problema. Mas é nova na tradição do movimento, como objeto de estudo, a partir dos últimos anos 70, possibilitada pelo crescimento da história das mentalidades (SILVEIRA, 2010, p. 51).

A partir dessa nova conjuntura, os teóricos pertencentes à terceira geração dos Annales, passaram privilegiar o homem e sua forma de pensar, entendendo que alguns processos de transformações sociais não aconteciam de forma abrupta, uma vez que os modos de pensamento e os comportamentos sociais, tais como costumes e maneiras de viver, se modificam em ritmo diferenciado.

Assim, a então conhecida História das Mentalidades, considerada um ramo da historiografia, que apresenta uma constante relação entre a dimensão social com o mundo mental, contribui para que a partir da utilização de novos recursos metodológicos, fosse possível o desenvolvimento de outras reflexões sobre temas não convencionados pela história, cuja memória está inclusa.

Vale lembrar também que, outra característica dessa fase é a substituição das abordagens a partir do viés político, social e econômico pelo cultural, tema que se tornou central nesse novo período. Dessa forma, a Nova História Cultural, da mesma forma que veremos posteriormente na Ciência da Informação, é caracterizada pelas práticas interdisciplinares, que permitem um constante diálogo com outros campos dos saberes, incluindo a psicologia e a sociologia, ao tornar possível o desenvolvimento de estudos no campo das mentalidades, tendo a memória como objeto de estudo.

Nessa nova abordagem, os historiadores que buscam desenvolver estudos no âmbito da memória, devem recorrer aos personagens pertencentes à história viva para que eles externem suas lembranças, a fim de reconstruir a memória que compõe os grupos sociais. Esse método denominado de história oral permite que o relato daqueles que vivem ou vivenciaram determinadas situações potenciais de memória, sejam registrados por meio da linguagem escrita, sem deixar de lado a percepção do próprio entrevistador que pode analisar não somente a fala, mas o contexto e a forma de como está sendo realizada a fala, esse mecanismo faz com que a história seja sempre nova e que ela “torne-se eternamente contemporânea” (D’ALESSIO, 1992, p. 97).

Ainda se tratando da importância dos membros que compõem as sociedades, como agentes potenciais a serem ouvidos por meio de entrevistas, destacamos que a história oral possibilitou a inserção de grupos subalternos a falarem e externarem seus anseios sem que outros tenham que falar por eles. Nesse contexto, a escritora indiana Spivak (2010) apresenta a necessidade de combater a subalternidade em que se encontram aqueles pertencentes as camadas mais baixas da sociedade pelos grupos dominantes. Já Pollak (1989) ressalta a importância desses indivíduos que se encontram em constante processo de exclusão social, pois muitas vezes suas narrativas se opõem ou não compõem

parte da memória nacional. Ele afirma que “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à “memória oficial”, no caso a memória nacional” (POLLAK, 1989, p. 4)

Além da história oral, também é possível reconstruir da memória por meio dos recursos materiais pertencentes aos múltiplos grupos sociais. A cultura material composta por objetos confeccionados pelo homem e que formam a diversidade do patrimônio histórico, também apresenta evidências que facilitam compreender a organização social de outra época e em outro espaço que muitas vezes não é aquele que pertencemos. Assim, a fim de reconstruir a memória por meio da cultura material, a história conta com as disciplinas auxiliares, tais como a arqueologia, a numismática e a xilogravura. Como afirma Barros,

Para além dessa questão primordial que relaciona “memória”, “espaço” e “tempo” – e já empreendendo uma aproximação em relação aos demais aspectos que situam a Memória diante de suas interações e de seus contrastes em relação à História – devemos ainda pensar tanto na importância da Memória Individual enquanto material para a História (caso da História Oral), como no inquestionável valor da Memória Coletiva nesse mesmo sentido (o Patrimônio Histórico como fonte, e também os inúmeros “lugares de memória”). (BARROS, 2009, p. 37)

Assim, a partir dessa conjuntura, o pensamento de Halbwachs influencia o campo da História. Entende-se que as narrativas rememoradas pertencentes aos indivíduos, as experiências vivenciadas no âmbito coletivo e a diversidade de artefatos produzidos por eles, se tornam fonte alternativas de informação, que possibilita os historiadores, ao utilizarem esse método, captar informações que muitas vezes não são possíveis de serem identificadas nos tradicionais registros de informações.

3.2 O conceito de memória na Ciência da Informação e sua interface com as instituições de memórias

Tendo por base a fundamentação apresentada no tópico anterior, referente às múltiplas abordagens acerca do entendimento em torno dos estudos de memória, surge no final da segunda metade do século XX, por influência das Ciências Sociais e Humanas, o terceiro paradigma da Ciência da Informação, sendo este o Paradigma Social postulado por Rafael Capurro (2003), que como trabalhado no capítulo 2, objetiva superar algumas limitações identificadas nos paradigmas precedentes: o Paradigma Físico e Cognitivo.

No que concerne ao Paradigma Social, este deu margem para que a Ciência da Informação, ao entender a informação como um elemento central nos vínculos sociais existentes entre os indivíduos, ampliasse seu campo de atuação ao lançar luz sobre outras perceptivas a partir de uma constante prática interdisciplinar. A interdisciplinaridade tem sua importância, pois as ciências foram se fragmentando, desde a filosofia até as ciências modernas, fazendo com que cada uma delas atuasse de forma solitária. Com o objetivo de combater o isolamento científico, surge a necessidade das ciências estabelecerem relações e um constante diálogo com outros campos do conhecimento, sempre visando uma maior aproximação em busca do enriquecimento mútuo.

Saracevic (1996) afirma que “A interdisciplinaridade foi introduzida na CI pela própria variedade da formação de todas as pessoas que se ocuparam com os problemas descritos” (SARACEVIC, 1996, p.48). Assim, a partir das contribuições de teóricos vinculados as Ciências Humanas e do conhecimento por eles produzidos, o conceito de memória passa a ser incorporado paulatinamente no campo da Ciência da Informação, apresentando um constante diálogo com outros estudiosos, em especial, com a contribuição de sociólogos e historiadores.

Dessa forma, pode-se entender que a memória não se restringe a nenhuma área específica do conhecimento. Ela sempre é passível de ser incorporada e adaptada a novas interpretações, pois como afirma Gondar (2016),

Não propomos que a sociologia, a psicologia ou a ciência da informação abordem a memória social sob perspectivas distintas, como se a cada uma delas coubesse um lote de um território preexistente, distribuído entre elas por algum Zeus epistêmico. Nossa proposta, ao contrário, é que esses lotes podem ser invadidos e transpostos pelo fato de não pertencerem, de fato, a ninguém – mesmo que pertençam por direito. A memória social, como objeto de pesquisa passível de ser conceituado, não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente, e nenhuma delas goza do privilégio de produzir o seu conceito (GONDAR, 2016, p. 22)

No entanto, outras questões surgem: quando é que a memória é incorporada pela Ciência da Informação? Quais são os marcos institucionais que indicam como aconteceu a apropriação da memória neste campo? Quem foram os primeiros cientistas da informação a produzir trabalhos nessa nova vertente?

Sem pretensões de apresentar respostas a essas perguntas, mas indicando possíveis caminhos para chegar até elas, entendemos que a Ciência da Informação mesmo tendo seus estudos evidenciados a partir da década de 1950, a apropriação do conceito de

memória, nesse campo, é um fenômeno recente que aconteceu nas últimas décadas, dentro das instituições de ensino superior. Foi no meio acadêmico, com a implementação de linhas de pesquisa em alguns programas de pós-graduação em Ciência da Informação *stricto sensu* que a memória se tornou um tema aglutinador presente nas dissertações e teses que contemplam essa temática como objeto investigativo.

Corroborando essa ideia, Araújo (2018) afirma que a memória é tida como uma teoria contemporânea pertencente ao campo da Ciência da Informação e que junto a tantas outras, está voltada para a compreensão dos fluxos informacionais existentes no âmbito social. Segundo ele,

Memória é um tema ou conceito que sempre esteve presente, de alguma forma, no campo da ciência da informação. Nas últimas duas décadas, contudo, tem tido maior destaque, passando a designar áreas de investigação, linhas de pesquisa em programas de pós-graduação e grupos de trabalhos em associações científicas (ARAÚJO, 2018, p. 75)

Por se tratar de um tema recentemente incorporado ao campo da Ciência da Informação, entendemos que a memória é um tema insólito e que seu processo de consolidação ainda está por vir. Oliveira e Rodrigues (2009) afirmam que o conceito de memória ocupa um lugar periférico na produção científica da Ciência da Informação e que “Apesar da pertinência da realização de pesquisas sobre memória na Ciência da Informação, é intrigante perceber como são raros os estudos que se propõem a discuti-la, seja em seu aspecto cognitivo, seja em seu aspecto social” (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2009, p. 227).

No Brasil, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), sociedade civil sem fins lucrativos criada no ano de 1989, também contribuiu de forma significativa ao implementar no ano de 2010 durante o XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), o Grupo de Trabalho (GT) número 10, intitulado *Informação e memória*. O GT 10 é um espaço propício para estimular debate de professores, alunos e demais pesquisadores associados que estão desenvolvendo trabalhos referentes à temática da memória na perspectiva da Ciência da Informação. Para Azevedo Netto (2014),

A primeira contribuição deste GT para a área foi e[sic] evidenciar as questões de memória dentro dos estudos da CI, que antes ficava submerso dentro do GT 02. Além disso, vincula o fenômeno informacional, através da perspectiva da memória, como algo que só tem existência dentro de redes e dinâmicas sociais (AZEVEDO NETTO, 2014, p. 209).

Em nível internacional, o mesmo autor ao analisar os anais da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO) também percebe um volume considerável de trabalhos que contemplam temas como cultura e memória. Sendo possível perceber que a apropriação da memória pela Ciência da Informação, acontece tanto em nível nacional quanto a nível internacional. Na tentativa de associar contexto brasileiro com o de outros países, Oliveira e Rodrigues (2011) afirmam que o Brasil acompanha a literatura internacional da área. Segundo eles,

Apesar do recorte geográfico adotado, pareceu-nos adequado formular a hipótese de que a apropriação do conceito de memória no conhecimento científico produzido pela Ciência da Informação no Brasil acompanha o tratamento dado ao tema na literatura internacional da área (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011, p. 314)

Baseado nesses indícios, o conceito de memória foi sendo apropriado pelo campo da Ciência da Informação. Entende-se que a memória sobre a qual a Ciência da Informação se detém não está associada ao desenvolvimento de técnicas de memorização ou no entendimento das patologias que impedem seu aperfeiçoamento, tampouco em captar memórias potenciais para a construção da história. A Ciência da Informação visa, ao incorporar estudos memorialísticos, fazer com que os registros informacionais, a partir da organização, representação e recuperação da informação, sejam fontes para a atualização da memória.

Dessa forma, é possível perceber que as informações são potenciais de memória. Entendendo que a multiplicidade dos registros informacionais custodiados pelas instituições não são a memória, mas sim, fontes que podem ativá-las, rememorar-las e ressignificá-las a partir do uso dos registros que permitem que a memória seja constantemente reconstruída, fortalecendo as identidades culturais e transformando os vínculos sociais. Afinal, para que a informação seja considerada como tal, é necessário que ela cause um impacto de transformação a quem faz uso dela.

Assim, a Ciência da Informação, desde sua criação, vinculada ao contexto Pós-Segunda Guerra Mundial, esteve direcionada ao fenômeno informacional, como um elemento importante para o desenvolvimento científico e tecnológico. Como afirma Araújo, “O campo da informação científica e tecnológica é o pioneiro da Ciência da Informação justamente por estar já colocado como temática desde suas manifestações precursoras” (ARAÚJO, 2014, p. 58).

No entanto, ela possibilitou, nas décadas seguintes e nos dias atuais, a inserção de novas temáticas que proporcionam o desenvolvimento de outros estudos dentro do campo. Vale destacar que, esse trabalho integracionista, viabilizou a expansão da área e do conceito de informação, entendendo-o como um elemento presente na humanidade, além de assumir a função social de preservar a memória e promover a cultura das sociedades contemporâneas.

Ao compreender a memória como um elemento cultural existente em todas as sociedades e dotada de valor informacional, é imprescindível que a Ciência da Informação como área do conhecimento, esteja em constante diálogo e interação com as instituições de memórias. Vale observar que, assim como a apropriação da memória pela ciência da informação, o termo Instituição de memória também surgiu nas últimas décadas. Segundo Justino (2013, p. 73) “O termo Instituição de Memória apareceu pela primeira vez em 1994, por Roland Hjerpe”.

Nesse contexto, cabe uma reflexão sobre o entendimento do termo instituições de memórias. Devemos observar que as instituições de memórias não se limitam às consagradas bibliotecas, arquivos e museus. Partindo de uma perspectiva mais ampla, é possível perceber a existência de outras entidades que também são passíveis de serem denominadas instituições de memórias, tais como: academias e institutos, tidos como instituições de memórias especializadas, que salvaguardam em um mesmo espaço, arquivo, biblioteca e museu, com um acervo rico e diversificado, fonte de informação para memória da sociedade.

Essas instituições devem ser vistas como espaços de preservação da memória coletiva que não podem trabalhar em um isolamento social, uma vez que os fatos sociais ocasionados fora do âmbito institucional, são potenciais passíveis de serem incorporados ao discurso produzido por essas instituições. Assim, as instituições de memória transbordam a individualidade institucional, tal como a memória organizacional está limitada aos fatos e fenômenos que ocorrem única e exclusivamente no interior da Instituição, já que “A questão prioritária da organização é a eficácia. E a da Instituição é a legitimidade” (THIESEN, 2013, p. 108)

Compactuando com a extensão do termo Instituição de memória, Hjørland afirma que “Arquivos, bibliotecas e museus (**entre outras instituições**) foram denominadas instituições de memória” (HJØRLAND, 2013, p. 22, grifo e tradução nossa), sem mencionar quais seriam as outras instituições, ele deixa a critério dos pesquisadores interessados na temática explorarem quais instituições viriam a ser Instituição de

memória. Já para Galindo, as instituições memoriais podem ser entendidas como “aquelas organizações, públicas ou privadas eleitas ou construídas pela sociedade para realizar a tarefa da guarda, da preservação e do acesso ao patrimônio memorial e cultural das sociedades que servem” (GALINDO, 2015, p. 71).

Assim, essas instituições, em conformidade com os membros dos grupos sociais, também desempenham um papel preponderante no reconhecimento dos valores culturais vigentes por meio de um processo de legitimação que autêntica como legítimas as memórias pertencentes à sociedade. Nesse contexto, entendemos legitimidade como “uma percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, adequadas ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições” (SUCHMAN, 1995, p. 574, tradução nossa).

À vista disso, entendemos que as Instituições de Memória, assim como outras instituições sociais, possuem o “saber-poder” (FOUCAULT, 2014) para disciplinar a memória por meio da construção de um discurso normativo que rege quais aspectos serão incorporados à memória coletiva por meio da seleção feita por elas. Hall (2006), ao utilizar Foucault, afirma que o poder disciplinar se desenvolve ao longo do século XIX, mas que chega a seu desenvolvimento máximo no presente século. Segundo ele,

O poder disciplinar está preocupado, em primeiro lugar, com a regulação, a vigilância e o governo da espécie humana ou de populações inteiras e, em segundo lugar, do indivíduo e do corpo. Seus locais são aquelas novas instituições que se desenvolveram ao longo do século XIX e que “policiam” e disciplinam as populações modernas – oficinas, quartéis, escolas, prisões, hospitais, clínicas e assim por diante (HALL, 2006, p. 42)

Ainda vale ressaltar que o poder disciplinador exercido pelas instituições de memória na contemporaneidade, não está relacionado com a uma dominação política assimétrica comum em algumas instituições sociais que fazem uso do poder coercitivo, a exemplo das instituições citadas por Hall (2006) para mostrar superioridade, impondo à sociedade seus valores como regras a serem cumpridas. Nesse entendimento, existe uma constante relação de forças repressivas onde as instituições sociais que estão no topo da hierarquia têm o poder/saber de se impor diante do saber dominado que para Foucault (2014, p. 66) se trata de “conteúdos históricos que foram sepultados”. Thiesen (2013), ao entender que a legitimação é uma das características das instituições sociais, afirma que,

A Instituição, em seu processo instituinte, reivindica o direito à legitimidade que lhe dá fundamento. Nesse movimento de institucionalização há a expropriação de saberes, que são

desinstitucionalizados. Tendo em vista que a institucionalização define as regras do jogo, os atores ou parceiros devem abrir mão de parte de sua ação, de parte dos seus saberes. O saber popular deslegitima-se, em favor dos saberes (THIESEN, 2013, p. 193)

A partir de outro olhar, com a desvinculação das instituições de memória do Estado no século XX, compreende-se que o poder disciplinar utilizado pelas instituições de memória gerou uma crise que reduziram seu poder tornando-o simétrico e exercido por meio de uma “adesão afetiva” (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2009) em que os membros pertencentes às sociedades, em consonância com essas instituições, se sentem representados nos discursos construídos por elas, fazendo com que as identidades culturais sejam fortalecidas e, por conseguinte, gere um sentimento de pertença ao espaço onde vivem.

Dessa forma, a construção dos discursos normativos possibilita que essas instituições, para além de disciplinar, legitimem a memória que antes de pertencer a ela, pertence aos valores culturais e identitários da sociedade. Afinal, sem o aval das sociedades, as instituições de memória não teriam competência para legitimar, pois são as sociedades quem produzem os valores e discursos que lhe são próprios. As instituições de memória, apenas constroem um discurso que os privilegiam, de forma a chancelar e validar a memória pertencente aos grupos, fazendo dela um instrumento oficial.

Devemos entender, também, que o processo de legitimação praticado por elas, não se configura um mecanismo estático e imutável, visto que a memória é dinâmica e passível de ressignificação. Essa prática deve ser entendida como um mecanismo manipulável, pois ainda que legítimo é passível de contestações, podendo haver um processo de reavaliação a fim de identificar permanências e rupturas, das tradições, crenças e valores. Isso acontece, porque, uma das nuances das atividades culturais são as constantes transformações, que acontece sobretudo quando os indivíduos pertencentes às novas gerações se tornam protagonistas das práticas culturais e passam a atribuir novos sentidos aos valores culturais, incorporando elementos que vão dinamizar a memória social que está em um contínuo processo de ressignificação.

Diante disso, destacamos os Institutos Históricos e Geográficos como instituições de memória nacional que atuam em prol da legitimação dos valores pertencentes a cultura de diferentes nações, bem como as múltiplas regiões que a integram. Essas instituições, não possuem apenas a missão do resguardo documental, como também, incentivam a escrita da história a partir da ótica local, por meio de produções que evidenciem os aspectos históricos que estejam intimamente ligados as identidades nacionais e regionais.

4 A FORMAÇÃO DE INSTITUIÇÕES MEMORIALISTAS E SUA TRANSNACIONALIZAÇÃO: O INSTITUTO HISTÓRICO DE PARIS E DEMAIS INSTITUIÇÕES CONGÊNERES

Nos dias atuais, é comum a utilização do termo transnacionalização devido a diversidade de sentidos que a palavra apresenta. Seu caráter polissêmico permite que falemos em transnacionalização do capital, da indústria, da produção, do trabalho, dentre outros. No entanto, o advento desse termo se deu com a disseminação das multinacionais que passaram a implantar filiais em diversos países do mundo, sendo este o significado real do termo.

A partir da diversidade de sentidos que a palavra em questão oferece, podemos entender a transnacionalização como um fenômeno global que envolve não apenas práticas econômicas, mas também sociais e culturais, aumentando as interações sociais e atingindo diversos espaços longínquos, mas sempre de forma interligada.

No campo sociológico, Nestor Canclini (1988) trabalha com aspectos de transnacionalização no âmbito cultural da comunicação aplicada ao contexto da América Latina no século XX. Para o autor, as então tecnologias eletrônicas, como as televisões, configuram-se como um elemento que provocou grande impacto sócio-cultural por influenciar a sociedade em outras práticas culturais, anulando as fronteiras geográficas e criando uma espécie de caos. Para ele, existe um processo de manipulação facilitado pela constante “interação do local com redes nacionais e transnacionais de comunicação”. (CANCLINI, 1997, p. 285)

Tomando o termo por empréstimo, podemos aplicá-lo também ao contexto das instituições de memórias que, assim como os Institutos Históricos, passam por um processo de transnacionalização apresentando-se nos dias atuais como instituições que estão espalhadas por todas as regiões do globo. Aqui, iremos considerar a transnacionalização como uma prática salutar na perspectiva da emergência e do alargamento das instituições de memórias em outros espaços, tornando-as universais e possibilitando o estreitamento de seus laços com diferentes sociedades.

4.1 A criação dos Institutos Históricos: aspectos históricos institucionais

Para que possamos compreender o contexto de criação dos Institutos Históricos e Geográficos (IHG), tidos como instituições de memória nacional que desempenham um papel proeminente nas sociedades contemporâneas, é preciso compreender sua gênese atrelada ao contexto Pós-Revolução Francesa, período em que surge a noção da memória nacional em oposição à memória feudal. A memória nacional está atrelada ao surgimento dos Estados-Nação, onde a ideia da coisa pública passa a sobrepor-se em oposição à coisa privada que ainda imperava no Antigo Regime. Compactuando com essa ideia, Silva (2005) declara que “Após a Revolução Francesa, essas manifestações materiais de Cultura e do Patrimônio Nacional passaram do domínio privado para o público (SILVA, 2005, p. 31).

A memória nacional surge com o processo de independência dos países, não é por acaso que os IHG, dentre suas festividades, comemoram os aniversários de emancipação que lhes dão autonomia para criarem um governo próprio. Esta memória nacional passa a compor e fazer parte das instituições de memória. Vale lembrar a criação de bibliotecas e arquivos públicos que surgem nesse contexto, segundo Burke “o princípio do acesso público aos arquivos só foi proclamado com a Revolução Francesa” (BURKE, 2003, p. 129).

Ainda diante dessa conjuntura, Burke apresenta um importante debate ao afirmar que as instituições acadêmicas, na Europa Moderna, passaram a abrir suas portas para que outras camadas da população pudessem ter acesso ao ensino superior e se tornarem “homens de letras”, de forma que, “em meados do século XVII a oferta de estudantes começava a exceder a demanda por seus serviços, e substancial proporção de graduados que se frustravam em suas aspirações” (BURKE, 2003, p. 29).

Além das instituições de ensino que abriram suas portas aos novos discentes, também temos a valorização das disciplinas de História e a Geografia como campos científicos crescentes no âmbito acadêmico. De acordo com Burke (2003), a História conseguiu emergir ao se apoiar no Direito e na Política, já a Geografia tornou-se outra disciplina que ganhou predominância, ao conquistar seu espaço por meio da Astronomia.

Para além das instituições de memória e de conhecimento, novas instituições culturais também surgiram na Europa. Nos gabinetes de curiosidades, espaços reduzidos formados a partir de iniciativas isoladas, eram guardados em armários, artefatos e outras peças de origem mineral e vegetal aos quais só podiam ter acesso pessoas selecionadas.

Esses gabinetes se transformam em grandes museus, que passaram a fazer exposições abertas ao público, uma forma de possibilitar o acesso e democratizar as práticas culturais.

Vale destacar também que Paris no século XIX estava inserida no contexto Pós-iluminismo, em que grandes movimentos intelectuais advindos do iluminismo atribuíam valor aos chamados humanistas, fazendo com que as ideias defendidas pelos intelectuais e homens de letras fossem paulatinamente difundidas e aceitas na sociedade, originando a modernidade que se encontra acompanhada de uma aceleração no tempo. Para Latour (1995) a modernidade muitas vezes definida através do humanismo, no entanto, o autor questiona se já fomos modernos, pois o humanismo separou os humanos - cidadãos conscientes e falantes - dos não humanos - mudos e naturais - para ele, “a modernidade não tem nada a ver com a invenção do humanismo, com a irrupção das ciências, com a laicização da sociedade, ou com a mecanização do mundo” (LATOUR, 1995, p.40).

Em torno da discussão acerca do desenvolvimento intelectual de valorização do pensamento científico é que surge criação do Instituto Histórico de Paris (IHP), idealizado por Eugène Garay de Monglave (1796 – 1878), no ano de 1834. Essa criação foi uma tentativa de fomentar o desenvolvimento de trabalhos e estudos relativos aos aspectos históricos de Paris e de toda a Europa. Burke (2003) afirma que, junto com os Estados Unidos e a Alemanha, a França foi um dos países proeminentes na construção do conhecimento, associada à institucionalização.

Um dos objetivos do IHP expresso no estatuto (1834?) foi de “estimular e propagar os estudos históricos na França e no estrangeiro” (MACEDO, 2016, p.136) Assim, a partir das assembleias gerais, o IHP começou a estruturar os campos do conhecimento, que eram de interesse para o desenvolvimento de trabalhos e estudos. Vale lembrar que, desde o início do período moderno, as instituições acadêmicas também estavam passando por um processo de organização e reestruturação curricular do conhecimento.

Da mesma forma, o IHP propôs uma estrutura de organização do conhecimento como uma na tentativa de melhor produzir e valorizar os aspectos históricos, geográficos e também sociais da França.

Após a proposta de divisão dos trabalhos em 12 e depois em 6 classes, em 22 de fevereiro de 1836 as classes foram reduzidas a quatro, fundindo-se a primeira com a sexta – História Geral e História da França; seguindo a proposta de Michelet; segunda classe – História das Línguas e das Literaturas; a terceira classe surgiu da junção da segunda com a quarta – História das Ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e

Matemáticas; e quarta classe – História das Belas-Artes. Ainda na Europa vale lembrar a criação de outras instituições como a *Real Academia de la Historia* na Espanha e Academia portuguesa de História. (CARRARO, 2017, p.38)

Essa divisão visava facilitar a organização do trabalho, que seria desenvolvida pelos historiadores e demais membros que integrariam o instituto. “Historiadores, médicos, arquitetos, filósofos, poetas, naturalistas, advogados, educadores se reuniam em classes de estudo e pesquisa voltados ao saber histórico” (MACEDO, 2016, p.128). A partir dessa divisão, podemos perceber também que o IHP não se limitou apenas às pesquisas históricas, seu campo de estudo foi ampliado para outros campos do conhecimento, desenvolvendo estudos em diversas áreas das ciências humanas e sociais.

Destarte, o IHP se apresenta como uma Instituição que possui uma diversificada produção científica, com a contribuição de diversos cientistas e filósofos pertencentes a mais diversas regiões do mundo. Isso possibilita, que a construção da memória nacional parisiense se torne imponente sobre outras regiões e continentes, e fazendo com que o IHP se apresente como mais uma Instituição que facilita a construção e o acesso ao conhecimento de modo conjunto com universidades, arquivos, bibliotecas e museus formando uma rede de sociabilidade.

Podemos inferir também que a criação do IHP foi uma tentativa bem-sucedida que serviu de modelo para criação de outros Institutos em outros continentes para além da Europa. Seu processo de internacionalização possibilitou a difusão das práticas institucionais para outras partes do mundo, como a América do Sul, através de um projeto expansionista que ia de encontro a existência de grupos reduzidos como acontece nas práticas do oligopólio.

Nesse contexto, temos o Brasil como um dos primeiros países a importar o modelo organizacional do IHP. Isso se deve a grande quantidade de brasileiros que possuíam vínculos com o IHP, a exemplo de Manoel de Araújo Porto-Alegre, que tinha participação atuante no Instituto. Assim como o contrário também ocorria, a exemplo de Debret e Monglave, que era tido como um “brasileiro adotivo” (FARIA, 1967) ele também possuía uma grande simpatia pelo Brasil, além de apresentar boas relações com o monarca Dom Pedro I, com quem sempre trocava correspondências.

Tendo como modelo o IHP, surge um novo Instituto na América do Sul, o IHGB, fundado na capital imperial brasileira no ano de 1838, com a finalidade de auxiliar a construir a história da nação brasileira, tendo depois como protetor perpétuo o Imperador Dom Pedro II. O IHGB possuía uma relação estreita com o IHP. “O registro das

correspondências recebidas pelo Instituto oferece uma importante fonte de esclarecimento sobre a intensidade da relação de brasileiros e franceses mediada pelo IHP” (CARRARO, 2003, p. 23).

Guimarães (1988) também aponta para a influência que o modelo francês teve no IHGB. Para ele,

As semelhanças com o modelo francês parecem bastante evidentes: da mesma forma que as academias literárias e científicas provinciais francesas do século XVIII articulavam-se na teia mais ampla do processo de centralização levado a cabo pelo Estado, sediado em Paris, do Rio de Janeiro as luzes deveriam expandir-se para as províncias. Integrando-as ao projeto de centralização do Estado e criando os suportes necessários para a construção da Nação brasileira (GUIMARÃES, 1988, p.08).

De acordo com o primeiro estatuto do IHGB, sua finalidade consiste em “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil” (RIHGB, 1839, p. 18), a fim de promover os conhecimentos destes dois ramos científicos. Ao longo dos anos o estatuto passou por algumas adaptações, de forma que nos dias atuais, ele continua com a mesma finalidade, no entanto abrangendo não só o período Imperial, como qualquer outro período e outras Ciências Sociais que sejam do interesse da Instituição para construção do conhecimento histórico.

Cinco anos após a criação do IHGB, também em decorrência do processo de transnacionalização, temos no ano de 1843 em Montevidéu, a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai (IHGU), por iniciativa de Andres Lamas e Teodoro Vilardebó, que almejavam construir um lugar privilegiado para fomentar a escrita e a produção do conhecimento acerca da história do Uruguai. Dentre as principais funções do IHGU, Oliveira menciona que,

Quando Lamas escreveu o projeto de criação do Instituto para ser aprovado pelo governo oriental, ele argumentou que a principal função do Instituto seria a de: reunir toda clase de Libros, Memorias, Manuscritos, Mapas, Dibujos ó pinturas de trajes y costumbres, Medallas, retratos, autógrafos y otros objetos relativos alaHistoria, á laGeografía, y ála Estadística de la América delSur, asíantigua como moderna; dando sempre preferente atención al Río de la Plata, y especialísima al territorio de la República (OLIVEIRA, 2010, p. 68).

O IHGU teve apoio e influência do IHGB, sendo idealizado segundo seu modelo e possibilitando o estabelecimento de vínculos não só com o Brasil, mas também com a Europa. Vale lembrar que André Lamas, um dos fundadores, havia sido enviado ao Brasil, em 1847, para desenvolver funções diplomáticas por alguns anos. O historiador José

Carlos de Macedo Soares, em seu discurso durante as comemorações do primeiro centenário do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, afirma que,

Ambas as instituições tendiam a um alto propósito patriótico. É que tanto no Brasil como no Uruguai daquela época, no século passado “**século XIX**”, o problema máximo era a consolidação da nacionalidade, que exigia o trabalho obscuro, mas essencial dos historiadores e geógrafos (SOARES, 1943, p. 152, tradução nossa)

Dessa forma, podemos identificar, após um século da criação do IHGU, a existência de fortes vínculos entre essas instituições transnacionais. Soares (1943) deixa claro essa relação afetiva existente entre elas, ao afirmar que “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se torna parte ativa nas comemorações do primeiro centenário do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai” (SOARES, 1943).

Destacamos que, apesar da aproximação existente entre essas instituições de memórias, suas origens remontam um período em que as fronteiras entre as duas nações ainda não estavam delineadas. Dessa forma, podemos mencionara dificuldade que as Coroas Portuguesa e Espanhola tiveram na formação territorial e na demarcação das fronteiras em torno do Rio da Prata, ocasionando uma luta interminável sobre seus respectivos limites (OLIVEIRA, 1853) com constantes disputas por terras entre Brasil e Uruguai. Este dominado em 1821, quando o Brasil conquista a região que veio a se tornar Província da Cisplatina e permanece como um território anexo do Brasil até 1828, ano em que acontece a ruptura dos laços coloniais, por meio do Tratado de Montevideú.

De acordo com Barros, a construção da memória coletiva, também se dá por meio dessas diferenciações que existem entre os diversos povos que ocupam o mesmo espaço onde vivem. Para ele,

Grupos se opõem uns aos outros, incluem-se e excluem-se mutuamente, segmentam-se uns a partir de outro, avançam paralelamente ou entrelaçadamente no tempo, convivem no mesmo espaço social. Cada indivíduo participa na verdade de muitos grupos, cada qual com a sua memória: a vizinhança, o trabalho, o grupo ao que pertenceu na fase escolar, e ao mesmo tempo grupos maiores que também trazem a sua memória coletiva: a religião, a nação, a carreira profissional (BARROS, 2009, p.48)

Apesar de tratarmos de uma disputa político-territorial, os IHG se caracterizam por serem instituições científico-culturais, isentas de qualquer debate político em torno dos acontecimentos tangenciais ao momento em que vivem. O importante é perceber que,

todo o arcabouço histórico permite que ambos IHG compartilhem de um sentimento em comum uma vez que a região platina já esteve imbricada entre essas duas nações.

Assim, observamos que o IHP foi modelo para criação de outros institutos, ainda que do outro lado do Atlântico, sendo eles o IHGB que, por sua vez, serviu de modelo para criação do IHGU. Essa relação estreita mostra que ambos os institutos são considerados irmãos, que trabalham em prol da construção de uma história unificada da nação e da manutenção de suas respectivas memórias nacionais.

4.2 O papel atual dos Institutos Históricos e Geográficos na manutenção da memória nacional

O propósito de trazer para este trabalho os três Institutos Históricos e Geográficos mencionados no tópico anterior é uma tentativa de mostrar que, apesar de distantes geograficamente, essas instituições possuem um projeto coletivo, que é centralizar e preservar a memória nacional. Além disso, também podemos perceber que esses institutos possuem influências recíprocas, existentes desde o contexto de sua criação, fazendo com que sejam compostos por uma “rede de longa distância” (BURKE, 2003), onde um está ligado ao outro.

Assim, devemos considerar o expansionismo e a multiplicidade dos IHG um fenômeno transnacional salutar, pois permitem que uma Instituição não esteja fechada para o exterior, desenvolvendo suas funções em um isolamento social, ou numa “inércia institucional” (BURKE, 2003); ao contrário, o apoio de outro instituto criado anteriormente fortalece as práticas sociais e o intercâmbio cultural de diferentes costumes e tradições dos países, sem desfocar nas particularidades existentes em cada nação.

Podemos perceber também que os IHG são Instituições repletas de conhecimento histórico e geográfico acumulados ao longo de sua atuação na sociedade, perpassando diversas épocas e chegando aos dias atuais como modernas instituições de memória que dão continuidade ao projeto institucional de reconstituir o passado. Para que isso se torne possível, elas preservem os aspectos memorialistas já construídos por suas respectivas instituições e conduza-os em direção ao futuro.

Além disso, o que essas instituições possuem em comum é que elas são responsáveis pela produção historiográfica e por salvaguardarem a memória nacional que se materializa por meio dos acervos documentais.

No entanto, cada instituto possui suas peculiaridades que fazem deles instituições singulares, diferenciando-as umas das outras. O IHP não compõe seus aspectos memorialistas da mesma forma que o IHGB, que, por sua vez, se diferencia do IHGU. Essa prática heterogênea existe, pois, as instituições possuem uma formação autônoma e uma dimensão local distinta, sendo responsável por identificar aspectos relevantes para compor a memória da sua região. Isso acontece, porque as sociedades possuem tradições e formação sócio histórica diferenciadas, compondo assim suas particularidades, sem que uma comprometa a identidade da outra.

Aliás, são essas particularidades regionais existente dentro dos grupos que possuem aproximações com a realidade vivenciada no espaço onde vivem, que fazem os IHG's serem mais instituições de memória que instituições históricas. Para Barros (2009, p. 49) “a História unificar as histórias particulares, por assim dizer, em uma história mais ampla. A Memória Coletiva, ao contrário, é produzida a partir de uma visão de dentro do grupo”. Ao diferenciar história e memória, Assmann (2011, p. 143) afirma que “história e memória [...] são determinadas pela limitação recíproca que impõe uma à outra: uma é sempre o que a outra não é”. Enquanto a história é única e completa em sua totalidade, representando apenas o passado, a memória é um fenômeno atual, dinâmico e plural, presente nos indivíduos e na interação entre grupos sociais. Barros (2009, p. 36) compartilhando da mesma ideia de Assmann, afirma que “Memória e História são coisas distintas e geram espaços de saber diferenciados”.

Feita essa diferenciação, podemos entender que a memória a qual os IHG compartilham, se trata da memória nacional. Para Barros, “a memória nacional constituiria a forma mais bem-acabada e completa de memória coletiva” (BARROS, 2009, p. 50), pois ela permite que a multiplicidade de indivíduos pertencentes a uma nação, reconheçam e compartilhem de um passado comum que não é vivenciado, mas que através das construções históricas, perpetuam lembranças dos grandes acontecimentos e feitos sociais.

Para além das lembranças, a memória nacional também contempla aspectos sociológicos compostos por um conjunto de representação nacional, como os costumes, tradições e celebrações que se fazem presente por meio das práticas culturais dos agentes que compartilham do mesmo período social, compondo o espaço de socialização e de pertencimento ao lugar onde os agentes sociais vivem, bem como a unidade nacional formada desde outros contextos longínquos.

Dessa forma, essas instituições possuem nos dias atuais o grande desafio de discutir sua identidade, suas culturas e diferenças imersas nesse processo de constante interação, que podemos chamar de “multiculturalismo”. Seu caráter híbrido é consequência de processo formativo que possibilita o enlace com outras realidades culturais, acontecendo um “intercâmbio entre sociedades”, predominantemente, pelo fato de que a Europa ao se expandir em direção à América trouxe ar de modernidade, já que tudo que chega da Europa proporciona a construção de um ambiente civilizado. Guimarães (1988, p. 13) afirma que a França forneceu um modelo de vida social ao desenvolver um projeto, cujo objetivo era, “construir a imagem de um Brasil como frente avançada da civilização francesa nos trópicos”.

A partir da diversidade ocasionada entre diferentes continentes, Canclini afirma que a modernidade ainda não acabou de chegar na América, o que favorece esse constante processo de hibridação, “Entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existem de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 1997, p. 19).

Esse hibridismo é caracterizado pela mescla das fronteiras das grandes cidades e países que condicionam dentro de seus limites as entidades, tidas como meios para salvaguarda das tradições locais. Contudo, Canclini chama atenção para produção dos bens culturais, passíveis de serem comercializados pelas indústrias culturais. Segundo o autor “até o artesanato e a música tradicionais são analisados com referências aos circuitos de massa transnacionais, em que os produtos populares costumam ser “explorados” por empresas turísticas de comunicação” (CANCLINI, 1997, p. 31).

Apesar disso, devemos atentar que esse caráter híbrido, também é condicionado por uma produção intelectual, cultural e simbólica que permeia as instituições de memórias desde suas origens. Fazendo com que, atualmente, elas se voltem para manutenção do passado, visto que são instituições seculares, carregadas de aspectos históricos.

Assim, essas instituições se constituem verdadeiros espaços de recordação que inseridos em um dado contexto político e social, não se predispõem mais à discussão da formação nacional como outrora, mas sim a produzir e manter as recordações históricas dotadas de saudosismo aos sócios fundadores e aos heróis da nação. Segundo Assmann, “a formação da nação e a recordação [...] histórica estão intimamente ligadas” (ASSMANN, 2011, p. 87). Essa formação possibilita que as atuais gerações tenham

acesso ao conhecimento produzido, às construções históricas, aos mitos e símbolos nacionais e aos textos normativos que constantemente são passíveis de ressignificação.

Para a autora, as instituições produzem um tipo de memória chamada de memória funcional. Essa memória procede de modo seletivo: à medida que recorda uma coisa, esquece outra. Ela também se torna habilitada, pois contribuem para construção de um perfil identitário que aqui podemos chamar de identidade nacional. Os institutos, ao interligarem os membros, possibilitam-lhes um comum diálogo que favorece a construção de discursos normativos a ser disseminado na sociedade que permitem o reconhecimento e o sentimento de pertença à região onde vivem.

Pode-se perceber também que os IHG não possuem memória institucional sem que antes haja uma memória nacional. Isso acontece, pois, os institutos estão respaldados naquilo que proporciona um sentimento de patriotismo e orgulho dos agentes nacionais, de forma que a memória dessas instituições opera dentro de um espaço geográfico, constituindo a própria nacional.

Nesse contexto, os sócios, em suas diversas categorias,⁷ são considerados agentes de produção que desempenham um papel comunicacional relevante dentro dos IHG. Eles viabilizam a formação de um espaço de diálogo onde é possível discorrer sobre as pesquisas que desenvolvem. Esse diálogo, não acontecia apenas entre os membros pertencentes a uma mesma Instituição. A comunicação transnacional também acontece com outros institutos, por meio dos sócios correspondentes, que ao residirem em outro Estado ou país, tem a oportunidade de socializar o desenvolvimento de seus trabalhos em outros institutos, permitindo que o sócio efetivo de um instituto também se associe a outro que não seja o de origem.

Como observado por Oliveira (2010) em pesquisas realizada, existia uma grande quantidade de sócios correspondentes em comum entre o IHGB e o IHGU. Destacamos que a presença dos brasileiros no IHP no contexto de criação também se demonstrava de forma acentuada; Carraro afirma a existência de “uma forte adesão e participação dos brasileiros” (CARRARO, 2017).

Daí, é possível inferir que a memória produzida por esses agentes é composta uma tradição normativa, cujos membros, a partir do interesse, selecionam o que é relevante e de valor institucional. O registro desses discursos normativos se materializa por meio das coleções de documentos e monumentos que foram e são produzidas e acumuladas no

⁷ Os sócios seguem, em tese, as seguintes categorias: fundadores, efetivos, correspondentes, honorários e beneméritos.

curso do tempo. Essas instituições se propõem a armazenar seus suportes informacionais para que seja possível manter a memória e possibilitar o acesso às futuras gerações. Assmann afirma que “a memória viva implica numa memória suportada em mídia, que é protegida por portadores materiais, como monumentos, memórias, museus e arquivos”. (ASSMANN, 2011, p. 19).

Vale destacar que os IHG são entidades múltiplas que possuem centros de documentação composta por bibliotecas, arquivos e museus que resguardam uma diversidade de fontes documentais proveniente das mais diversas tipologias; esses acervos se constituem fonte para construção da memória, segundo Camargo e Goulart,

Com matrizes tão distintas, esses elementos passam a conviver no centro de memória, formando um acervo que, além de ostentar aspectos próprios às modalidades de custódia exercidas por arquivos, bibliotecas e museus, operam ainda outro tipo de amálgama: colocam, no mesmo plano, dados, informações e arrazoados que possam concorrer, cada qual à sua maneira e em diferentes escalas, para a produção de conhecimentos úteis a Instituição (CAMARGO. GOULART, 2015, p. 54)

Assim, o rico e diversificado acervo dos Institutos Históricos são fontes de informação indispensáveis para que se possa compreender os aspectos históricos e geográficos em nível de nação. Uma das produções documentais dos Institutos são as revistas, espaço onde são publicados artigos produzidos pelos pesquisadores, relatórios de atividades desenvolvidas pelos institutos, além de documentos inéditos, correspondências dos sócios e resenhas de obras literárias.

A ideia de publicar a revistas foi iniciada pelos membros do IHP em 1834, ano em que começa a circular o periódico. A proposta da revista de possibilitar uma melhor comunicação científica entre os pesquisadores e sócios pertencentes à Instituição e que constantemente realizavam estudos. Esse método de comunicação também foi levado para o IHGB no ano de 1839 e para o IHGU em 1843, proporcionando uma vasta produção documental em torno de diversos temas e que continuam a ser publicadas até os dias de hoje.

Dessa forma, os IHG são instituições patrióticas que por meio das atividades desenvolvidas pelos sócios, publicações periódicas e organização dos acervos institucionais, promovem e difundem a memória nacional; guardam a herança cultural; constroem narrativas históricas e possibilitam o acesso ao conhecimento em relação ao passado, destacando aspectos de relevância social.

5 MEMÓRIA NACIONAL: FORMULAÇÃO DE UM CONCEITO E RELAÇÕES COM O BRASIL

Foco dessa análise, a formulação do conceito de memória nacional e o diálogo com as reflexões proposta por Renato Ortiz (1986) que entende a memória como um elemento de ordem ideológica e produto de uma história social. A partir de uma perspectiva teórica, propõem-se às implicações que a memória nacional possui para um grupo de patriotas e suas diferenciações com a memória coletiva (HALBWACHS, 2013). Destacando que a memória é complexa e difícil de enquadrar em separações bem delineadas.

Além disso, destaca a conjuntura histórica de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), responsável por projetar valores pertencentes à nacionalidade brasileira que também ocasionou na implementação de uma modernidade seletiva onde apenas uma minoria era contemplada. Inicialmente, essa modernidade era restrita a um grupo dominante e posteriormente aberta para agregar valores pertencentes a grupos possuidores da cultura não europeia.

Por fim, relaciona-se a memória nacional à identidade brasileira, evidenciado as contribuições advindas da mestiçagem entre negro, índio e europeu para uma identidade plural. Nesse contexto, vale destacar o poder transformador que a informação etnicorracial possui para minimizar práticas de exclusão existente pelos grupos dominantes com os grupos subalternos, tal como aconteceu no decorrer do Brasil oitocentista, por meio de práticas implementadas por instituições possuídas do saber/poder.

5.1 Memória nacional: um conceito

A memória deve ser observada a partir das relações de rede estabelecidas entre os múltiplos entendimentos, a fim de não a enquadrar em uma visão reduzida e limitada. No entanto, dentre as diversas categorias de memória estudada pelas áreas do conhecimento se encontram a memória coletiva e a memória nacional. Na primeira, as particularidades vivenciadas pelos indivíduos no dia a dia com familiares, amigos e demais integrantes da sociedade, ainda que corriqueiras, contribuem para o fortalecimento da memória coletiva (HALBWACHS, 2013) a partir da reconstrução do passado vivenciado que se faz presente nas lembranças.

Já a memória nacional é composta por eventos que ressoam em toda sociedade. Ela não anula a coletividade da memória, mas apresenta uma relação com o patriotismo que os indivíduos estabelecem com a nação. O elemento patriota é fundamental para a efetivação da memória nacional, pois ele é responsável pelo sentimento de pertencimento à nação. Para Pollak (1989), a memória nacional é fortemente constituída e implica no pertencimento dos indivíduos com as fronteiras sociais. Para ela, “a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva” (POLLAK, 1989, p.3). Assim, a percepção do pertencimento aos valores, à tradição, à cultura e à identidade são elementos que ativam a memória nacional.

Por conseguinte, o pertencimento à pátria é um elemento que contribui para a estruturação do lugar próximo que nos dar segurança (TUAN, 1983), como afirma Oliveira (2012, p. 11), “a própria pátria, vista como nosso lar, afetivamente se torna um lugar”. Caso essa relação de proximidade com os elementos identitários não aconteçam, os indivíduos estariam ocupando um não-lugar, tido como um espaço destituído de expressões simbólicas de identidade (BAUMAN, 2001).

Para Tuan (1980), o patriotismo significa amor pela terra pátria ou terra natal e essa afeição não acontece de forma homogênea em todas as sociedades. Segundo ele, “a afeição pela pátria é uma emoção humana comum. Sua intensidade varia entre diferentes culturas e períodos históricos” (TUAN, 1983, p.175). O mesmo autor apresenta dois tipos de patriotismo:

Há dois tipos de patriotismo: local e imperial. **O patriotismo local** reside na experiência íntima do lugar e no sentido da fragilidade do que é bom: não há garantia de que dure, aquilo que amamos. **O patriotismo imperial** se nutre no egotismo coletivo e orgulho. Este sentimento é fortemente exaltado quando aparecem ambições imperiais: por exemplo, Roma, no primeiro século depois de Cristo; Inglaterra, no século dezanove; Alemanha no século vinte. (TUAN, 1980, p. 116, grifo nosso)

Posto essa concepção, deve-se entender que o patriotismo local apresenta uma maior similaridade como a memória, visto que está associado à experiência íntima que os indivíduos estabelecem com o lugar amado – casa, bairro, Estado, país - e compartilhado com os demais membros do grupo. A vivência dessas memórias deve ser registrada para que possam ser transpassadas, pois como afirma Tuan (1980), não existe garantia de que dure. Assim, caso o registro não aconteça, a memória se torna fadada ao esquecimento.

Em oposição, o patriotismo imperial é imposto por um grupo dominante, detentores do poder, que levam em consideração apenas os elementos de sua própria

cultura e que por meio da força, julgam o valor cultural dos outros grupos sociais. Esse tipo de patriotismo, pode ser identificado em diversos períodos históricos, inclusive no Brasil oitocentista.

Assim, entende-se por memória nacional o sentimento de copatriotismo que os indivíduos estabelecem na contemporaneidade a partir das relações sociais e culturais com o país onde vivem e com as múltiplas regiões que compõem o território. A memória nacional anula as fronteiras dos estados para assumir um caráter abrangente e heterogêneo, e se diferenciar de outros países que não apresentam valores semelhantes. Por isso, ela possui um passado comum e integra as múltiplas identidades reformuladas pelas gerações posteriores, compondo um repertório novo aos antigos costumes, visto que a memória nacional nem sempre é vivenciada pelos indivíduos no tempo, mas sempre pode ser vivenciada por eles no espaço.

Com esse entendimento, percebe-se que a memória não é dicotômica, porém existem diferentes formas de percebê-la. Assim, ao diferenciar memória coletiva de memória nacional, Ortiz (1986) apresenta três diferenciações para compreender os distanciamentos existentes entre elas. Na primeira, ele afirma que “a memória coletiva é da ordem da vivência, a memória nacional se refere a uma história que transcende os sujeitos e não se concretiza imediatamente no seu cotidiano” (ORTIZ, 1986, p.135). A partir dessa distinção, é possível entender que a memória coletiva está associada às experiências próprias vivenciadas pelos indivíduos no cotidiano em seu tempo de vida, que só é transmitida quando registrada em um documento. A memória nacional, geralmente está associada a acontecimentos anteriores ao nascimento dos indivíduos, mais que pela sua repercussão nacional e pelo registro em um suporte documental torna-se possível transcender o tempo.

Em seguida, o autor diz que “a memória coletiva se aproxima do mito e se manifesta, portanto, ritualmente. A memória Nacional é da ordem da ideologia, ela é produto de uma história social, não ritualizada da tradição” (ORTIZ, 1986, p.135). Ao se tratar dos mitos que se manifestaram ritualmente, pode compreender que Ortiz faz referência ao conjunto de narrativas popular já trabalhado por um dos maiores folcloristas do Brasil, Câmara Cascudo. Em seus estudos, Cascudo (1967) afirma que o folclore é um patrimônio de tradições que é transmitido oralmente, responsável pela construção da identidade brasileira que sobrevaloriza as histórias advindas da cultura popular. Para ele,

A necessidade de valorizar o estudo da cultura popular deveria orientar-se na evidência de sua utilidade indispensável. A impressão comum,

entre letrados e educadores no exercício da orientação pedagógica, é que o folclore é um documentário de curiosidades. [...]. Sugere uma exposição de salvados resíduos, restos mortos de culturas defuntas, boiando inconscientes, à tona da memória coletiva (CASCUDO, 1967, p. 251)

No entanto, a cultura popular e o conjunto de crenças em assombrações que incluem personagens mitológicos como o boi-bumbá e o saci-pererê, são elemento presente no imaginário social que estão à toma da memória coletiva, mais que não são passíveis de comporem a memória das nações. No entendimento de memória nacional, os mitos são substituídos pela diversidade de comemorações celebradas anualmente em datas específicas que fazem alusão aos heróis nacionais e seus feitos que contribuíram para formulação da nação.

Dessa forma, a memória nacional é construída historicamente a partir de questões políticas e ideológicas, além de possuírem uma forte relação com o poder que ao longo do século XIX foi utilizado em larga escala por instituições como IHGB em conjunto com outros órgãos do Estado pertencentes a hierarquia de poderes, que contribuíram para sustentação da autoridade monárquica, disseminando valores oficiais na sociedade com o intuito de manter a unidade territorial. Assim, ainda que ela seja oficial, não implica dizer que os valores defendidos por elas refletem uma identidade verdadeira pertencente a memória, visto que ela também está sujeita a manipulações, pois como afirma Pesavento (2003, p. 51) “tudo o que foi um dia poderá vir a ser contado de outra forma”.

Para que a memória nacional pudesse se perpetuar no tempo, as instituições governamentais criaram um conjunto de dispositivos para gerar o sentimento de pertencimento à nação. Como, por exemplo, as produções artísticas de bandeira, quadros e outros conjunto de símbolos nacionais que transmitem um discurso ideológico para aproximar os membros dos grupos sociais. Para Zilli, (2016, p. 89), “a arte se enquadra e compartilha das expressões da memória, possuindo importante papel social”. Assim, a arte é fundamental para ressignificação da memória nacional, pois permite que os indivíduos visualizem, por meio da ótica do artista, outros cenários e acontecimentos que contribuem para formação da identidade nacional.

Em uma terceira diferenciação, Ortiz (1986) entende que a memória nacional não pode ser particularizada a um grupo restrito de indivíduos que elaboram um discurso de unidade e homogeneidade. Para ele, a memória nacional pode ser caracterizada como universal e está acima de todos os grupos.

O que caracteriza a memória nacional é precisamente o fato de ela não ser propriedade particularizada de nenhum grupo social, ela se define como um universal que se impõe a todos os grupos. Contrariamente, à memória coletiva, ela não possui uma existência completa, mas virtual, por isso não pode se manifestar imediatamente enquanto vivência (ORTIZ, 1986, p. 136).

Diante da abrangência que a memória das nações possui, as Instituições administrativas e governamentais constroem o discurso de unidade para fortalecer o sentimento de pertencimento ao país onde vivem e, por conseguinte, se perpetuarem no poder político e ideológico. Para atingir esse propósito, uma série de instituições e produções vão estabelecer princípios para que os membros dos grupos sociais se tornem personagens, ora excludentes, ora includentes, a depender dos interesses de quem detém a identidade nacional.

No Brasil, a ideia de construir valores vinculados a identidade e a memória nacional iniciou-se no início do século XIX, de forma paulatina e na medida em que o Império se desfazia do conjunto de valores lusitanos e iniciou um processo de construção autônomo que atribuiu novos traços culturais a brasilidade, ainda que influenciado pelos antigos. Para Guimaraes,

A Memória Nacional seria construída consoante o ponto de vista dos representantes metropolitanos da colônia. E, deste modo, o Estado Monárquico, estabelecido em 1822, começaria a ‘inventar tradições’. Transformou-se no legítimo herdeiro e sucessor do império ultramarino lusitano (GUIMARAES, 1997, p.83).

Assim, com o intuito de formular uma identidade brasileira, se fez necessário investir em instituições de memória nacional vinculadas ao Estado para oficializar a memória do país, tornando-a legítima. Dentre as instituições de memória nacional existentes no Brasil, se encontra o IHGB, que como mencionado no capítulo anterior, foi criado no ano de 1838 para o desenvolvimento de um projeto histórico que contribuíssem com a cultura que era acessível a poucos. Para Guimaraes (1997, p. 80) “às análises acerca da memória nacional, cuja construção se dá de modo sistemático em uma série de instituições, desde as escolas elementares até os arquivos, passando por organismos da natureza do IHGB”.

Peixoto (2011), menciona que durante o século XIX existia uma estreita relação entre o IHGB e estrutura do Estado. Assim, não seria possível dissociar o projeto histórico empreendido pelo IHGB das instituições administrativas monárquicas que faziam uso do poder político. Para ele,

O IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) tem sido consistentemente apontado por vários autores como o centro da produção de um projeto histórico que, no século XIX, se constituiu em torno da questão nacional, destacando-se, em geral, que as particularidades dessa Instituição guardavam profundas relações com a própria estrutura do Estado, com aqueles grupos que o sustentavam e com determinado contexto histórico (PEIXOTO, 2011, p.11)

Dessa forma, o IHGB em conjunto com outras Instituições detentoras do poder político pertencentes a estrutura do Estado, monopolizaram o saber através das relações de forças que contribuíram com o objetivo lusitano de formular uma identidade capaz de manter a integridade nacional. Na concepção de Foucault (2014), o poder político é capaz de esquadrihar a população para desenvolver a estrutura do Estado. Assim, grupos que se demonstrassem desfavoráveis para com o projeto político renegando o poder coercitivo das instituições seriam punidos com o esquecimento.

Era preciso ter um território íntegro para uma dominação ampla, onde o conhecimento produzido por essa Instituição pudesse atingir os espaços que não se limitavam à capital imperial do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, mas também ao exterior. Isso foi possível graças a um empreendimento realizado por homens públicos e intelectuais que segundo Guimarães (1997, p. 76) “a construção da Memória do Império foi um longo e seletivo empreendimento, onde se procurou pinçar, no ‘vertiginoso repertório’ do passado, os esclarecimentos que pudessem auxiliar na definição do presente”.

É nesse repertório de passado vertiginoso que o IHGB se propõe em seus primeiros anos de atividade, a empreender um projeto que contemplasse poucos. Mais que posteriormente, devido as circunstâncias sociais, tornou-se necessário democratizar a identidade brasileira, possibilitando que índios e negros pudessem fazer parte dele.

5.2 Memória nacional, identidade brasileira e questões raciais

No decorrer do século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro esteve vinculado à elite brasileira que, subordinada à tradição lusitana, pensou a identidade nacional a partir de uma visão limitada de raça construída pelo velho mundo europeu. Os valores culturais foram importados e reproduzidos pelos colonizadores que aspiravam o Brasil como um país civilizado. Como afirma Salgado, “a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa” (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

Nesse contexto, a sobrevalorização do patriotismo imperial (TUAN, 1980) pertencente a raça branca eurocêntrica com elementos de cultura da *Belle Époque* absorvida no Brasil é que caracteriza os primeiros anos da Instituição. A elite, representada pelos europeus, brancos e cristãos católicos, exerceu uma importante contribuição nas produções acerca da identidade brasileira. No entanto, a ideia de cultura não deveria ser resumida a uma visão elitista. Os portugueses ocupavam uma posição superior na hierarquia, eram civilizados e tinham o papel civilizador, utilizando sua cultura como um instrumento de dominação que impuseram sobre as demais culturas.

Diferente dos brancos, os negros e os índios não contribuíam para formação da identidade nacional pois segundo a visão europeia deveriam ser homogêneas para evitar confrontos e divisões dentro da nação, daí a importância do poder político que segundo Foucault (2014, p. 99) “tenta impor a paz na sociedade civil”. Guimaraes (1988), ao destacar o processo de exclusão das minorias, destaca que “ao definir a Nação brasileira enquanto representante da idéia (*sic*) de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros” (GUIMARÃES, 1988, p. 7). Assim, esses grupos ocuparam uma posição subalterna e foram excluídos da legitimação institucional do IHGB, que tinha um pensamento hegemônico da raça branca, excluindo os índios e, sobretudo, os negros.

O índio era visto como selvagem e exótico passível de ser civilizado. A cultura indígena era vista como uma cultura estranha e primitiva que precisava ser decifrada para melhor ser compreendida. Assim, o contato com os nativos por meio do método etnográfico e o estudo da língua contribuiu para compressão deles e colocou em xeque a viabilidade ou não do índio se tornar representante da nacionalidade brasileira. Como afirma Guimarães (1988, p. 11), “será, portanto, em torno da temática indígena que, no interior do IHGB e fora dele, travar-se-á um acirrado debate em que literatura, de um lado, e história, de outro, argumentarão sobre a viabilidade da nacionalidade brasileira estar representada pelo indígena”.

Já Para Doriguello Jr (2017) “os indígenas foram fundamentais para nacionalidade brasileira”. Ou seja, o conjunto de símbolos reproduzidos pelos indígenas, muitas vezes associado a elementos da fauna e da flora brasileira, fizeram deles grupos que poderiam representar a nação. Para o autor, (2017, p. 144) “pensar o indígena não era somente algo lícito no processo de escrita da história da pátria, mas condição *sine qua non* para sua visibilidade”.

Os negros, por sua vez, eram personagens esquecidos e ausentes nas produções dos românticos, pois existia uma “visão do elemento negro como fator de impedimento ao processo de civilização” (GUIMARÃES, 1988, p.17). Por isso, eles eram considerados uma coisa útil apenas para suprir a mão de obra. Para Halbwachs (2013, p. 147) “o escravo, é verdade, não passava de uma pessoa reduzida ao estado de coisa”. Logo, eles possuíam apenas obrigações que deveriam ser cumpridas e não desfrutavam da identidade nacional e ao registro da memória legitimada pelo IHGB. Para Doriguello Jr (2017, p. 145), “pensar o negro como parte da nação, pelo menos no IHGB, era algo que durante largo tempo fugiria aos limites do pensamento”.

Entendendo que a identidade brasileira no século XIX é contemporânea à escravidão, os negros não tinham a oportunidade de pertencer à identidade brasileira, visto que foram obrigados a se retirarem do seu lugar de origem, onde desenvolviam práticas culturais socializadas com os outros negros, e foram incorporados a um outro por meio da repressão e intolerância para com suas práticas. Assim, a residência que passaram a habitar, transformou-se em local de resistência. Existindo assim uma constante relação entre os que exercem o poder e aqueles que são dominados, o que Foucault (2014) chama de dominação/repressão. Os negros, ao chegarem no Brasil, procuraram manter seus costumes ainda que de maneira adaptada, para não serem penalizados com que repressão que sofreriam caso manifestassem suas práticas culturais, como a capoeira e o culto aos deuses e orixás que originou o sincretismo. Isso permitiu que suas contribuições culturais se inserissem na memória nacional do Brasil de forma clandestina.

Entretanto, o fim da escravidão não viabilizou o direito as práticas identitárias e ao direito à memória. Durante o século XX é possível identificar tentativas de apagamento da memória dos negros. A incineração de documentos de diferentes tipologias relacionados ao período da escravidão no Brasil, autorizada por Ruy Barbosa (1849 – 1923), trouxe danos irreparáveis para a memória nacional por inviabilizar o conhecimento acerca do processo escravista no Brasil difíceis de serem recuperados, pois como afirma Vattimo (2007, p. 15) “quem administra a história são os vencedores, que conservam apenas o que se coaduna com a imagem que dela fazem para legitimar seu poder”. Halbwachs (2013, p. 133) ao tratar dos apagamentos repentinos sofridos por alguns grupos afirma que “o lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras”.

Apesar da implementação de novas reflexões existente no começo do século XX, advindas da modernidade da semana de 1922 que trouxe os negros e índios para as artes

plásticas e da construção de universidades no Brasil, alguns teóricos ainda continuam presos à visão do século XIX e optam em continuar com a tradição do pensamento conservador empreendido pelo IHGB. Dentre eles, Gilberto Freire, que na visão de Ortiz (1986) “Gilberto Freire representa continuidade, permanência de uma tradição, e não por acaso que ele vai produzir seus escritos fora da Instituição ‘moderna’ que é a universidade, trabalhando numa organização que segue os moldes dos antigos institutos históricos e geográficos” (ORTIZ, 1986, p.41).

É apenas na década de 1930, com o fim do Estado oligárquico, que passa a existir uma reconfiguração da memória nacional, entendida a partir dos modelos proposto pelo patriotismo local (TUAN, 1980). Daí em diante, a memória nacional se torna em uma certa medida, mais democrática com o surgimento das Universidades Públicas e de um conjunto de autores modernos como Caio Prado Junior e outros teóricos que contribuíram com a ideia de que índios e os negros deveriam serem vistos como um símbolo nacional. O reconhecimento das raças e suas contribuições para construção da nação brasileira tende a criar não uma unidade, mas uma harmonia nacional que se encontrava em um constante processo de exclusão. Por meio de um processo de redescobrimento do Brasil (MOTA, 2011), iniciado após a revolução de 30, uma nova realidade surge.

A historiografia da elite oligárquica, empenhada na valorização dos feitos dos heróis da raça branca, e representada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (fundado em 1838) vai ser contestada de maneira radical por um conjunto de autores que representarão o ponto de partida para o estabelecimento de novos parâmetros no conhecimento do Brasil e seu passado. Esse momento é marcado pelo surgimento das obras de Caio Prado Junior (1933), Gilberto Freire (1933), Sérgio Buarque de Holanda (1937) e Roberto Simonsen (1937) (MOTA, 2011, p.46)

A partir desse contexto, pode-se identificar uma crise do IHGB tido até então como uma das poucas instituições disciplinares da identidade brasileira. O IHGB passa a dividir o poder saber com outras instituições culturais e educativas existentes no cenário nacional. Ao discorrer sobre a ideia de poder assimétrico, utilizado em larga escala pelo IHGB, Foucault afirma que (1987, p.218) “temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade”.

A fim de reproduzir a realidade cultural do Brasil, o IHGB altera o discurso institucional e passa a buscar no passado, figuras anônimas antes renegadas, são os

chamados homens infames, que para Foucault (2003, p. 210) se trata de “vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las”. Esses homens pertencentes a outras culturas, passaram a ser evidenciados pelas produções do IHG’s como personagens que contribuíram com feitos heroicos para a nacionalidade, a exemplo do indígena Poti Felipe Camarão e Zumbi dos Palmares. O pensamento de agregar os diversos grupos culturais está presente no pensamento de Bauman, que afirma que “na hierarquia da cultura, não se pode mais estabelecer prontamente a distinção entre a elite cultural e aqueles que estão abaixo dela [...]” (BAUMAN, 2013, p. 7).

Vale destacar que a disseminação de informações etnicorracial, tido como um conceito desenvolvido no âmbito da Ciência da Informação, contribuir para igualdade racial para grupos como os afrodescendentes. Para Oliveira e Aquino,

O conceito de informação etnicorracial aplicado à afrodescendência permite-nos dizer que engloba a documentação legal, os textos didáticos, os manifestos, bibliografias, iconografias, todo material informacional visual e não-visual – oral, escrito, digital – oriundo do Governo, das Universidades, das Secretarias Municipais e Estaduais, das ONGs, Movimento Negro, Museus, Arquivos, Centros de Informação etc, produzido com vistas à promoção da igualdade racial na sociedade brasileira e, dentre outras políticas, que tratam e regulam as relações étnicas baseadas na diversidade humana (OLIVEIRA; AQUINO, 2012, p.487)

Com o registro dessas informações em documentos, a Ciência da Informação visa por meio de suas produções científicas, disseminá-las como uma forma de tornar possível uma sociedade onde as relações humanas acontecem de forma igualitária, diminuindo práticas de exclusões e discriminações para com grupos historicamente desprivilegiados. A informação transformada em conhecimento, possui o poder transformador de gerar respeito aos valores culturais do outro.

Dessa forma, não se pode pensar na identidade nacional do Brasil, sem levar em consideração a mestiçagem advinda das culturas indígena, africana, branca. Assim como a raça, a cultura brasileira também é miscigenada e deve reconhecer as diversas contribuições advindas das manifestações e crenças. Todas essas culturas não podem ser analisadas de forma isolada, diferenciando as fronteiras dos elementos que as compõem tal como acontece com os espaços associados a fronteiras e territórios. A cultura deve ser analisada a partir da multiplicidade de elementos integrantes que coexistem, pois, ao anular as fronteiras existentes entre os agentes sociais os indivíduos mantêm constante interação social, de forma que, diferentes origens compartilham o mesmo espaço.

6 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA INSTITUIÇÃO DE MEMÓRIA PARA O ESTADO POTIGUAR⁸

Após obter resultados satisfatórios advindos do propósito institucional do IHGB, o projeto de construção da identidade nacional foi levado adiante com a criação de novos Institutos Históricos e Geográficos que logo foram se espalhando pelas regiões do Brasil. Assim, no final do século XIX alguns IHG's foram criados em nível provincial, e posteriormente, com o advento da República, outros institutos foram criados no âmbito dos Estados que compunham a federação do Brasil.

A expansão dos Institutos Históricos pelo Brasil representa uma preocupação com o desenvolvimento das múltiplas identidades nacionais, mas sobretudo com a guarda dos valores locais existentes dentro dos Estados brasileiros. No Quadro 4, é possível identificar a cronologia de criação dos IHG's dos Estados, que se iniciou na segunda metade do século XIX e se estende até a segunda metade do século XX.

Quadro 4 – Cronologia da criação dos Institutos Históricos do Brasil

FUNDAÇÃO	NOME DA INSTITUIÇÃO DE MEMÓRIA NACIONAL
1862	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGPE)
1887	Instituto do Ceará (IC)
1869	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL)
1894	Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (IHGBA)
1894	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)
1896	Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC)
1900	Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR)
1900	Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA)
1902	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)
1905	Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGPB)
1907	Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG)
1912	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)
1916	Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES)
1917	Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IHGAM)
1918	Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI)
1919	Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso (IHGMT)
1920	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS)
1925	Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGMA)
1937	Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGGO)

⁸ Potiguar é um dos gentílicos (adjetivo pátrio) de quem nasce no Estado do Rio Grande do Norte. Optou-se por essa terminologia, pois ela possui uma forte influência dos indígenas nativos da tribo Tupi que habitavam a região. Em sua etimologia tupi-guarani, Potiguar significa 'Comedor de Camarão'.

1957	Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)
1964	Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF)
1978	Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul (IHGMS)
1987	Instituto Histórico e Geográfico do Amapá (IHGAP)

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Ao analisar o quadro exposto, é possível identificar a diversidade de IHG's espalhados pelas múltiplas regiões do Brasil, com destaque para o caráter pioneiro dos institutos situados no Nordeste. Eles foram as primeiras instituições a se instalar e a produzir conhecimentos voltados para a valorização da cultura regional, a exemplo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, Instituto do Ceará, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e, posteriormente, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

A criação dos institutos no Nordeste foi uma forma de preservar e incentivar pesquisas históricas que não apresentassem apenas a visão dos historiadores concentrados no IHGB, com sede no Rio de Janeiro, pois outros historiadores cariocas como Joaquim Norberto de Souza Silva (1820-1891) e Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876), em um contexto anterior à fundação do IHGRN, já haviam publicado sobre temáticas norte-rio-grandense, na revista do IHGB, como é o caso dos índios Felipe Camarão (1580?-1648) e Clara Camarão (século XVII).

Dentre os primeiros institutos regionais, o IHGRN, criado em 29 de março de 1902, é considerado pelos sócios e demais membros a mais antiga Instituição cultural do Estado do Rio Grande do Norte e um dos mais antigos institutos criados no Brasil. Para Sobral (2017), antes de sua criação, em 1902,

Outros estados já haviam instituídos os seus e o modelo maior, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro já existia desde 1838. É bom que se diga que não há uma filiação entre as casas, os IHG são instituições de direito privado e fins públicos. Ofertando espaço para visitação, frequentando o acervo e sala de pesquisa aos interessados (SOBRAL, 2017, p.22)

Já para Wehling (2010), os Institutos Históricos e Geográficos são centros de referência documental, porque, ao contrário da maior parte das instituições congêneres, no Brasil e no exterior, possuem acervos dos mais importantes para o país; são os campos bibliográfico, arquivístico e museológico. Diante de todo aparato documental, essas instituições exercem uma função ímpar na propagação de pesquisas que contribuem para a construção identitária, mas também no acesso à cultura que pertence ao povo brasileiro.

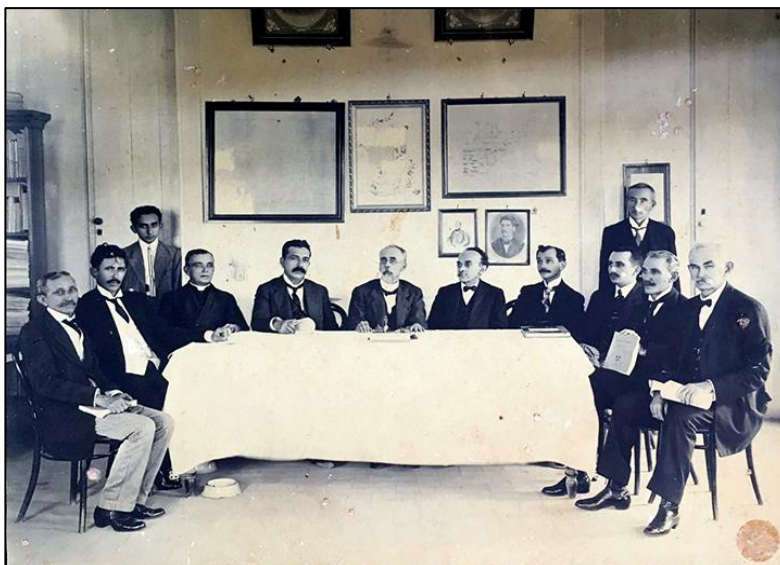
6.1 A trajetória da mais antiga Instituição cultural do RN: sedes, estatutos, revistas e sócios

Com o alvorecer da República no Brasil, um novo modelo de ordenamento político surgia, e com ele novas disputas políticas territoriais com o intuito de conquistar e formular os territórios estaduais. No Rio Grande do Norte não foi diferente, a disputa territorial com o Ceará pela cidade de Grossos, que chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), fez com que o então governador convidasse juristas como Ruy Barbosa (1849 – 1923) e Augusto Tavares de Lyra (1872 – 1958) para defender o Estado.

Nesse contexto, outro personagem se torna importante para o favorecimento da causa, o Desembargador Vicente de Lemos (1850 – 1919) também passa a atuar na defesa da integridade do limite territorial do Rio Grande do Norte. Para isso, se fez necessário reunir um conjunto de documentos que comprovasse o pertencimento das terras em questão ao Estado do Rio Grande do Norte. Assim, pesquisas foram feitas pelo então desembargador nos arquivos de Recife e do Rio de Janeiro a fim de coletar documentos que comprovassem o pertencimento das terras ao Estado do Rio Grande do Norte.

A partir da necessidade de coletar e armazenar documentos relevantes para comprovar a integridade do território do Rio Grande do Norte e com o apoio de outros intelectuais da época, o Desembargador supracitado propõe a criação do IHGRN. Sua fundação ocorreu oficialmente em 29 de março de 1902, durante o governo de Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (1872-1944), por um grupo de intelectuais notáveis que se reuniram para formular a identidade potiguar “organizar o arquivo e reunir pesquisadores para construir a memória histórica do Rio Grande do Norte, eis a justificativa de Vicente de Lemos para a fundação do IHGRN” (COSTA, 2017, p. 224).

Imagem 2- Sócios fundadores do IHGRN em 1902



Fonte: Site do IHGRN.

Os sócios fundadores foram compostos por um grupo de 26 intelectuais notáveis. Na Imagem 2 (1902), é possível identificar doze dos sócios-fundadores, sendo eles: Alberto Maranhão, Francisco Carlos Pinheiro da Câmara, Francisco de Salles Meira e Sá, Francisco Pinto de Abreu, Joaquim Manuel Teixeira de Moura, Luiz Manuel Fernandes Sobrinho, Manuel Dantas, Olympio Manuel dos Santos Vital, Pedro Soares, Thomaz Landim, Veríssimo de Toledo e o idealizador, Vicente Simões Pereira de Lemos.

Os demais que não puderam se fazer presentes no ato de fundação, aderiram a proposta e demonstraram interesse em apoiar a Instituição com a produção do conhecimento histórico. Foram eles: Antônio Jose de Mello e Souza, Augusto Tavares de Lyra, Eloy de Souza, Henrique Castriciano de Souza, João Avelino Pereira de Vasconcelos, João Baptista de Siqueira Cavalcanti, Joaquim Ferreira Chaves, José Bernardo, José Theotonio Freire, Manuel Hemetério Raposo de Mello, Manuel Moreira Dias, Pedro Avelino, Pedro Velho e Sergio Barreto.

O jornal *A República*⁹ importante veículo de comunicação no Estado potiguar durante o século XX, noticiou a criação do Instituto como um acontecimento que veio sanar uma necessidade inadiável:

Graças á iniciativa do operoso cavalheiro, o ilustre desembargador Vicente de Lemos, incontestável ornamento de nossa magistratura, fundou-se, a 29 do corrente, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. [...] Por constituirmos um pequeno Estado na vasta

⁹ Fundado em 01 de julho de 1889 pelo ex-governador Pedro de Albuquerque Maranhão (1856 – 1907)

comunhão brasileira, não se segue que fiquemos estacionários, deixando de acompanhar os outros Estados, no que elles (*sic*) tem conquistado de útil e proveitoso (A REPÚBLICA, 1902, p. 1).

Assim, a fundação do IHGRN por estes homens envolvidos por um patriotismo estadualizado, tornou possível contribuir para a formação de uma identidade maior, que ressoa por todo país. Sendo também, um marco para a cultural da sociedade potiguar, em um contexto em que as instituições de cultura e memória eram praticamente inexistentes. Para Menezes,

Atuando num momento histórico em que muito recentemente a República tinha sido proclamada, o Instituto, através de seus integrantes, sobretudo os políticos, respirava um ar de extremo patriotismo, de crença no progresso que a democracia republicana tinha a proporcionar a sua pátria (MENEZES, 1997, p. 55)

No mesmo ano de fundação, durante a gestão do primeiro presidente, Olímpio Vital, foi elaborado um estatuto para melhor delinear a finalidade e os objetivos da Instituição e estabelecer regras sobre seu funcionamento. Nele, é possível identificar a forma organizacional do Instituto entre sócios (admissão e deveres) e diretores (competências, eleições e posse). Todas as atividades que seriam desenvolvidas pelos integrantes que almejavam atingir o seguinte objetivo institucional¹⁰:

O Instituto Historico (*sic*) e Geographico (*sic*) do Rio Grande do Norte tem por fim coligir (*sic*), methodizar (*sic*), archivar (*sic*) e publicar os documentos e as tradições, que lhe for possível obter, pertencentes a história, geografia (*sic*), arqueologia (*sic*) e ethnographia (*sic*), principalmente do Estado, e á língua de seus indígenas, desde a epocha (*sic*) do descobrimento do Brasil (RIHGRN, 1903).

Após a publicação do estatuto, no ano de 1903, os sócios se empenharam na criação de um meio de comunicação capaz de registrar e divulgar o conhecimento sobre a terra potiguar e a tradição dos habitantes que nela vivem. Como também, para registrar novos acontecimentos que surgiriam dali em diante e relembrar fatos passíveis de serem remorados. Assim, é criada a revista da Instituição, produzida com o objetivo de publicar cópias de documentos, necrológico e outros textos relativos à identidade potiguar,

Em janeiro de 1903, circulou o n.1 da Revista do Instituto. Impresso na tipografia da “Gazeta do comércio”. A revista, se tornou um veículo de comunicação, que leva aos leitores parte da cultura potiguar. Nela

¹⁰ O mesmo objetivo se repete no estatuto de 1927, no entanto pequenas alterações foram realizadas no estatuto de 2012.

foram transcritos os Estatutos do Instituto e o necrológico do Sócio Veríssimo de Toledo, falecido em 31 de agosto de 1902 (AGORA MEMÓRIA, 2002, p. 5).

A circulação das revistas do IHGRN no início do século XX é um fato relevante para a disseminação do conhecimento na sociedade potiguar, ainda muito incipiente pela ausência de universidades e outras instituições educacionais. Esse conhecimento seria produzido pelos sócios da Instituição compostos por homens e mulheres de letras, pertencentes as mais diversas áreas do conhecimento, que com o espírito investigador se propuseram a pesquisar em documentos sobre temáticas referentes aos aspectos históricos ou outros de reconhecida importância.

Assim, a criação do IHGRN representa para o Estado do Rio Grande do Norte uma tentativa bem-sucedida de reunir em um espaço não só intelectuais dispostos a produzir conhecimento, que antes produziam em um isolamento social, mas também de coletar e armazenar documentos relevantes para a cultura potiguar, atuando na constituição dos valores locais, salvaguardado seus heróis e suas histórias para que não se perdessem com o passar do tempo nos arquivos.

Foi na certeza, portanto, da necessidade de uma Instituição entre nós que não deixasse perderem-se, no pó de velhos arquivos (*sic*) descurados, documentos valiosos da história pátria, e especialmente do Rio Grande do Norte, que possam servir de base e fornecer elemento seguro ao futuro historiador (RIHGRN, 1903, p. 4).

Com o objetivo de reunir os sócios para realizar as sessões e de armazenar o acervo que estava para ser formado, a Instituição necessitava de um espaço que pudesse ser utilizado como base. Dentre as cinco sedes por onde o IHGRN passou ao longo da história, a primeira delas foi na biblioteca Estadual que funcionava nas dependências do Atheneu Norte Rio-grandense¹¹. Foi naquele espaço que os sócios fundadores se reuniram para criar a Instituição. Seu funcionamento permaneceu naquelas dependências por pouco tempo: “naquele salão exíguo da Biblioteca funcionou o Instituto durante um ano e dois meses, porque aí esteve até 3 de maio de 1903, data em que se empossou a sua segunda diretoria” (LIMA, 1982, p. 12).

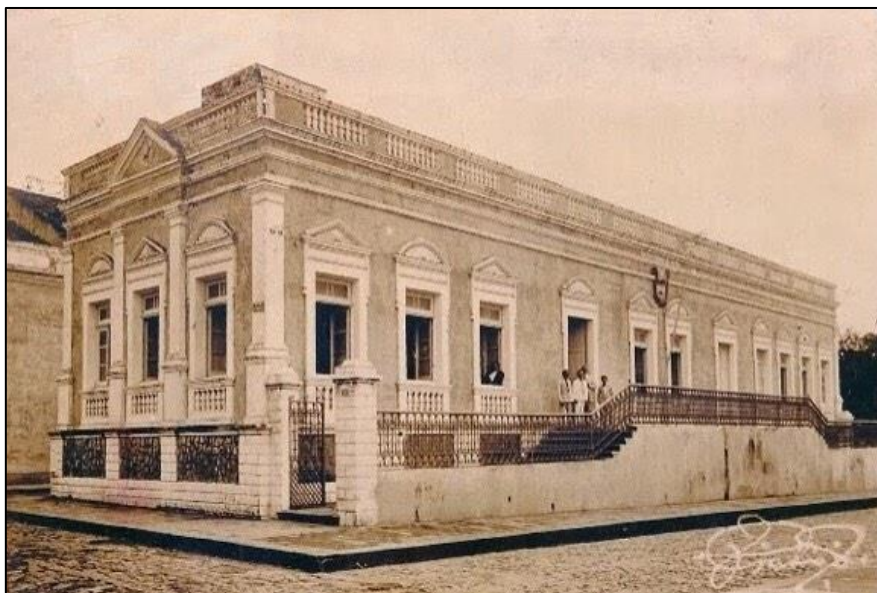
Em 1903 o Instituto passou a funcionar na Intendência Municipal¹² por alguns anos, até ser transferido para a terceira sede, o antigo prédio da Justiça Federal. Nele, permaneceu até 1908, onde foi transferido para a quarta sede, o atual prédio construído

¹¹ Escola que funcionou na Avenida Junqueira Ayres até ser transferida para a sede atual em 1954.

¹² Prédio demolido em 1922 para a construção da atual sede da Prefeitura Municipal de Natal.

com características neoclássicas no ano de 1906 durante a gestão do governo de Augusto Tavares de Lira (1872-1958) para se tornar o edifício sede do IHGRN conforme apresenta Imagem 3.

Imagem 3- Fachada da Instituição.



Fonte: Site do IHGRN.

No entanto, o Governo do Estado cedeu provisoriamente parte do prédio do Instituto Histórico e Geográfico para o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), que não tinha imóvel próprio, de forma que as duas instituições - IHGRN e STJ - passaram a conviver juntas ocupando o mesmo espaço.

Com o crescimento de ambas as instituições, tornou-se difícil acomodar de forma satisfatória duas instituições em um único e reduzido espaço físico. Assim, o IHGRN, após atuar durante 16 anos no prédio, deixa-o para ocupar um outro imóvel,

Aumentando as suas instalações e crescendo a sua biblioteca, não foi possível conciliar a permanência das duas instituições dentro de um só prédio, e o Instituto transferiu-se para a casa de n 577 nesta mesma rua onde atualmente encontra-se a Assembleia Legislativa (quinta sede) (RIHGRN, 1981/1982, p. 15).

Apenas no ano de 1938, o Interventor Federal Dr. Rafael Fernandes Gurjão (1891-1952), publica o decreto estadual n. 503, de 7 de junho de 1938, doando o imóvel n. 622, situado na rua da Conceição, em caráter definitivo para a Instituição. Com a saída do STJ

do edifício, finalmente, o IHGRN retorna para o prédio que veio a se tornar sua sede atual e definitiva.

A atual e definitiva sede do IHGRN foi inaugurada na noite do dia 21 de outubro de 1938, durante a sessão solene de instalação, ocasião em que o então presidente Nestor Lima (1887 – 1959) pronunciou a palestra sobre as cinco sedes do Instituto. A conquista se torna um marco para que a Instituição pudesse realizar suas sessões e custodiar seu acervo documental em um espaço próprio, uma vez que estava enfrentando problemas com instalações pequenas e inadequadas “A maior aspiração material do Instituto Histórico e Geográfico, desde a sua fundação, era a aquisição de uma séde (*sic*) própria, condigna e suficiente às suas necessidades” (RIHGRN, 1941, p. 5). A notícia da nova e definitiva sede foi veiculada na imprensa local, em jornais como *A República*¹³ (1938), que noticiava “o Instituto Histórico e Geográfico do nosso Estado tem nova sede”, apresentando a programação da sessão existente naquela noite em conjunto com lançamento da revista.

Visando proteger os aspectos arquitetônicos do IHGRN, o edifício sede foi tombado pelo Governo do Estado no ano de 1984, a fim de preservar sua estrutura física íntegra e manter seus traços originais. No entanto, mesmo tombada, a Instituição teve grandes desafios para manter o patrimônio protegido,

Em fevereiro de 1986, esta Casa da Memória atravessou períodos de preocupação. O teto do Salão Nobre começou a cair. O forro idem. Procurou-se auxílio dos poderes públicos e nada. Antes, porém, que consequências desastrosas acontecessem, foram feitos alguns consertos, para evitar desastre maior (RIHGRN, 1987/1988, p. 155).

Nesse contexto, diante das dificuldades impostas pela limitação de uso do prédio, poucas sessões foram realizadas. Sendo o prédio restaurado no ano de 1987 pela Fundação José Augusto em parceria com outras instituições governamentais.

No decorrer dos anos, uma série de atividades foram desenvolvidas pela Instituição, como acontece com as sessões solenes, assembleias, palestras e inúmeros lançamentos de livros produzidos pelos sócios. Em 1989, houve o lançamento do livro *Crônica de uma cidade chamada Natal*, do escritor General Umberto Peregrino (RIHGRN, 1989/1990/1991). E, em 1994, houve o lançamento do livro *O nosso Rio*

¹³ Edição de 6 de novembro de 1938.

Grande do Norte, do sócio correspondente Murilo Melo Filho (RIHGRN, 1994/1995/1996).

No primeiro estatuto, datado em 1902, os sócios eram admitidos para uma de quatro categorias: efetivos, composto por aqueles residentes na cidade do Natal ou lugar de fácil comunicação e possuir conhecimento nas letras, ciências ou artes; honorários, cidadãos de notório saber; correspondentes, que residem fora do território potiguar e beneméritos, dedicação e devotamento pela prosperidade e renome do Instituto (RIHGRN, 1903).

Assim, a necessidade de implementar novas mudanças fez com que um novo estatuto entrasse em vigência em 27 de março de 1927 durante a gestão do presidente Hemetério Fernandes Raposo. No novo estatuto, foi adicionada a categoria de sócio fundador em reconhecimento aos primeiros sócios da Instituição. Essa categoria se tornou extinta por não haver mais nenhum integrante vivo. As mesmas categorias são mantidas no estatuto de 2012, aprovado em assembleia extraordinária e em 2019, criou-se o sócio mantenedor.

Portanto, uma discussão que permeia os debates sobre os integrantes dos Institutos Históricos e Geográficos, consiste no debate de serem instituições predominantemente compostas por uma elite política e econômica. No IHGRN, em seu contexto inicial percebe-se forte participação de homens públicos que exercem funções na área política e da advocacia. Dentre os sócios fundadores, cinco se destacam como ex-governadores: Augusto Tavares de Lyra, Alberto Maranhão, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, Joaquim Ferreira Chaves e Antônio José de Mello e Souza.

Por ocasião da criação do Instituto, esses intelectuais passam a estreitar laços e se comunicavam com outros homens da lei pertencentes ao Instituto dos outros estados. A partir dos registros encontrados, foi possível observar que “os primeiros Ofícios recebidos pelo Instituto foram remetidos pelos Governadores de São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Amazonas, Piauí e Santa Catarina, todos em agradecimento à Circular comunicando a fundação da nossa entidade” (RIHGRN, 1981/1982, p. 11).

Ao longo dos anos outros políticos foram se integrando à Instituição. Em 1965, o então governador do Estado Aluísio Alves recebeu o título de sócio benemérito. Segundo Petrovich (1965), o governador sempre se demonstrou muito solícito em atender os pedidos da Instituição. Para ele “O governador Aluísio Alves foi de uma perfeita magnanimidade, atendendo a todos os nossos pedidos. Lembro-me muito bem quando,

nesta mesma sala, Sua Excia. prometeu ajudar o instituto, apoiando suas iniciativas” (PETROVICH, 1965, p. 12).

Além dele, outras personalidades de projeção nacional também fizeram parte da Instituição. José Augusto Bezerra de Medeiros, advogado e jurista que exerceu mandato de deputado estadual e federal, também foi um dos integrantes do IHGRN,

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte acolhe em seu quadro de Sócios Beneméritos, as mais destacadas figuras da cultura nacional. Bastariamos lembrar, entre estes, o escritor internacionalmente conhecido e proclamado Luís da Câmara Cascudo, e José Augusto Bezerra de Medeiros, ex-governador do Estado, e atual membro do Conselho Nacional de Economia, no Rio de Janeiro (MELO, 1965, p. 23).

A partir dos registros encontrados, também é possível perceber no final da década de 1970, a presença do então governador do Estado Tarcísio Maia (1916 – 1998) nas sessões solenes. Já no começo da década de 1990, o então governador do Estado da Paraíba tornou-se sócio honorário do Instituto, para o então presidente Enélio Petrovich,

Considerando o reconhecido valor cultural do Prof. Dr. Tarcísio de Miranda Burity, governador do Estado da Paraíba (*sic*), o incluímos entre os sócios honorários desta Casa da Memória, por deliberação unânime em assembleia geral de 16 de agosto findo (RIHGRN, 1989/1990/1991, p. 151).

Diante dessas evidências, é possível perceber a relevância que a elite política e econômica possuiu para a criação, manutenção e desenvolvimento do IHGRN. Com esta contribuição, foi possível torná-la uma Instituição autêntica, presente na sociedade ao longo dos anos, visto as dificuldades, ainda mais acentuadas, que a Instituição enfrentaria sem o apoio desse grupo social.

6.2 A constituição de coleções do IHGRN

A formação de coleções se trata de uma proposta contemporânea que consiste em acompanhar a dinâmica social para inserir materiais informacionais úteis para o grupo de usuários. Para isso, as instituições devem criar políticas e diretrizes que conduzam as ações desenvolvidas pela Instituição a fim de que os usuários se sintam atraídos a frequentar esses espaços, fazendo dele um ambiente propício para a construção do conhecimento.

Vergueiro (1993) entende que, com o crescente número de produções, é praticamente impossível acompanhar o ritmo alucinante de crescimento dos materiais

informacionais. No Brasil, o mesmo autor diz que a preocupação dos bibliotecários com a temática em questão sempre existiu, no entanto, só no final da década de 1960 e início da década de 1970, passou a existir uma preocupação mais acentuada. Ele pôde fazer essa observação, a partir das publicações periódicas da área que constantemente passaram a expressar interesse pelo desenvolvimento de coleções.

No IHGRN, a preocupação em constituir um acervo veio logo após a criação do instituto, em 1902. A biblioteca foi fundada por Vicente de Lemos, e para Nestor Lima, ele não só a fundou, como a opulentou-a e enriqueceu-a (RIHGRN, 1952, p. 76). Nesse contexto, os sócios fundadores passaram a se preocupar com a formação de um acervo, voltado para história e geografia do Rio Grande do Norte. Em caráter estatutário, os sócios deveriam “Concorrer, finalmente, com a oferta (*sic*) das obras que publicar, de documentos, manuscritos (*sic*) ou objetos (*sic*) de valor que puder obter para a biblioteca (*sic*), arquivo (*sic*) e museu do Instituto” (RIHGRN, 1903, p. 13).

6.2.1 Biblioteca

A composição de uma biblioteca para o IHGRN foi pensada no mesmo ano em que a Instituição foi fundada. Em 1902 houve uma série de doações de obras bibliográficas vinda de personagens como Olympio Vital, Segundo Wanderley e Ribeiro da Silva, bem como de instituições como o IAHGPE, para compor a biblioteca do Instituto que estava se formando (RIHGRN, 1903).

No ano de 1904 houve diversas ofertas vindas da Associação Comercial e de pessoas particulares como médicos, professores, senadores, historiadores e também pelo bibliotecário diretor da Biblioteca Nacional, Manuel Cícero Peregrino da Silva. Todas as doações foram úteis para a composição inicial do acervo bibliográfico da Instituição e, dentre elas, se encontram livros, boletins, periódicos, anais, mapas, plantas topográficas – com descrição das fronteiras do Estado e municípios – Coleção Mossoroense e jornais como *A República*, *a Gazeta de Natal*, *A voz do povo* e *o Potengy*.

As doações provenientes de juristas interessados em contribuir para a formação de coleções do IHGRN, a partir de temas relacionados ao direito e à política, também devem ser destacadas. Tavares de Lira doou, em 1904, os anais do parlamento brasileiro e da câmara dos deputados federais. O desembargador Meira e Sá doou obras relacionadas ao judiciário e Vicente de Lemos, um dos idealizadores do IHGRN, doou em 1906, uma

série mensagens dos governares entre os anos de 1893 e 1900, além de outras personalidades que tiveram suas doações registradas nas atas das sessões:

Pelo Dr. Olympio Vital: “O Poder Judiciário no Brazil (*sic*)” por Manoel Ignácio Carvalho de Mendonça; “Constituição do Brazil (*sic*)”, comentário (*sic*) do Dr. Aristides Milton; “As Constituições dos Estados e a Constituição Federal”, do Dr. Felisbello Freire (RIHGRN, 1906, p. 149).

O intercâmbio com os outros Institutos Históricos e Geográficos acontece desde os primeiros anos de funcionamento da Instituição. O envio de exemplares das revistas de institutos como o IHGB, IAHGPE, IHGBH, IHGAL e a própria Biblioteca Nacional ao IHGRN já acontecia em 1904. Simultaneamente, acontecia o envio de exemplares da revista do IHGRN para outras instituições que emitiam ofícios acusando o recebimento das revistas ou até mesmo solicitando exemplares de outros institutos, caso possuísse duplicatas, para completarem suas coleções (RIHGRN, 1907). É possível ver a seguir a solicitação feita pelo presidente de alguns números da revista do IAHGPE:

Não se achando completa a collecção (*sic*) da Revista do Instituto Archiologico (*sic*) e Geográfico Pernambucano, por faltarem os ns. 17, 28, 30 e 31, indico que se peça áquelle (*sic*) Instituto a remessa dos números mencionados da Revista e mais os volumes dos ns. 61 a 64, publicados este anno (*sic*), que não tivemos o prazer de receber (RIHGRN, 1912, p. 266).

Nesse mesmo contexto, o então presidente do IHGRN, Dr. Olympio Vital, percebendo a necessidade de haver um zelador para cuidar da biblioteca do Instituto, designa Matheus Jorge da Cruz para cuidar da biblioteca da Instituição e atender as demandas existentes vindas dos usuários e de solicitações de outras instituições que constantemente recorriam à Instituição para solicitação de remessa de exemplares da revista para compor acervos de outras bibliotecas que tinham interesse em adquirir a revista.

Ainda durante os primeiros anos de funcionamento da Instituição, também aconteceu uma doação significativa do acervo pertencente à Biblioteca Pública Provincial, fundada em 1868 (COSTA, 2017), que funcionou até o ano de 1909 nas dependências do Atheneu Norte-rio-grandense. Pela Lei nº 277 de 1909, o Governo do Estado, oficializou a entrega de todo acervo da antiga biblioteca pública do Estado aos cuidados do IHGRN:

Veio [...] a valiosa contribuição do Estado, pela lei nº 277, de 25 de novembro de 1909, sob o governo Alberto Maranhão, (1908-1913), que, extinguindo a Biblioteca Pública anexa ao Ateneu, doou ao Instituto Histórico, “os livros, moveis e utensílios da Biblioteca” extinta, enquanto (*sic*) tivesse duração o donatário (RIHGRN, 1953, p. 37).

Foi a partir desses indícios que a Instituição foi formando seu acervo bibliográfico, predominantemente a partir de doações provenientes de pessoas ou instituições vinculadas ao IHGRN. No final da década de 1920, outra grande doação vinda do advogado e jurista José Augusto foi realizada para a biblioteca da Instituição, “A 27 de novembro de 1927, foi registrada a maior oferta feita ao Instituto até aquela data: 307 volumes de obras diversas, da parte do consócio José Augusto Bezerra de Medeiros” (RIHGRN, 1981/1982, p. 12).

Posteriormente, durante a década de 1940, importantes intelectuais dedicados à história e à política como Tobias Monteiro (1866-1952), Juvenal Lamartine (1874-1956) e Henrique Castriciano (1874-1947), contribuíram doando exemplares de obras para a biblioteca,

A biblioteca tem sido enriquecida com valiosas doações, destacando-se entre os doadores os drs. Tobias Monteiro, Juvenal Lamartine e Henrique Castriciano. O primeiro destes ofereceu ao Instituto centenas de obras, algumas das quais de subido valor. E todos os meses esse eminente conterrâneo faz novas remessas, quer se encontre no país ou no estrangeiro (RIHGRN, 1941, p. 26).

Dessa forma, o IHGRN conseguiu formar um acervo diversificado, a partir da oferta de pessoas e entidades dispostas a contribuir com obras relevantes para a biblioteca da Instituição. Diante das grandes contribuições, o desenvolvimento do acervo bibliográfico aconteceu de forma ascendente, de forma que Câmara Cascudo (1982), durante a década de 1980, afirma que a biblioteca do IHGRN possuía “o maior acervo bibliográfico do Estado” (RIHGRN, 1981/ 1982, p. 7).

Em 1989, Enélio Petrovich então presidente do Instituto, em viagem ao Rio de Janeiro, obteve doação de documentos do Dr. Reginaldo, ex-Ministro da Saúde do Presidente João Café Filho, sobre o único Presidente da República nascido no Rio Grande do Norte. Fernando Hippólyto da Costa enfatiza “o desejo manifestado pelo Dr. Reginaldo, transmitido em vida à sua filha, no sentido de que fosse entregue ao Instituto todo o acervo que ele possuía acerca do ex-Presidente potiguar” (RIHGRN, 1989/1990/1991, p. 20).

Dessa forma, a Instituição passa a contar com uma coleção de obras únicas, difíceis de serem encontradas em outras instituições. Essa coleção compõe o conjunto de obras raras, com livros que pertenceram a personagens renomados que de alguma forma influenciaram a cultura potiguar, como o então citado Café Filho e outros.

Conta a nossa Biblioteca com livros que pertenceram a grandes vultos da intelectualidade potiguar, como Auta de Souza, João Lindolfo da Câmara, Henrique Castriciano, Alberto Maranhão e Antônio de Souza; os dois últimos, ex-governadores do Estado (RIHGRN, 1992/1993, p. 11).

A biblioteca continua em um constante processo de expansão, adquirindo novos materiais bibliográficos e avaliando a pertinência ou não dos que já compõem o acervo, para que possa se manter atualizada e pertinente, de acordo com as temáticas de interesse da Instituição e de pesquisadores que buscam nela informações necessárias para o desenvolvimento de suas pesquisas.

6.2.2 Arquivo

O acervo documental da Instituição não se resume aos custodiados pela biblioteca. Assim, o IHGRN também possui um acervo arquivístico composto por fundos documentais diversificados, que guarda documentos acumulados logo nos primeiros anos de funcionamento da Instituição. Segundo Olavo de Medeiros Filho, “em 1902, para o mesmo foi encaminhada grande parte da documentação em poder de órgãos públicos e entidades as mais diversas” (RIHGRN, 1983/1984).

Dentre os documentos, existe uma série de manuscritos que compõem o fundo Senado da Câmara. Um dos mais significativos são as sesmarias, “as cartas de sesmarias eram títulos legais que asseguravam ao colono o direito de posse e usufruto da terra” (DIAS, 2009, p. 124). Segundo Vicente de Lemos (RIHGRN, 1908), as sesmarias se trata de um documento precioso de valor incontestável e antiquíssimo, remontando o ano de 1600, em particular para o Rio Grande do Norte, pois é por meio deles que existe a concessão de terras do capitão-mor de Pernambuco, Manoel Mascarenhas Homens a João Rodrigues Colaço, para efetivar a conquista da capitania do Rio Grande.

No decorrer de seus primeiros anos de atividade, o IHGRN compôs um acervo documental – ainda que tímido no que diz respeito a períodos mais afastados no tempo referente sobretudo à administração do Estado, onde atuavam grande parte de seus sócios e principais doadores na constituição deste acervo (MENEZES, 1997, p. 43).

Desde os primeiros anos de atividades, o Instituto teve a preocupação de colecionar documentos que pudessem ser úteis para o estudo da história do Rio Grande do Norte. Para a constituição do acervo arquivístico, foram feitas buscas nas comarcas dos interiores do estado para compor o acervo arquivístico. No ano de 1906, Vicente de Lemos oferta ao arquivo documentos referentes à cadeia pública de Natal, construída no ano de 1722:

O senhor Vicente de Lemos, presente à sessão, ofereceu, na qualidade de membro da comissão (*sic*) de pesquisas (*sic*) de documentos, cópia de setenta e um documentos referentes à fundação da cadeia pública de Natal e casa dos Capitães mores e Governadores, de 1718 a 1770, período colonial – A secção de manuscritos (RIHGRN, 1911, p. 270).

Outro documento relevante da Instituição que remonta ao período colonial brasileiro é a Carta Foral da Capitania do Rio Grande, “documento que estabelecia um conjunto de direitos e deveres do capitão donatário e dos futuros moradores da capitania para com a Coroa” (PEREIRA, 2018, p. 15). Assinada por Dom Manoel, rei de Portugal e Algarves, esse documento beneficiou João de Barros e Ayres da Cunha com a concessão de terras. O IHGRN adquiriu a cópia do documento de seguinte forma:

Por intermédio de um nosso illustre (*sic*) consócio, que foi este anno (*sic*) á Europa, pudemos obter do Real Archivo (*sic*) da Torre do Tombo, em Lisboa, uma certidão authentica (*sic*) do foral da Capitania do Rio Grande do Norte, concedido em 11 de março de 1535 a João de Barros e Ayres da Cunha (RIHGRN, 1908, p. 213).

O IHGRN também custodia os livros dos Termos de Vereação do Senado da Câmara de Natal, Instituição administrativa que por meio de escrivães, registrou-se nesses documentos informações relevantes sobre atividades realizadas por vereadores, juízes e procuradores. Neles, é possível conhecer aspectos econômicos, sociais e políticos da sociedade colonial potiguar, como também das eleições e posses dos servidores municipais, cargo limitado a homens ricos que possuíam privilégios. Para Albuquerque e Dias (2006, p. 65),

Os Termos de Vereação constituem um conjunto documental fundamental para pesquisa histórica sobre a sociedade, a economia, a estrutura política, a estrutura administrativa e o cotidiano da capitania do Rio Grande nesse período, como também para a ampliação do conhecimento sobre a construção do espaço urbano da cidade do Natal, as instituições de normas e controle social entre os séculos XVII e XIX. Toda esta documentação faz parte do acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG/RN) que reúne um total de dezoito livros ou fragmentos de livros, compostos por vários cadernos

costurados entre si e não encapados. Sua datação limite está entre 1674 a 1813, havendo falhas de alguns anos.

Assim, no acervo arquivístico também é possível identificar documentos do período Imperial brasileiro, como as Atas do Conselho de Província, Correspondências do Governo Provincial e Coleções de Leis do Senado do Império. Além de outros documentos gerados no período republicano, produzidos pela Instituição ou doados a ela que perderam seu valor administrativo, mais que possuem valor histórico,

Do arquivo constam preciosos documentos, especialmente, os registros das cartas de sesmarias e datas de terras concedidas pelos capitães-móres e governadores da antiga Capitania do Rio Grande do Norte, em numero superior a um milhar, recompostas e traduzidas em livros apropriados sob as vistas dos presados consocios desembargador Luiz Tavares de Lira e Joaquim Inácio Filho, documentos de sumo valor historico e territorial, que elucidam as dúvidas referentes ás terras particulares, no regimen (*sic*) legal de terras do Patrimonio (*sic*) do Estado, e na forma da sua legislação, de após a Republica (RIHGRN, 1941, p. 39).

Os jornais impressos são outras fontes de informação abundantes no acervo arquivístico da Instituição. Eles se constituem objeto de estudo que possibilita ao pesquisador identificar fatos ocorridos na história. Dentre os diversos jornais existentes na Instituição, se encontra *A República*,

No acervo de periódicos do Instituto Histórico constam 154 cadernos do jornal *A República*, que compreendem o período de 1889 a 1972. O jornal *A República* surgiu dentro desse contexto político que antecedeu a instauração do regime republicano e a ascensão e hegemonia de Pedro Velho no poder estadual. O jornal funcionou como órgão oficial do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, passando a publicar em certos momentos os atos oficiais do governo (RODRIGUES; RIBEIRO, 2006, p. 13).

A Instituição conta também com um acervo fotográfico que retrata diversos fatos ocorridos em Natal e do Rio Grande do Norte. Dentre alguns temas, existem fotografias de perfuração de poços instalados pelo Governo do Estado durante dos anos de 1937 e 1938 nos municípios de Lages, Baixa Verde, Mossoró, Touros e outros municípios. Além disso, há fotos que mostram as comemorações referentes ao primeiro Centenário da Independência do Brasil no ano de 1922, que aconteceu em todo país e em algumas cidades do Rio Grande do Norte. As festividades foram organizadas pelo Governo do Estado, durante a gestão de Joaquim Ferreira Chaves e pelo IHGRN. Nessas fotos, é possível identificar a diversidade de festejos com forte participação de instituições civis

e militares, além da inauguração do monumento da independência, como afirma Costa (2017, p. 409):

Em 1922, o Rio Grande do Norte estava em festa. A maior parte das cidades do estado haviam desenvolvido atividades cívicas em comemoração ao centenário da Independência do país. Entretanto, a maior concentração dos festejos comemorativos e a programação oficial do estado ocorreu em sua capital.

Ademais, há fotografias de prédios históricos da cidade, nos permitindo conhecer, por meio de imagens, alguns inclusive já demolidos, como é o caso da cadeia de Natal, e de outros que ainda permanecem, a exemplo do antigo prédio pertencente ao grupo escolar Augusto Severo e outros, “O acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte possui retratos da última Casa da Câmara e Cadeia de Natal, tirados por volta de 1904, pelo fotógrafo Bruno Bourgard” (RIHGRN, 1985/1986, p. 17).

Outras fotografias retratam cenas do cotidiano da própria Instituição. Elas apresentam as sessões solenes e comemorativas existentes no âmbito do IHGRN, com a presença de intelectuais ocupando a tribuna ou os diversos assentos do salão nobre, mostrando a relevante contribuição que esses personagens deram para o desenvolvimento da Instituição.

Todo aparato documental existente no arquivo reforça a ideia de que o IHGRN é uma Instituição de memória que ao longo dos anos tem demonstrado interesse em preservar os aspectos identitários da sociedade potiguar. Para Costa (2017, p. 459), “o IHGRN foi idealizado como um lugar em que a memória do estado pudesse ser preservada e produzida. Não há qualquer exagero em afirmar que o IHGRN era o arquivo do Rio Grande do Norte, no início do século XX. É o lugar onde a pesquisa no estado é possível”. Já no século XXI, o arquivo da Instituição possui potenciais para tornar-se um importante centro de informação, no entanto, alguns entraves dificultam a volta do arquivo como um lugar de pesquisa para o Estado do Rio Grande do Norte.

6.2.3 Museu

Ainda relacionado aos materiais informacionais existentes no âmbito da Instituição, o museu também contribui para a guarda de uma diversidade de materiais pertencentes ao Estado do Rio Grande do Norte. Uma das primeiras obras que compõem o museu foi doada Governador do Estado: “em 02 de novembro de 1902, foi doada a

primeira fotografia ao Instituto, pelo Governador Alberto Maranhão. A fotografia é de Felipe Camarão (o Índio Poti)” (RIHGRN, 1981/1982, p. 11), cuja Imagem 4 é apresentada a seguir.

Imagem 4- Primeira fotografia do IHGRN



Fonte: Site do IHGRN.

O índio Felipe Camarão (1580? – 1648) também conhecido como o índio Poti, foi o chefe dos potiguares que aderiu as lutas, junto com a coroa portuguesa, contra as invasões holandesas no século XVII, sendo considerado um dos celebres personagens do Rio Grande do Norte. As incertezas sobre a origem de Felipe Camarão geraram uma série de polêmicas em disputa pela naturalidade do índio. Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923) teria insinuado que o índio havia nascido no Estado de Pernambuco. No entanto, o sócio Luiz Fernandes Sobrinho (1856-1935), em defesa da naturalidade do índio potiguar, ao apresentar outras falas de autoridades que reafirmam Felipe Camarão como um personagem nascido em terras potiguares, reconhece que,

Até aqui, ainda nada encontrámos que nos abalasse a convicção firme em que estamos de que Camarão, o grande chefe e guerreiro invencível, é filho do Rio Grande do Norte. Mas, si algum dia o nosso illustrado collega, com melhores argumentos, ou outro qualquer investigador intelligente e amigo destes estudos, convencer-nos de que estamos em erro, seremos os próprios a reconhecer-nos vencidos e a dar sem o menor constrangimento outra pátria ao nosso heróe, qualquer que ella seja (RIHGRN, 1907, p. 141, 142).

O museu também é composto por outras obras de valor histórico que remontam ao período imperial brasileiro: o pelourinho e o brasão imperial antes existentes na

fachada da antiga cadeia, foi solicitado por Vicente de Lemos no ano de 1904 para projetar o então museu do Instituto. Olympio Vital afirma que

O Sr. Lemos declara que, constando-lhe que existiam ainda, nas immediações (*sic*) da cadeia publica, a columna (*sic*) de pedra do antigo pelourinho e uma chapa de ferro com a corôa imperial, retirada da tachada daquelle (*sic*) edifício por ocasião (*sic*) de ser proclamada a Republica Brasileira, com permissão do Exm. Sr. Dr. Governador do Estado, mandára recolher taes (*sic*) objectos a uma das salas do Instituto para o seu futuro museu (RIHGRN, 1907, p. 403).

No entanto, durante a década de 1940, o pelourinho é reinstalado na Praça André de Albuquerque. A coluna permaneceu naquele espaço por mais de vinte anos, voltando para a sede do IHGRN apenas no ano de 1963, onde transcorreu a solenidade da entrega, pela Prefeitura de Natal ao Instituto, cuja Imagem 5 apresenta o atual local de instalação,

No dia 24 de dezembro de 1963, o Pelourinho (construído de arenito) foi entregue oficialmente ao Instituto Histórico e Geográfico, pela Prefeitura Municipal de Natal. Discursaram na cerimônia o prefeito Djalma Maranhão e o presidente do Instituto Enélio Lima Petrovich, que agradeceu a preciosa doação. Foi então o Pelourinho chantado na calçada superior do atual prédio do Instituto, permanecendo o monumento ao lado da porta de entrada” (RIHGRN, 1994/1995/1996, p. 232).

Imagem 5- Brasão do Império e pelourinho



Fonte: site do IHGRN.

O museu também conta com uma seção numismática, que passou a ser composta a partir da década de 1920 com registro de aquisições até o ano de 2019, formada por doações de um conjunto de moedas e medalhas que permite ao pesquisador compreender

uma série de fenômenos sociais, a partir das inscrições, emblemas e iconografias cunhadas, que retratam personagens, brasões e acontecimentos pertinentes para a história do Brasil. Nestor Lima ofertou ao Instituto um conjunto de moedas argentinas e uruguaias e medalhas comemorativas do centenário da revolução republicana, da Independência do Brasil e do Congresso Internacional de Americanistas, de 1922, que compõem parte da coleção museológica (RIHGRN, 1927). Além dele,

De muitos outros socios (*sic*) temos recebido obras e contribuições de subido valor tanto para a Biblioteca, mas também para o nosso incipiente Musêo (*sic*) de antiguidades, como sejam objetos usados pelos nossos indígenas, encontrados em escavações procedidas no nosso sólo e em ruínas de antigos prédios, moédas (*sic*) de variada qualidade, tipo, valores, países (*sic*) e nacionalidades, ou comemorativas de acontecimentos notáveis da Patria (*sic*) e de outras nações (RIHGRN, 1942).

Ainda tratando de personagens renomados da cultura potiguar, Enélio Petrovich afirma que existem “pessoas que engrandecem e projetam a História norte-riograndense, com irradiação em todo o país” (RIHGRN, 1994/1995/1996, p. 4). Além de Felipe Camarão, outro personagem de grande projeção é o Padre Miguelinho (1768-1817), considerado o mártir do Rio Grande do Norte durante a Revolução de 1817. Seus familiares doaram ao instituto a estola que pertenceu ao padre, entregue durante a sessão solene de 5 de junho de 1910 (RIHGRN, 1981/1982). Assim, os paramentos custodiados pelo IHGRN é uma forma de mostrar que tal personagem não possui relevância apenas para a igreja, mas também para a memória do RN.

Ao longo dos anos, outras personalidades se tornaram memoráveis devido à contribuição que deram para o desenvolvimento do Estado potiguar, dentre elas, tem-se o Padre João Maria Cavalcanti de Brito (1884-1905), que durante a vida trabalhou em prol dos mais pobres e necessitados, no combate à seca e a epidemias de varíola. Alguns dos paramentos pertencentes ao padre estão presentes no museu juntamente com o busto. Para Enélio Petrovich, o Rio Grande do Norte foi berço de uma criatura ímpar, santa e eterna, consagrada pelo povo, o Pe. João Maria: “se o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte recolhe e guarda a memória de nosso povo e de nossos eventos, o Padre João Maria, [...] lá do alto, nos guia e nos abençoa, na perpetuidade do tempo” (RIHGRN, 1989/1990/1991, p. 39).

Outras esculturas também em formato de bustos são representações de uma elite intelectual que contribuiu para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte a partir de dimensões políticas, religiosas e culturais. Em reconhecimento ao mérito desses

personagens, foram confeccionados bustos possíveis de serem encontrados no museu no instituto das seguintes personalidades: Manoel Dantas (1867-1924), Amaro Cavalcante (1849-1922), Juvenal Lamartine (1874-1956), Padre Monte (1905-1944), e Câmara Cascudo (1898-1986), que também teve, no ano de 1994, sua máscara mortuária doada ao IHGRN pelo cirurgião dentista potiguar Jório Marques de Souza.

Feita em gesso na madrugada de 31 de julho de 1986, quando o corpo de Cascudo estava sendo velado na Academia Norte-rio-grandense de Letras, a máscara, mostrando detalhadamente a fisionomia do historiador, estava guardada até então no consultório do Jório Marques, na rua Mossoró. Jório é especialista em prótese buco-facial, sendo o único registro no Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Norte, e resolveu doar a máscara mortuária para atender aos pedidos de historiadores e de amigos médicos ligados ao instituto (RIHGRN, 1994/1995/1996, p. 77).

A partir do conjunto de documentos bibliográficos, arquivísticos e museológicos, o IHGRN salvaguarda uma parcela da memória potiguar, fontes de informação que ativam a memória e fazem com que os membros da sociedade potiguar tenham a oportunidade de se reconhecerem como membros participantes da identidade construída pelos antigos que ainda persiste nos dias de hoje. No entanto, apesar de todo aparato documental, cabe-nos indagar qual o tratamento informacional desse acervo e como o IHGRN tem implementado práticas de organização, acesso e uso da informação para sociedade potiguar, a fim de que seus membros tenham acesso ao conhecimento acumulado ao longo de mais de um século.

7. TRADIÇÃO E INOVAÇÃO NAS PRÁTICAS CUSTODIAIS DA CASA DA MEMÓRIA POTIGUAR

Este capítulo versa sobre a análise central desta pesquisa que consiste em compreender as práticas de preservação, organização e acesso à informação no IHGRN. Os três aspectos mencionados devem ser geridos pelas instituições de memória de forma igualitária, sem sobrepor um ao outro, pois o equilíbrio entre eles favorece a organicidade e a prestação de um serviço eficaz para a comunidade usuária.

Assim, no decorrer do texto abordamos como a Instituição desenvolve as atividades de prevenção do patrimônio documental custodiado, que é parte da memória potiguar. Fato é que práticas de guarda, proteção e até mesmo fiscalização implantadas no IHGRN são importantes para preservar a integridade física dos documentos, visto que são únicos e de significativo valor histórico. No entanto, a constante preocupação com a guarda gera o esquecimento das informações registradas nos suportes e inviabiliza o acesso público aos usuários, o que não justifica a custódia da Instituição, pois como corrobora Silva (2013), “só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação” (SILVA, 2013, p. 21).

Nos aspectos organizacionais, buscamos compreender como a Instituição representa o conhecimento produzido pelos sócios e pesquisadores acerca do Estado do Rio Grande do Norte, além de discutirmos como efetuiu-se o conjunto de doações advinda de intelectuais que transferiram para o IHGRN suas bibliotecas particulares. Também destacamos que, nos últimos anos, a implementação de modelos organizacionais advindos da biblioteconomia e arquivologia possibilitaram uma melhor disposição do acervo que facilita sua recuperação para uso.

Portanto, após discorrer sobre os aspectos organizacionais, procuramos examinar quais as ações implementadas para acompanhar as mudanças paradigmáticas vigentes associadas ao pós-custodial que postula a abertura dos acervos para o acesso público e irrestrito. Ao adotar práticas de acesso e uso, a Instituição estudada propicia a lembrança da memória e emerge em um processo de modernidade que permite a superação do paradigma cumulativo que perdurou durante anos nas instituições de memória, como também no IHGRN. Nos últimos anos, a Instituição tem sinalizado mudanças em relação aos antigos moldes em que se encontrava, apresentando-se atualmente (2020) como uma Instituição dinâmica, que está em processo de transformação.

A seguir, apresentamos um quadro estruturado de acordo com as falas dos colaboradores entrevistados, que relataram suas experiências e percepções em relação aos aspectos propostos para a análise. As falas foram motivadas a partir de perguntas norteadoras que se encontram nos apêndices deste trabalho, direcionadas para cada grupo de colaborador (funcionários, diretores e presidentes).

7.1 Preservação da Informação: a busca para superar o atraso

Dentre os principais desafios encontrados pelos centros de memórias está a preservação adequada dos registros documentais que compõem os acervos dos arquivos, bibliotecas e museus. Esses registros se aproximam da noção de informação-como-coisa utilizada por Buckland (1991), sendo uma extensão da memória dos grupos humanos pertencentes a um espaço social já habitado por povos de outras gerações. Assim, por meio dos registros documentais deixados, se torna possível transmitir uma série de conhecimentos que devem ser preservados para que não se percam.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo IHGRN, ele se mantém ativo contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento acerca dos valores identitários pertencentes ao Estado potiguar. Nele, os sócios e demais pesquisadores são agentes que se empenham em contribuir com a produção do conhecimento histórico. Além da produção do conhecimento, a guarda e preservação dos suportes informacionais são particularidades que possuem destaque nas atividades desenvolvidas. Segundo Enélio Petrovich o IHGRN presta

Um serviço perene de **preservação** do patrimônio histórico e geográfico do Rio Grande do Norte, com irradiação Brasil afora. Tudo isso porque no IHG/RN se **guarda** um santuário de conhecimentos e de tradições, em milhares de livros, periódicos, relíquias e documentos raros (RIHGRN, 2001, p. 55, grifo nosso).

Portanto, a fim de intensificar o serviço de preservação e guarda dos registros informacionais, os membros e pesquisadores responsáveis por gerir a Instituição passaram a considerá-lo como um tesouro, que como visto, é uma das particularidades do paradigma custodial. Gerald Michael Greenfield, professor emérito da Universidade de Wisconsin-Parkside (EUA), que fez uso do acervo do instituto e desenvolveu pesquisas sobre migração e religião no nordeste brasileiro, afirma que

Achei, no Instituto Histórico, um acervo extremamente valioso, pessoal atencioso e amável; **é realmente um tesouro para quem quer ler e**

aprender sobre a história da província e do Estado Norte-rio-grandense. Encontrei aqui livros raros e difíceis e até impossíveis de obter em qualquer outro lugar, seja no Rio de Janeiro, seja nas bibliotecas dos Estados Unidos da América (RIHGRN, 2001, p. 273, grifo nosso).

A composição de obras raras fez com que o IHGRN superprotegesse, ao longo dos anos, o patrimônio documental por meio de práticas que sempre se fizeram presentes. A ideia de considerar documentos como um tesouro que possui valor e deve ser protegido dificulta a implementação de sua abertura para acesso e uso, um paradigma que a Instituição busca quebrar para superar o atraso e adentrar em um novo processo de modernização.

Para uma preservação eficaz, a Instituição busca soluções para viabilizar o acervo e manter a permanência dos suportes, por meio de plataformas digitais que disponibilizam alguns documentos em meio eletrônico. O IHGRN busca também garantir a segurança da informação diante dos constantes perigos advindos do desgaste e de pessoas má intencionadas, além de se esforçar na tentativa de captar recursos financeiros para proporcionar um serviço de tratamento técnico adequado para seu acervo por meio de práticas preventivas.

No Quadro 5 a seguir, é possível identificar, a partir das falas dos colaboradores, as principais dificuldades e anseios do IHGRN quanto aos aspectos de preservação dos recursos informacionais existente sob sua guarda.

Quadro 5- Posicionamento dos colaboradores sobre os aspectos de preservação

PRESIDENTES	➤ COLABORADOR 1		➤ COLABORADOR 2	
	• “Para preservar a quantidade de documentos que a Instituição possui, faz-se necessário a obtenção de recursos”; • “A Instituição instalou alarmes sensoriais e câmeras de segurança para melhor proteger o patrimônio”. • “A principal função da equipe é cuidar bem da casa. Verificar as coisas que não estão funcionando para colocá-las em funcionamento”.		• “A Instituição precisa de sistema de refrigeração, pois o acervo deve estar armazenado de acordo com uma certa temperatura”; • “A Instituição está se esforçando para conseguir o “habite-se”, parecer emitido pelo Corpo de Bombeiros, que atesta as condições de funcionamento”.	
DIRETORES	➤ COLABORADOR 3		➤ COLABORADOR 4	➤ COLABORADOR 5
	• “Assim como outras Instituições, o IHGRN deve digitalizar e fornecer ao pesquisador o documento digital a fim de preservar o suporte”.		• “Para preservar o acervo é necessário permitir a consulta por meio do acesso virtual que mantém o suporte e amplia o acesso remoto”.	• “O IHGRN possuiu projetos para digitalizar parte dos documentos mais procurados para acesso público <i>on-line</i>”.
FUNCIONÁRIOS	➤ COLABORADOR 6		➤ COLABORADOR 7	
	• “Para preservar os suportes, a Instituição realiza higienização básica com pó de borracha, mas a grande quantidade de materiais ainda precisa de reparos”; • “Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) são oferecidos para os que tratam diretamente com a documentação”; • “Houve perda de matérias pela ação do tempo. Os jornais e manuscritos são mais prejudicados por conta da oxidação”; • “O IHGRN possui parcerias com o LABRE/UFRN. Outras parcerias só existem na teoria. A Instituição deve conquistar outros projetos para dar continuidade. No entanto, não se pode garantir sua existência”.		• “Higienização de documentos é um mecanismo novo na Instituição, uma vez que não havia antes”; • “A Instituição oferece Equipamento de Proteção Individual (EPI) para os que nela trabalham. Para os pesquisadores, cada um é responsável por trazer o seu”; • “Houve perdas de parte do acervo, não por se jogar fora, mas por estar sem condições de uso ou restauro”; • “Existem parcerias com outras instituições como o LABRE/UFRN, que sempre solicita materiais para realização de pequenos reparos”.	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ao analisar os conteúdos apresentados nas falas dos membros pertencentes a presidência da Instituição, é possível perceber que o colaborador 1 destaca que o IHGRN precisa de recursos para contratação de pessoal, implementação de recursos tecnológicos

e compra de materiais adequados para melhor preservar a quantidade de documentos que possui. Apesar de todas as dificuldades, ele menciona que existe uma equipe composta por poucos integrantes que se dispõe a “cuidar da casa”. Ao destacar as atividades voltadas para proteção do acervo, ele menciona que foi possível implementar alarmes e câmeras de segurança, como uma prática que visa a proteger conjunto de patrimônio existente nela.

Enquanto o colaborador 2 destacou algumas necessidades não concretizadas, como o sistema de refrigeração necessário para aumentar a durabilidade dos suportes que devem ser mantidos em temperatura adequada evitando as variações ocasionadas pelo clima natural; além do o “habite-se” documento emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte (CBMRN) que regulamenta o funcionamento de edificações no combate a incêndios e outros sinistros que possam vir causar danos à estrutura da Instituição e as pessoas que nela estejam.

Já nas falas dos diretores do Setor de Arquivo, Biblioteca e Museu, colaboradores 3, 4 e 5, percebeu-se que todos destacaram a necessidade de preservar os suportes para que não se perca as informações registradas neles. Para isso, eles destacam que a Instituição não deve permitir o acesso ao documento físico, visto que o constante manuseio causa danos ao material. A solução apresentada é disponibilizar o acesso ao documento digital, para que os pesquisadores possam ter acesso aos conteúdos registrados neles.

Quanto ao posicionamento dos funcionários, foi possível observar que o colaborador 6 mencionou que a Instituição desenvolve práticas de higienização para conservação do acervo, mais que não atinge todos os materiais que necessitam desse tratamento. Já o colaborador 7, destacou que essa prática tem acontecido apenas nos últimos anos, o que possivelmente contribuiu para um desgaste mais acelerado devido à ausência de tais práticas em outros tempos. Ademais, destacou-se como pontos em comum, o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para funcionários, perdas de matérias pela oxidação ocasionadas com a ação do tempo e parceria com o Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos e Livros Antigos (LABRE/UFRN) para desenvolvimento de ações preventivas com foco na restauração.

Assim, a Instituição viabiliza a preservação de documentos, que é uma prática antiga no IHGRN. Ao analisar o primeiro estatuto da Instituição, de 1902, é possível perceber uma preocupação demasiada com a guarda do patrimônio custodiado. Com o intuito de melhor preservar a massa documental, não se permitia a saída de obras e o

acesso era restrito a sócios e integrantes da Instituição, de forma que pessoas estranhas nem sempre podiam ingressar no espaço de guarda. Assim, o controle existente para fazer uso do acervo fez com que a comunidade externa, sem vínculos com a Instituição, não pudesse frequentar o espaço para consulta informacional. Segundo o estatuto, “não é permitida (*sic*) a saída (*sic*) de livros, mappas (*sic*), manuscriptos (*sic*) e objectos (*sic*) da bibliotheca (*sic*) ou do museu; podendo, entretanto, ser facultada aos extranhos (*sic*) a leitura de jornaes (*sic*) e obras impressas” (RIHGRN, 1903).

Posteriormente, no estatuto de 1927 a preocupação com a guarda do acervo também está presente. Segundo o estatuto, o Diretor da Biblioteca, Arquivo e Museu teria a competência de “fiscalizar o seu regular funcionamento (*sic*), permitindo (*sic*) ou proibindo (*sic*) o ingresso nas respectivas secções” (RIHGRN, 1927, p. 11). No estatuto de 2012, o termo ‘proibindo’, empregado no estatuto de 1927, é suprimido e substituído pelo aspecto de organização: “organizar [...] de forma a manter a sua atualização e permitir o seu uso pelos interessados sem riscos para o acervo” (ESTATUTO, 2012, p.15). No entanto o termo, ‘fiscalizar’ foi mantido em outra cláusula, sendo uma das competências do diretor do Setor de Arquivo, Biblioteca e Museu, fiscalizar o seu regular funcionamento e adotar normas para o ingresso de pessoas ao acervo do instituto (ESTATUTO, 2012).

Os diretores do Setor de Arquivo, Biblioteca e Museu entrevistados mencionam os estatutos como forma de direcionar as atividades desenvolvidas por eles. Para o colaborador 4, “as competências atribuídas ao diretor estão especificadas no Estatuto da Instituição”. Já o quinto diz que compete ao diretor coordenar, “ser o responsável por essas três áreas do instituto: organização da biblioteca, documentos dos arquivos e peças dos museus, além de outras funções estatutárias”. Por sua vez, o terceiro afirma que o diretor é a “pessoa responsável por gerir toda essa divisão dentro do instituto”.

A partir dos posicionamentos apresentados, é possível perceber que o Setor de Arquivo, Biblioteca e Museu é administrado por uma diretoria que desenvolve ações junto a outros membros, objetivando, conforme o estatuto, a preservação e uso do acervo da Instituição, formado ao longo dos anos e dividido nas três dimensões mencionadas, cada uma delas recebendo um tratamento específico para a disposição aos usuários.

Para o colaborador 1, membro da presidência do IHGRN, a Instituição desenvolve suas atividades pensando em “preservar a memória para as futuras gerações, porque uma terra, um país ou um lugar sem história não terá valor para as futuras gerações”. As práticas de preservação são fundamentais para a memória. No entanto, cabe indagar como

proporcionar o acesso dos registros documentais aos usuários frente ao constante perigo do desgaste físico ocasionado pela ação do tempo ou o constante manuseio por parte dos usuários que involuntariamente põem em risco a integridade dos suportes.

Assim, o IHGRN deve encontrar soluções para que o acesso aconteça e os documentos sejam preservados, sem ocasionar riscos de perdas. Para tanto, o colaborador 2, que também pertence à presidência, afirma que “não permitimos mais que os usuários tenham acesso direto porque não há condições, muitos estão extremamente antigos que se for virar uma página é possível que rasgue. Dessa maneira, evitamos danos ao nosso patrimônio”. Portanto, a disponibilização de documentos em meios digitais ou até mesmo impressos - desde que não sejam os originais – pode possibilitar o acesso a informações e preservar as fontes originais, como por exemplo as sesmarias, que foram publicadas em edição *fac-símile* pela Fundação Vingt-un Rosado no ano 2000. Essa publicação é composta por 2.674 páginas, divididas em cinco volumes, mais um índice remissivo correspondente a cada livro de sesmaria (DIAS, 2009).

O colaborador 4 menciona que, ao visitar outras instituições de memória, pode identificar uma maneira que julga adequada para conciliar preservação e uso:

Visitei algumas instituições do gênero no Brasil, especificamente em Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, e o que observei é que cada Instituição escolhe os seus protocolos. O Museu da Cidade do Recife, por exemplo, no Forte das Cinco Pontas, permite a consulta ao documento na versão digital e se faz necessário que o usuário preencha uma ficha ou questionário, apresentando seus dados, o seu interesse de pesquisa, o material a ser pesquisado, etc. É uma forma de proteger o documento e permitir o acesso de forma responsável e direcionada.

Compactuando com o entendimento apresentado pelo colaborador anterior e demonstrando a necessidade de proteger ao acervo custodiado, o colaborador 3 também se mostrou favorável à forma de acesso implementada pelas instituições da cidade do Recife:

Após conversar com a presidência em reunião, ficou decidido que esse seja o melhor formato para a gente, porque a maioria dos nossos arquivos não podem ser acessados por qualquer pessoa, até mesmo porque eles constituem também um acervo museológico. Pela sua raridade, o documento deixou de ser um documento arquivístico para ser um arquivo museológico.

A partir do posicionamento do colaborador 3, é possível perceber a valorização da guarda dos documentos em detrimento da informação. Para ele, a raridade dos documentos arquivísticos, modifica sua tipologia e faz deles parte do acervo

museológico. No entanto, Silva (2013) considera que a divisão bem delineada de acervos, se configura como uma característica do paradigma custodial. Para ele,

Em rigor, não se pode dizer que há documentos arquivísticos ou de arquivo, bibliográficos ou de biblioteca, e tridimensionais ou de colecções (*sic*) museológicas, porquanto estas qualificações valorizam o local de depósito, de custódia e de fruição ou uso desses artefactos (*sic*) e não a sua natureza informacional e como esta foi plasmada, inscrita num determinado suporte ou material (SILVA, 2013, p. 27)

A intensificação das práticas de preservação e guarda no Instituto não impossibilitou a ocorrência de extravios. Vale lembrar que roubos e furtos são práticas já registradas nas instituições de memória do país. A Biblioteca Pedro Calmon, que pertence à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Faculdade de Direito do Recife (FDR) e a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) já foram vítimas de furtos que ocasionaram perda de obras impressas ou digitais dotadas de valor para a memória nacional.

No IHGRN, um dos registros mais antigos acerca de roubos aconteceu no ano de 1952, quando o museu sofreu perdas de parte da coleção numismática, composta por moedas e medalhas.

O Museu, porém, sofreu um vultoso dano, com o roubo praticado, em dias de outubro de 1952, por um larapio desalmado, que, penetrando com arrombamento no prédio, quebrou a vitrine e subtraiu muitas moédas (*sic*) antigas, de prata e outros metaes (*sic*), tanto de valor monetário, como de comemoração, que ornamentavam o nosso patrimônio numismático (RIHGRN, 1953, p. 187).

A ausência de segurança também trouxe danos para o acervo bibliográfico e arquivístico. O colaborador 1 enfatiza a perda ocorrida do acervo, ao afirmar que na Instituição existia cerca de 50 mil títulos. No entanto, descobriu-se que são mais de 85 mil títulos.

Fora o que já foi levado indevidamente daqui, por que não havia um controle muito rígido como temos hoje [...], houve muitos furtos. Nós temos informação de que a pessoa saía com grande quantidade de livros e ia vender nos sebos. Era comum encontrar, nos sebos de Natal, livros com os carimbos do Instituto Histórico. Ninguém se preocupava sequer em tirar esses carimbos.

Por sua vez, o colaborador 2 se posiciona a partir de um ponto de vista diferente. Para ele, os extravios existentes na Instituição podem ter diminuído o número de obras do acervo. “Se falava muito em mais de 50 mil títulos, mas acontece que muita gente

entrava ali e levava os livros, então deve ter havido desfalque ainda que os escritores sempre estivessem levando livros para lá”.

Com base nos posicionamentos apresentados, identificamos que os colaboradores destacam que as práticas de roubos e furtos trouxeram danos ao patrimônio do IHGRN. No entanto, percebemos também uma divergência em relação à quantidade de obras custodiadas pela Instituição, que possivelmente está entre 50 e 85 mil títulos. Contudo, independente da numeração de títulos que ela venha a ter, se faz necessário a elaboração de práticas de segurança da informação para solucionar os problemas gerados tanto pelo constante uso como também das práticas de roubos.

No mundo contemporâneo, a preocupação com a segurança acontece de forma mais acentuada que no passado. Assim, com o intuito de garantir a permanência do patrimônio e minimizar os danos causados por pessoas de má fé, em 2016 o IHGRN investiu recursos para melhorar o monitoramento de riscos, aumentando a segurança do prédio e dos registros custodiados. Nesse contexto, “foram instalados diversos alarmes sensoriais e câmeras para monitoramento presencial e à distância, que nos propiciou maior segurança na guarda dos nossos prédios e conseqüentemente do acervo” (RIHGRN, 2016, p. 102).

Em 2019, a Instituição conseguiu recuperar parte de obras bibliográficas que anteriormente haviam sido perdidas em decorrências de furtos já mencionados. A reintrodução foi possível devido à contribuição dos sócios Humberto Hermenegildo de Araújo e Claudionor Barroso Barbalho, que adquiriram, em sebos de Natal, exemplares pertencentes à biblioteca do IHGRN e doaram à Instituição de origem (IHGRN, 2019).

No mesmo ano, outra recuperação foi registrada. O colecionador Ruy Souza e Silva adquiriu, por meio de leilões no Estado de São Paulo, documentos que antes pertenceram ao acervo arquivístico do IHGRN. Conforme documento emitido pelo doador ao instituto, apresentado no Anexo A, ele fez a doação dos documentos, possibilitando sua incorporação ao espaço de origem. Em seu perfil no *facebook*, o IHGRN afirma que

Trata-se de 34 documentos de grande importância à história do Rio Grande do Norte, pertencentes à Instituição, que foram retirados indevidamente do acervo do IHGRN. Alguns destes documentos, inclusive, são correspondências endereçadas ao IHGRN, em tempos remotos (IHGRN, 2019, *online*).

A partir disso, percebemos que a Instituição recebeu a contribuição de pessoas dispostas a recuperar o que se perdeu de forma indevida. A reintrodução de documentos viabiliza a custódia do acervo para que outras perdas não voltem a acontecer.

Com o intuito de melhor preservar a memória dos grupos humanos, faz-se necessário discutir a função das instituições administrativas na implantação de políticas públicas de informação voltadas para as instituições de memórias. Essas políticas proporcionam que as instituições de memória se utilizem dos novos recursos tecnológicos desenvolvidos pela Ciência da Computação, que, a partir do diálogo interdisciplinar com outras áreas, tornou-se possível diversos estudos da Ciência da Informação. De acordo com Jardim, Silva e Nharreluga (2009),

A análise de políticas públicas pode contribuir para os estudos da Ciência da Informação sobre as políticas públicas de informação. Isto requer compreender o papel do Estado como produtor e acumulador de informação e suas implicações na sociedade contemporânea (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 2).

Assim, embora o IGHRN se constitua como uma Instituição privada sem fins lucrativos, necessita ser contemplada com políticas públicas, pois sua proposta é prestar um serviço público à população norte rio-grandense. Segundo o colaborador 1, a Instituição assume a responsabilidade de salvaguardar o patrimônio do Estado, mas não é beneficiada com políticas públicas para preservação da memória potiguar, além de não receber uma contrapartida dos agentes governamentais para manter-se a serviço da sociedade.

Ao analisar as políticas públicas no IHGRN, percebemos a necessidade em intensificar as políticas existentes para encontrar soluções para problemas de cunho prático e operacional da Instituição. Dentre os principais desafios enfrentados por ela, está a dificuldade de regular as atividades de preservação, devido à ausência de recursos financeiros, uma problemática antiga no IHGRN. Durante a década de 1980, Olavo de Medeiros Filho (1934-2005) chamava atenção das esferas públicas para falta de cuidados com os documentos da Instituição. Segundo ele,

Infelizmente, tal acervo preciosíssimo, através do qual poderemos estudar documentalmente a nossa História regional, carece de um tratamento especializado visando a sua preservação, assim como de um metódico trabalho de catalogação documental. **O Instituto Histórico não dispõe de verbas, nem de mão-de-obra capacitada para tal mister. Esperamos que as diversas instituições voltadas para a nossa Cultura, os governos Federal, Estadual e Municipal tomem o máximo interesse pelo destino daquele valioso acervo, ora sujeito**

aos efeitos deletérios do tempo. Salvemos o nosso precioso e insubstituível patrimônio, que, em conjunto, retrata mais de três séculos da História do Rio Grande do Norte! (RIHGRN, 1983/1984, P. 7, grifo nosso).

Nesse contexto, algumas tentativas para uma preservação mais eficaz foram realizadas. Olavo de Medeiros menciona que, a partir de 1989, houve colaborações para a recuperação das coleções. A primeira delas foi em parceria com a UFRN: “trabalhos de restauração de livros e documentos, do acervo do Instituto, por parte da UFRN”. A segunda foi realizada com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que doou ao instituto a importância de NCz\$ 838.767 (oitocentos e trinta e oito mil setecentos e sessenta e sete Cruzados Novos) para realização de “serviços de encadernação de jornais e periódicos antigos do Instituto, pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A” (RIHGRN, 1989/1990/1991, p.23).

Durante a década de 90, Gerald Greenfield lamenta o descaso existente por parte das instituições governamentais que não demonstram apoio ao Instituto na melhoria de condições, para ele,

Pena é que nem o governo estadual (RN) nem algumas empresas de categoria têm subvencionado este importante recanto estudioso para melhorar as condições; quer dizer, ajuda em termos materiais de computadores e acesso a mais funcionários para catalogar e organizar a coleção (RIHGRN, 2001, p.273)

Nos últimos anos, alguns projetos de restauração foram realizados em parceria com LABRE financiados pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. No ano de 2016, foi executado o projeto: *Restauração e acondicionamento dos Registros de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal (1672 a 1752)*, cujo objetivo foi restaurar a parte física dos e preservar as informações dos manuscritos datados do século XVII para perpetuar a memória do Estado do Rio Grande do Norte. O LABRE, também contribuiu com o IHGRN ao realizar procedimentos de ordenação e encadernação dos fascículos pertencentes aos jornais do acervo arquivístico.

Práticas colaborativas como as desenvolvidas pela UFRN e pelo Banco do Nordeste são exemplos de políticas que contribuem com as atividades institucionais. No entanto, a relação do IHGRN com instituições parceiras é aleatória. Os trabalhos de prevenção não são frequentes, de forma que, com o passar dos anos, novas necessidades surgem e junto a elas a busca de instituições que se comprometam em apoiar as atividades

desenvolvidas. Simonetti, ao discorrer sobre o risco enfrentado pelo acervo devido à falta de preservação, afirma que

O nosso importante acervo, razão maior da existência dessa centenária Instituição, está com um a parte desse material irremediavelmente perdido, justamente pela ausência de manutenção de qualquer natureza e, principalmente, por anos a fio de acondicionamento inadequado (RIHGRN, 2016, p.103).

Diante das dificuldades enfrentadas pela Instituição, o colaborador 1 menciona que “o principal desafio que temos é conseguir renda ordinária [...]. Temos uma dependência de outros órgãos porque não temos recursos ordinários, apenas aqueles advindos das anuidades dos sócios, que não dá para fazer praticamente nada”. Corroborando com essa ideia, o colaborador 2 afirma que, “o instituto não possui dotação alguma de natureza ordinária além do dinheiro pago pelos associados”. A soma das anuidades dos sócios não torna possível o pagamento da folha do Instituto, que chega a 7 mil reais por mês. Para o colaborador 1, a Instituição tem uma conta de energia que chega a 1.000 por mês, para ele “é muito para quem não tem nada”, e continua, “preservar essa quantidade de documentos que temos aqui, precisa de recurso”, o colaborador 3 por sua vez afirma que, “não temos renda permanente, sobrevivemos de projetos e convênios”.

Além das anuidades, a Instituição consegue sustentar-se graças ao desenvolvimento de alguns projetos públicos, como acontece com as Emendas Parlamentares, instrumentos do Poder Legislativo que destinam recursos do orçamento público anual para a Instituição. No anexo B, expomos um ofício indicando a aprovação de uma emenda parlamentar municipal no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural do Estado.

Além disso, a Instituição também recebe recursos de penas pecuniárias. Segundo o colaborador 1, “existe um juiz federal que destina as penas pecuniárias, penas pagas em dinheiro, para as várias instituições que ele apoia e dentre elas está o Instituto Histórico. Esse valor dá uma média de 15 a 20 mil reais por ano”. Essas penas são medidas alternativas à prisão que pune crimes de menor potencial com pagamento em dinheiro. Os recursos são adquiridos em parceria com a Justiça Federal do Rio Grande do Norte (JFRN).

No entanto, o IHGRN necessita que os órgãos administrativos vinculados ao município e ao Estado designem recursos perenes para o desenvolvimento de atividades básicas, como acontece desde a compra de materiais preventivos até outros investimentos

mais complexos, como climatizar o ambiente onde o acervo está guardado. Para o colaborador 1, as esferas públicas também são corresponsáveis pela memória do Estado. Segundo ele, “quem tem que valorizar isso são as pessoas que tem o poder de ajudar. Quem são essas pessoas? Os governadores e os prefeitos que detém o poder econômico”. Ele também afirma que a Instituição não entra em debates partidários, mas está aberta para os que tiverem interesse em ajudá-la. A fim de destacar as tentativas de captar recursos, o colaborador 2 diz: “a nossa luta é para que o instituto seja contemplado com uma verba permanente, ainda que pequena, mas que ajude a manter”.

A fim de que as políticas públicas de informação produzam o efeito desejado, é preciso a formulação de leis e diretrizes que regulamentem as ações governamentais voltadas para o instituto. De acordo com o colaborador 1, o IHGRN está se empenhado para ser contemplado com parte do orçamento do Estado. Para isso, há uma matéria em trâmite para que essas políticas se tornem viáveis, uma vez que a obtenção de recursos é necessária para uma melhor guarda do patrimônio documental.

7.2 Organização da informação: um panorama

Com o objetivo de identificar os recursos informacionais disponíveis em coleções de bibliotecas, arquivos e/ou museus, se faz necessário representar a informação de forma sistemática. A representação, é um sistema conceitual realizada a partir de um trabalho intelectual que desenvolve critérios pré-estabelecidos para representar as características dos documentos, gerando instrumentos como tesauros, sistemas de classificação e resumos. Segundo Café e Brascher (apud ALVARENGA, 2008) "a representação pode ser parte intrínseca do próprio documento".

Dessa forma, entende-se que a representação da informação é um processo cognitivo que gera a organização da informação materializada (BUCKLAND, 1991) ocupando um espaço físico ou digital. Assim, como resultado da representação tem-se a organização da informação que cria meios para posicionar de forma ordenada os recursos informacionais e facilitar sua localização em arquivos, bibliotecas e museus. Para Brascher e Café (2008, p.6), “a OI compreende, também, a organização de um conjunto de objetos informacionais para arranjá-los sistematicamente em coleções, neste caso, temos a organização da informação em bibliotecas, museus, arquivos, tanto tradicionais quanto eletrônicos”.

As mesmas autoras, em artigo intitulado *Organização da Informação ou Organização do Conhecimento?*, destacam a ambiguidade existente no emprego que os termos possuem. Dessa forma, entende-se que a informação é passível de ser organizada mediante a sua materialidade. Já o conhecimento, tido como um processo cognitivo que se manifesta na consciência humana, se torna inviabilizado de ser organizado, visto a impossibilidade em agrupá-lo, uma vez que ele se encontra disperso em nossa memória e só se manifesta mediante a estímulos, “o resultado da cognição é o conhecimento e não a informação” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p.6). Assim, o conhecimento é passível de ser representado mediante uma estruturação mental, porém não organizado. Em tese, a representação é uma projeção da organização da informação.

Ainda se tratando da organização da informação, Café e Sales (2010) afirmam que a organização da informação na Ciência da Informação é abordada sob dois aspectos: enquanto espaço investigativo que fornece os pressupostos teóricos e metodológicos ao tratamento da informação, e enquanto atividade operacional inerente ao fazer profissional relativo ao tratamento da informação (CAFÉ; SALES, 2010). Para fins desse estudo, a organização da informação será abordada como uma atividade operacional desenvolvida pelos profissionais do IHGRN que fazem uso de procedimentos tradicionais, mas que buscam adaptar-se ao mundo digital para tornar possível recuperar os objetos informacionais em tempo hábil para uso.

O processo organizacional deve ser uma prática inerente às instituições de memória como o IHGRN. Ao longo dos anos, o acúmulo de documentos que não receberam nenhum tratamento informacional demonstra a necessidade de um trabalho eficaz de organização que resulte na disponibilização da informação para a comunidade usuária. Como consequência dessa disponibilização, a Instituição propicia também a difusão de estudos e de outros documentos de valor histórico que compõem seu acervo documental. Para Isaura Maia,

Não é só com a manutenção e preservação de arquivos e relíquias históricas, assim como de obras raras e coleções de jornais e periódicos, que ele, o Instituto, cumpre seus objetivos; tal como seus congêneres, **é de sua concepção disponibilizar o vasto acervo documental às sucessivas levas de pesquisadores que divulgam o manancial informativo através de seus estudos, pesquisas e publicações** (RIHGRN, 2011, p.7, grifo nosso).

O cuidado, com a forma de organizar as informações do acervo, remonta o contexto de sua institucionalização ainda no ano de 1902. Nessa conjuntura, o instituto

almejava agrupar de forma sistemática as obras que passariam a compor a sua biblioteca para uso dos sócios. Ao analisar o primeiro estatuto do IHGRN, identificou-se uma forma de organização precedente: “o Instituto terá estantes reservadas para manuscritos (*sic*) e obras raras, segundo a classificação previamente feita” (RIHGRN, 1903).

Nesse contexto, o sócio Pinto de Abreu sinalizou que a Instituição deveria criar mecanismos para registrar os trabalhos desenvolvidos pelo conjunto de integrantes. Em reunião, ele indicou que “a Directoria (*sic*) do Instituto providencie do melhor modo afim de organizar-se quanto antes a inscrição (*sic*) biobibliográfica (*sic*) de todos os seus sócios, conforme os apontamentos pelos mesmos fornecidos” (RIHGRN, 1906, p.146). A fim de organizar o conjunto de obras disponibilizadas nas estantes de manuscritos e obras raras, o presidente Vicente de Lemos nomeia uma comissão composta pelos sócios Thomaz Landim, Honório Carrilho e o professor Joaquim Lourival (RIHGRN, 1906).

Essas tentativas permitiram, já no momento inicial da Instituição, que fosse possível organizar as coleções e o conjunto de publicações dos sócios. No entanto, o constante uso do acervo fez com que, em 1926, a biblioteca passasse por um processo de reorganização feito por Carlos Galvão Filgueira a pedido de Nestor Lima. Carlos Filgueira, apesar de trabalhar como auxiliar de estações da Repartição Geral dos Telégrafos em Natal, já tinha desenvolvido atividades como auxiliar da Biblioteca Nacional (RIHGRN, 1927).

Contudo, as atividades de organização em arquivos, bibliotecas e museus são práticas constantes e inacabadas, devido à constante produção da informação e incorporação de novos recursos informacionais. Assim, percebemos que já durante a década de 1940 atividades de catalogação e confecção de fichas eram desenvolvidas. “Todos os livros estão sendo catalogados «sistema decimal», cujas fichas facilitam o serviço de consulta” (RIHGRN, 1941, p. 26).

A partir dos registros encontrados, outras práticas como essa aconteceram ao longo dos anos e continuam sendo realizadas atualmente. Assim, para que o acervo documental seja disponibilizado, é preciso que exista uma organização perene que permita a recuperação da informação para que os usuários possam ter acesso aos registros. Nesse sentido, os pesquisadores e demais usuários podem ter novas apropriações e releituras da memória.

Quanto à forma de representação da informação no IHGRN, pensou-se, desde a década de 1960, em representar o acervo a partir das coleções doadas, viabilizando uma

organização sistemática que possibilitasse o acesso à informação. Com isso, essas doações de pessoas particulares foram organizadas em salas bem compartimentadas.

A primeira coleção foi de Nestor Lima (1887-1959), que assumiu a presidência do Instituto em 1927 e exerceu-a até o final da vida. Em testamento, deixou sua biblioteca particular doada ao IHGRN. Em 1964, foi inaugurada a sala ‘Dr. Nestor Lima’, em meio a um conjunto de homenagens ao presidente que muito se dedicou para o Instituto. Segundo a revista, “na data de 18 de abril de 1964, foi registrada a entrega ao Instituto, da biblioteca do falecido sócio Nestor Dos Santos Lima, constante de 8 estantes e mais de 6.000 livros de História, Direito, Sociologia, Literatura, etc.” (RIHGRN, 1981/1982, p. 13).

Para dar conta do crescente acervo, foi preciso organizar sistematicamente as diversas obras adquiridas. Assim, a partir dos registros documentais encontrados, identificamos o posicionamento do presidente Enélio Petrovich quanto ao processo de organização pelo qual os documentos estavam passando: “estamos organizando sob técnica das mais modernas a nossa preciosa e vasta biblioteca. Já organizamos a estante dos autores norte rio-grandenses” (PETROVICH, 1965, p.8).

Posteriormente, no ano de 1976, outra biblioteca é incorporada ao acervo do IHGRN. Dessa vez, se trata do acervo de Peregrino Junior (1898 – 1983), médico potiguar, imortal da Academia Brasileira de Letras e membro do IHGRN. Para Enélio Petrovich (1983/1983), Peregrino Junior deve ser considerado não apenas pela sua projeção cultural, mas também pela “doação de sua valiosa biblioteca (grande parte dela) ao IHG/RN, que tem o seu nome, cuja inauguração ocorreu no dia 13 de dezembro de 1976” (RIHGRN, 1983/1984, p. 133).

Em 1977, o IHGRN (RIHGRN, 1980) através do Dr. Manuel Diegues Júnior, solicitou um auxílio ao Departamento de Assuntos Culturais (MEC) para os serviços de classificação de obras pertencentes ao setor de biblioteca. Com a solicitação atendida, foi possível obter uma contribuição de Cr\$ 11.810,00 (onze mil oitocentos e dez cruzeiros). Posteriormente, em 1978, um outro convênio com o Conselho Federal de Cultura (CFC) possibilitou a importância de Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), verba que permitiu, entre outros serviços, a catalogação de parte dos livros e periódicos da Biblioteca Peregrino Júnior.

No começo da década de 1980, uma terceira doação de biblioteca particular foi feita ao IHGRN pelo sócio Israel Nazareno (? – 1982). Para Enélio Petrovich,

A inauguração da ‘Biblioteca Israel Nazareno’, constituída de valiosos livros e periódicos que alcançam cerca de 3 mil, todos doados, em testamento, pelo saudoso consócio, falecido em 18 de maio de 1982. Sem a menor dúvida, representa uma das maiores contribuições a esta Casa da Memória a biblioteca do escritor e magistrado Israel Nazareno (RIHGRN, 1983/1984, P. 115).

Em meio ao aumento significativo no número de obras custodiadas pelo IHGRN, a Instituição passou a angariar recursos para organização e manutenção das obras. Assim, ainda na década de 1980, o IHGRN conseguiu um auxílio com o Ministério da Educação e Cultura e com a Fundação José Augusto.

Um auxílio de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), para os serviços preliminares de organização do acervo do IHG-RN, encadernação de livros e periódicos, a fim de, posteriormente, quando tudo estiver em nível de microfilmagem, proceder a esse trabalho, tão importante para a preservação do patrimônio cultural (RIHGRN, 1981/1982, p. 130).

O valor adquirido serviu para a realização de atividades de encadernação, impressão, material de consumo, etc. As atividades integraram o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos, projeto criado em 1978 a partir da parceria entre a Biblioteca Nacional e a Casa de Rui Barbosa, cujo objetivo foi identificar, localizar, organizar, recuperar e preservar, através da microfilmagem, o acervo hemerográfico brasileiro (FBN, 2020). Segundo a Biblioteca Nacional, o Plano foi o maior programa direcionado exclusivamente à preservação dos periódicos brasileiros desenvolvido em uma Instituição pública.

Segundo o colaborador 7, funcionário do Setor de Arquivo, Biblioteca e Museu, na década de 1980 as obras que chegavam ao IHGRN eram representadas a partir da Classificação Decimal de Dewey (CDD). As fichas eram confeccionadas contendo dados bibliográficos como título, autor, assunto e topográfica. Em seguida, eram armazenadas em gavetas de ficheiros que “funcionavam muito bem na época. Hoje talvez não funcione, com o rumo que o instituto está tomando para a tecnologia e modernização”. Os documentos de arquivos eram armazenados em caixas-arquivos e sua identificação era realizada na própria pasta e em um catálogo datilografado. Para o colaborador 06, “no catálogo, as pastas eram identificadas por números e descrições do que continham dentro delas. Foi uma forma que a Instituição encontrou para poder identificar”.

Durante o biênio 1991/1993, houve um convênio com o Ministério da Cultura durante a gestão do ministro Sérgio Paulo Rouanet. Por intermédio do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural junto ao representante do IHGRN, o “escritor e poeta Sanderson

Negreiros, que não mediu esforços para que tornasse realidade um auxílio a esta Casa da Memória, visando a organização, catalogação e classificação de livros e periódicos” (RIHGRN, 1992/1993, p. 199). Para realização desses trabalhos foi disponibilizado um valor na ordem de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros).

Ainda no ano de 1991, foi incorporada outra coleção com mais de 3.000 volumes, vinda da biblioteca particular de Enélio Lima Petrovich (1934 – 2012), presidente do instituto. Diferente dos demais doadores, Enélio transferiu sua biblioteca particular, formada ao longo de mais de quarenta anos, ainda em vida e em pleno exercício da sua função. Se trata de uma coleção diversificada tanto em assunto quanto em autores, contendo cerca de 2.000 volumes. Quanto à forma de organização dessa biblioteca, ficou decidido em assembleia que a organização do acervo seguiria a mesma que foi realizada pelo doador. Segundo Olavo Filho,

Em Assembleia Geral realizada no dia 23 de julho de 1991, os sócios presentes decidiram acatar a sugestão do prof. Manuel Rodrigues de Mello, no sentido de que os livros ora doados ao Instituto formassem uma biblioteca sob a égide do seu doador, que é o nosso presidente-perpétuo, Enélio Lima Petrovich (RIHGRN, 1992/1993, p.11).

A seguir, na Imagem 6, é possível visualizar o grande volume de documentos bibliográficos da biblioteca Enélio Lima Petrovich, uma das bibliotecas que compõem o acervo do IHGRN.

Imagem 6 - Biblioteca Enélio Lima Petrovich.



Fonte: Jornal Tribuna do Norte (2010).

A partir da Imagem 6, percebemos que, para solucionar o problema decorrente do acúmulo, a Instituição optou por verticalizar seu acervo. O colaborador 2 afirma que “quando eu cheguei no instituto, era um monte de estantes com livros. Se você queria ver algum documento, tinha que subir em uma escada com menos de 45°. Hoje eu não teria condições de subir, se uma estante daquela cedesse, caía tudo”.

No Instituto, além das bibliotecas doadas por Nestor Lima, Israel Nazareno e Enélio Petrovich, também existiam outras coleções de livros, como obras de referência, dicionários, enciclopédias, autores do Rio Grande do Norte, Leis e Decretos do RN, Publicações do IHGRN, que, segundo o colaborador 7, essas são partes do acervo do Rio Grande do Norte bastante consultadas. Para Silva (2018),

Com o grande volume de documentos produzidos, publicados e doados por seus integrantes ao longo dos anos, houve um acúmulo de massa documental, fazendo com que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) possua atualmente sob sua guarda um rico e valioso acervo documental composto por cerca de 50 mil títulos, que se subdividem em uma diversidade de documentos bibliográficos, arquivístico e museológico (SILVA, 2018, p. 408).

Diante do crescente acervo e do desenvolvimento das técnicas de organização que aprimoram as práticas do fazer biblioteconômico e arquivístico, a Instituição busca se adaptar às mudanças para não se transformar numa entidade estagnada. No entanto, há algumas limitações existentes, como a ausência de um sistema automatizado para inserir os metadados e indexar termos extraídos a partir da leitura documental, que pode facilitar a busca e recuperação da informação eletrônica. A seguir, encontramos o posicionamento dos colaboradores quanto aos aspectos de organização. Entre outros elementos, eles destacam a dificuldade de organizar o acervo de uma maneira que atenda às demandas que surgem.

Quadro 6- Posicionamento dos colaboradores sobre os aspectos de organização

PRESIDENTES	➤ COLABORADOR 1		➤ COLABORADOR 2	
	• “O IHGRN possui uma equipe composta por poucos auxiliares para realizar atividades de organização e não possui a quantidade de bibliotecários suficientes para a realização das tarefas”.		• “Uma vez que o acervo está sendo organizado e limpo, é preciso, em seguida, promover a catalogação daquilo que se tem”.	
DIRETORES	➤ COLABORADOR 3		➤ COLABORADOR 4	
	• “Existe uma comissão de seleção de obras para descarte composta por quatro integrantes de múltiplas áreas que auxiliam na identificação dessas obras, contribuindo para melhor organização do acervo”.		• “A fim de melhor organizar o Setor de Arquivo, Biblioteca e Museu produziu-se relatórios da diretoria, importantes para fixar as práticas da Instituição. Além disso, criamos, dentre desse processo de construção e aprendizagem, uma política para o acervo”.	
FUNCIONÁRIOS	➤ COLABORADOR 5		➤ COLABORADOR 6	
	• “Para que a organização seja eficaz, é preciso uma política institucional e não uma política de gestão. Deve-se seguir o melhor modelo para a Instituição”.		• “Anteriormente, a Instituição já adotou um sistema de organização por meio de catálogos datilografados, com numeração das pastas e identificação, mas essa organização não funciona mais”; • “Atualmente, o arquivo e a biblioteca do instituto estão organizados de forma parcial, pois faltam recursos para aprimorar os trabalhos”; • “O IHGRN não faz uso de sistema automatizado, mas a intuição pretende adquirir o <i>software</i> SophiA para o gerenciamento da biblioteca”; • “A disseminação da informação não acontece, pois ainda não fazemos uso de muitos recursos tecnológicos”.	
	➤ COLABORADOR 7			
			• A muitos anos, o acervo foi catalogado por autor, título, assunto e topográfica e classificado de acordo com a Classificação Decimal de Dewey (CDD); • “O acervo está organizado de forma parcial, já que o processo é lento e existe um acúmulo de trabalho de mais de vinte anos”; • “Não se faz uso de sistema de catalogação informatizada, apenas tem-se algumas obras digitalizadas”. • “Não se faz uso de disseminação da informação, nem de outros serviços de referências”.	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A partir das falas apresentadas no Quadro 6, identificamos que a Instituição conta com um número reduzido de profissionais para realizar as atividades de organização e catalogação. No entanto, é possível indagar o que foi feito com os catálogos produzidos pela Instituição anteriormente. Segundo o colaborador 7, “não faço a mínima ideia do que foi feito com eles”. Apesar disso, a Instituição tem criado mecanismos para dar conta da

quantidade de trabalhos, visando estabelecer uma celeridade nos trabalhos voltados ao acervo, que se encontra parcialmente organizado.

Mesmo com a ausência de recursos tecnológicos destacados pelos funcionários, como sistema automatizados e disseminação seletiva da informação, o IHGRN tem trabalhado para facilitar a organização do acervo e melhorar a busca e a recuperação da informação nas diversas coleções da biblioteca. Em 2005, a sócia Maria Morais e o sócio Caio Oliveira publicaram um catálogo novo impresso intitulado *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: História e acervo* (2005), para auxiliar os usuários no acesso das obras bibliográficas. Nele, é possível acessar as referências das obras e suas respectivas localizações nas salas e estantes espalhadas pela Instituição.

Posteriormente, de 2008 a 2011, houve a execução do projeto *Leituras de uma Casa de Memória: História Intelectual do acervo da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*¹⁴, por meio de uma parceria entre o IHGRN e o Departamento de História (DEH/UFRN), cujo objetivo foi desenvolver um inventário bibliográfico que permitisse conhecer aquilo que favorece melhores condições de consulta ao acervo bibliográfico. O inventário, produto do projeto, foi concluído em 2012. Nele, é possível identificar títulos de obras, quantidades de exemplares, número do registro e marcas como dedicatória, rubricas e carimbos.

No entanto, em 2013, o IHGRN sofreu um embargo que, somado à ausência de espaço físico, gerou a necessidade de reestruturação do modo com o qual disponibiliza os conteúdos colecionados no acervo. Em 2017, uma nova configuração foi dada com a instalação das estantes deslizantes, adquiridas em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte. A nova proposta de acondicionamento se desfez do modelo organizacional realizado desde a década de 1960. Além disso, os inventários e catálogos publicados, que antes auxiliavam na localização de obras, tornaram-se desatualizados.

Após a instalação das estantes deslizantes, o acervo bibliográfico e arquivístico passou a ser reunido em um único mobiliário, como mostram as imagens abaixo.

¹⁴ Coordenação: Maria Emilia Monteiro Porto (Professora do Departamento de História da UFRN)

Imagem 7 - Instalação das estantes deslizantes

Fonte: Blog do IHGRN (2017).

Imagem 8 - Mobiliário

Fonte: Site Tok de História (2018).

A Imagem 7 apresenta a montagem das estantes deslizantes, enquanto a Imagem 8 apresenta o mobiliário instalado para a disposição adequada dos documentos. Para o colaborador 6, “as estantes são uma das principais mudanças ocorridas no instituto nos últimos anos, otimizando o espaço e dando um melhor acondicionamento às coleções”.

O mobiliário utilizado para o acondicionamento das obras possui nove módulos, com 112 estantes que otimizam o espaço no qual o acervo é armazenado. Após a instalação das estantes deslizantes, a instituição iniciou um processo de reestruturação organizacional, tal como apresentando em seu estatuto que, dentre outras finalidades, possui a de “organizar e manter biblioteca, arquivo, museu e documentos catalogados para uso da coletividade, com fins de estudo e pesquisa” (ESTATUTO, 2012, p. 4).

A partir de 2018, uma nova equipe de gestores iniciou um levantamento prévio para identificar as tipologias documentais existentes e reorganizar o acervo do IHGRN. De acordo com o colaborador 3, “temos 118 anos de Instituto e nunca foi organizado totalmente o acervo”. Ao analisar o relatório de atividades desenvolvidas pelo Setor de Arquivo, Biblioteca e Museu (RIHGRN, 2018), verificamos uma diversidade de publicações periódicas impressas e custodiadas pela Instituição, como as revistas dos institutos históricos espalhados pelo Brasil enviadas mutualmente uns aos outros, falcitando, assim, a comunicação da informação. “Além desse levantamento, foi feita a organização das obras nas estantes” (RIHGRN, 2018, p. 191).

Assim, as coleções de obras bibliográficas passaram a ser organizadas de forma paulatina nas estantes, separadas por área de conhecimento, para serem catalogadas em

sistema informatizado. Portanto, o acervo bibliográfico se encontra organizado de forma parcial. De acordo com o colaborador 6, “a biblioteca foi organizada de forma bem grosseira, por área do conhecimento, enquanto chega o programa. Sempre que precisa-se de alguma coisa, é difícil encontrar”. Mais aos poucos, a Instituição está conseguindo colocar as coisas no lugar. Já para o colaborador 7, o trabalho de reorganização que está sendo realizado “vai bem, mas é de uma minuciosidade incrível, então é lento”.

Quanto aos documentos do arquivo, o colaborador 6 disse que ele “foi catalogado anteriormente de forma impressa, datilografado. Identifica-se a caixa e descreve-se o que está contido nela”. No entanto, nos dias de hoje, a descrição existente nas caixas não condiz com os documentos armazenadas nela. O IHGRN conta com mais de 250 caixas de arquivos para guardar documentos, mas não possui profissionais suficientes para realizar o trabalho de identificação. Segundo relatório de atividades do Setor de Arquivo, Biblioteca e Museu (RIHGRN, p. 190) “foi realizada uma primeira tentativa de aproximação para identificação e avaliação das condições materiais, a começar pela sesmarias. Mas, em razão do desgaste físico do material, a atividade foi suspensa”.

De acordo com o colaborador 3, foram feitas várias tentativas de organizar o acervo ao longo dos anos, mas não havia estabilidade de funcionários desenvolvendo as funções no setor. Segundo o colaborador, “os funcionários chegavam, começavam a arrumar o acervo e, por alguma razão, eram remanejados para outro setor ou saíam. Como temos uma parceria com a FJA, os funcionários poderiam se aposentar ou pedir licença. Não havia uma permanência da organização. Pelo contrário, [...] houve um grande choque entre os formatos de organização e a não estabilidade de funcionários”.

Dessa forma, percebemos que o processo de organização tem sua importância para no sentido de conhecer os recursos informacionais que o IHGRN possui. Para isso, a criação de critérios pode contribuir para o desenvolvimento de coleções condizentes com as necessidades da Instituição e da comunidade usuária. O acúmulo de materiais bibliográficos não pode acontecer de forma desordenada, sem estabelecer critérios que julguem o grau de relevância das obras.

Com o intuito de estabelecer os critérios necessários, o IHGRN compôs uma comissão para elaboração de uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções. Para o colaborador 5, as políticas institucionais implementadas são modelos úteis para as gestões que assumirem o Setor de Arquivo, Biblioteca e Museu posteriormente. Ao tratar da política, o colaborador 4 afirma que,

O documento é público e foi publicado na edição da revista da Instituição de número 97, no ano de 2018. Nele, após debate, pesquisa, reflexão, e cientes das condições de trabalho que tínhamos e das dificuldades que instituições sem recursos humanos e financeiros enfrentam, instituímos as diretrizes para aquisição e descarte, entre outras providências atinentes ao acervo bibliográfico.

Ao analisar o documento indicado, verificamos que ele foi desenvolvido para “formar e orientar aqueles que administram a biblioteca e o arquivo” (SOBRAL; MENEZES; SILVA; MELO, 2018, p.85), com normas que padronizam as atividades e critérios adotados com o objetivo de guiar diretores e profissionais da informação. O desenvolvimento de políticas institucionais é uma ferramenta que contribui para melhor estabelecer regras referentes aos procedimentos organizacionais.

Assim, as atividades de organização empreendidas no IHGRN têm viabilizado a recuperação de obras desconhecidas pelos gestores. Segundo o colaborador 2,

Nessa mudança, já conseguimos localizar uma porção de coisas. Descobriu-se, por acaso, coisas que ninguém sabia que tinha, como por exemplo, o desenho da bandeira do Rio Grande do Norte feito na França, além de uma pintura do Padre Miguelinho que estava lá no meio do sótão, no meio das traças. Vive-se descobrindo coisas.

A bandeira que apresenta a versão original do brasão de armanas do Estado do Rio Grande do Norte foi encomendada pelo então governador do Estado Alberto Maranhão, por ordem do decreto nº 201, de 1º de julho de 1909. O desenho original estava desaparecido no acervo do IHGRN, mas com a reestruturação organizacional, foi recuperado. Com isso, a Instituição apresentou o brasão ao Governo do Estado, que atualizou-o em bandeiras e documentos, fazendo dele o símbolo oficial do Rio Grande do Norte. Para Bezerra (2019), o brasão é

um grande simbolismo para o Estado porque preservaremos a imagem nos documentos oficiais e ao mesmo tempo estaremos celebrando a nossa memória cultural. É um símbolo da nossa terra, do nosso trabalho, da nossa gente. Olhando para ele, nos vemos representados porque conta quem somos, o que temos e do que vivemos (GRANDE PONTO, 2019).

Diante das práticas implementadas, a Instituição tem conseguido, paulatinamente, organizar e criar critérios que facilitem a recuperação da informação. Espera-se que, o quanto antes, as informações registradas nos recursos informacionais do IHGRN, sejam disponibilizadas aos pesquisadores.

7.3 Acesso e uso da informação: um passo para a modernidade

O processo de modernidade das instituições de memória acontece em tempos diferentes, pois cada uma possui ritmos e desafios próprios. Assim, outras instituições como o IHGB, durante a década de 1980, passaram por esse processo que só chegou ao IHGRN nos últimos anos. Francisco Ruas Santos (1914-2008), em artigo intitulado *A modernização do instituto*, publicado na revista do IHGB em 1986, trata da modernização que aquela Instituição havia implantado de 1971 até aquele momento. Entre as diversas fases de modernização, se encontra o projeto sesquicentenário desenvolvido em parceria com o CNPq durante a presidência de Pedro Calmon (1902 – 1985) para implementar novos serviços de informação para a comunidade usuária do IHGB.

Expressões [...] para justificar o projeto diante do CNPq: - nosso acervo documental requer hoje tratamento moderno, multiplicador e dinamicizador das informações que contem; - é urgente e imperioso modernizar e ampliar as atividades de documentação, de modo a atingir os seguintes objetivos: a) catalogação cooperativa legível pelo computador; b) indexação analítica das principais coleções de documentos históricos, a partir da análise da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; c) disseminação seletiva da informação levantadas, tão logo processadas (SANTOS, 1986, p. 101).

Tal processo de modernização vivido pelo IHGB durante a década de 1970 tem se apresentado no IHGRN apenas nos últimos anos, por meio da inserção de alguns recursos tecnológicos. Para o colaborador 7, uma Instituição do porte do IHGRN deve se adequar ao uso das tecnologias, porque ela viabiliza sua ascensão. Ele indaga: “o Instituto Histórico é a primeira Instituição cultural do Estado e não faz uso de tecnologia?”.

No entanto, o grande desafio é captar recursos para que os aspectos tradicionais de organização sejam alinhados ou até mesmo substituídos com as inovações tecnológicas. Para que o acesso se torne possível, é necessário que o IHGRN ofereça um serviço de acesso à informação que propicie o efetivo uso dos registros documentais existentes sob sua guarda. Apesar de toda dificuldade, a biblioteca da Instituição tem passado, gradualmente, por um processo de modernização semelhantes aos aspectos característicos do pós-custodialismo. Para Novo e Lins,

As bibliotecas estão inseridas na ebulição que acomete o convívio humano na era pós-custodial, sobretudo, a partir das últimas décadas do século passado que trouxe a aceleração nas rotinas de trabalho no campo da informação relativas à guarda, acesso, disseminação, uso e preservação da informação (NOVO, LINS, 2013, p. 365);

A aceleração nas rotinas de trabalhos são ocasionadas devido as tecnologias de informações (TI) emergentes ao longo do século XX, que desenvolvem ferramentas de trabalhos indispensáveis para uma organização eficaz dos recursos informacionais. Sabe-se que o acervo físico possui uma função primordial em uma biblioteca. Contudo, não pode ser ignorada a importância da guarda de um formato digital para acesso remoto. Diante dos avanços tecnológicos e da modernização das instituições, é importante que o tratamento dado às coleções acompanhe as mudanças para melhor atender o usuário, facilitando ainda mais a obtenção de informações contidas no acervo.

No Quadro 7, é possível indentificar algumas falas que, apesar de sinalizarem dificuldades em proporcionar o acesso ao acervo, mostram os esforços implementados para que a Instituição, ao fazer uso de recursos tecnológicos, possibilite a disseminação de parte dos registros documentais que são fontes de informação e memória.

Quadro 7- Posicionamento dos colaboradores sobre os aspectos de acesso e uso

PRESIDENTES	➤ COLABORADOR 1		➤ COLABORADOR 2	
	• “O IHGRN precisa encontrar uma maneira para reabrir o acervo para o público, que se encontra fechado há vários anos”.		• “O IHGRN ainda não possui condições de reabrir o acervo documental para consulta”.	
DIRETORES	➤ COLABORADOR 3		➤ COLABORADOR 4	
	• “A falta de recursos humanos para realização das atividades é outro agravante. A Instituição possui atualmente (2019) dois bibliotecários, mais dois estagiários de biblioteconomia. Uma quantidade de pessoas reduzida para as atividades que precisam desenvolver”. • “O IHGRN participou pela primeira vez dos eventos promovidos pelo IBRAM e NA. É uma conquista para a Instituição porque poucas instituições se propuseram a participar”.		• “As instituições que detêm arquivos e documentos têm discutido a melhor forma de acesso ao usuário, sem que se prejudique o documento e, ao mesmo tempo, sem que haja prejuízo ao usuário no acesso à informação. Em geral, cada uma escolhe seus protocolos”. • Com a reabertura do IHGRN no ano de 2017, o museu também passou por um processo de reconfiguração. Nela, as peças foram reorganizadas no espaço de origem e identificadas para que o Instituto pudesse franquear a visita.	
FUNCIONÁRIOS	➤ COLABORADOR 5		➤ COLABORADOR 6	
	• “O IHGRN, não possibilita o acesso da forma como deveria, pois carece de pessoas que desenvolvam os serviços. Os trabalhos desenvolvidos ainda são predominantemente manuais e ainda não dispomos de recursos informatizados. Ainda existe a limitação financeira, que é um impedimento para que o trabalho evolua”. • “Quando assumimos a diretoria o museu estava disperso, tinha em diversos lugares e conseguimos reuni-las em um só ambiente”.		➤ COLABORADOR 7	
	• “Anteriormente, os pesquisadores do IHGRN possuíam acesso aos documentos de forma instantânea. Hoje, os pesquisadores se queixam por não ser assim”; • “Anteriormente, a Instituição oferecia serviços de empréstimo e fotocópia, mas atualmente a ordem até então é não permitir o acesso, salvo quando a diretoria abre exceção para os sócios”. • “O acesso ao acervo acontecia de forma irrestrita. Até mesmo porque aqueles que não possuíam autorização entravam e pegavam mesmo sem tê-la”;		• “Antes os usuários tinham acesso aos documentos de forma instantânea. Ao chegarem, realizavam a solicitação e, se o material tivesse disponível, pesquisavam instantaneamente”. • “Nunca houve serviço de empréstimo. Dependendo do material, o pesquisador era autorizado a fazer xerox. Dependendo do documento, podia fazer uso de câmera digital para tirar fotos”. • “Até meados dos anos 2014, o acesso era público e irrestrito. Apenas quando o documento não está em condições de uso, o acesso não é permitido”;	

	• “Acervo acessível por meio das redes sociais <i>Twitter, YouTube, Facebook, Instagram</i>”.	• “Atualmente (2019), se acessa mais ao fazer uso dos recursos tecnológicos. A Instituição tem <i>blogger</i> e <i>site</i> para divulgar os eventos. Essa comunicação é um primeiro passo”.
--	---	--

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ao analisar o conteúdo apresentado no Quadro 7, pode-se perceber nas falas dos membros da presidência, que enquanto o colaborador 1 apresenta uma visão otimista para com a necessidade de reabertura do acervo, o colaborador 2 demonstra resistência, ao reconhecer a impossibilidade da Instituição em reabrir a biblioteca e o arquivo. Já nas falas dos colaboradores 3 e 5, identificou-se que a ausência de profissionais capacitados para realização de tarefas é um empecilho para proporcionar o acesso as coleções. Para os gestores da Instituição, o acesso só é possível de acontecer após a conclusão da reorganização em curso. Portanto, a discussão acerca dos profissionais necessários para proporcionar a reabertura, é retomada a seguir no tópico 6.3.1 que trata do processo de reorganização da biblioteca e arquivo.

Além disso, o colaborador 4 retomou uma discussão já apresentada, ao destacar que as instituições escolhem seus protocolos para proporcionar o acesso à informação, no entanto ele acredita que digitalizar os documentos é uma solução para permitir o acesso. Assim, no tópico 6.3.2 é apresentado os empreendimentos do IHGRN para digitalizar o acervo custodiado que a partir de parcerias e convênios com o LABIM/UFRN torna possível o acesso a parte de documentos e revistas.

Por sua vez, os funcionários, colaboradores 6 e 7 discorreram sobre como acontecia o acesso ao acervo e quais os serviços ofertados pela Instituição. Evidenciaram que anteriormente, os pesquisadores, ao chegarem a Instituição e solicitar o material procurado, tinha acesso de forma imediata. Destacaram também que o acesso aos recursos informacionais era público e irrestrito para a comunidade usuária. No entanto, hoje o acesso só acontece com uma pequena quantidade de documentos digitalizados e com que a disseminação do conhecimento por meio das redes sociais. Eles evidenciam que o uso das redes sociais, foi uma forma de seguir uma tendência já praticada por outras instituições. O uso desses recursos é uma forma de produzir conteúdos, divulgar a Instituição e fazer com ela mostre para sociedade os trabalhos que estão sendo realizados. A discussão acerca dos recursos disponibilizados pela *web 2.0* é retomada no tópico 6.3.3.

Os colaboradores 4 e 5 evidenciaram que a reordenação das peças do museu, foi uma atividade que possibilitou sua organização e abertura para visitação. Para o colaborador 5, ainda que a biblioteca e o arquivo estejam inacessíveis no momento, o museu está reaberto para que os visitantes possam frequent -lo. A discurs o acerca das exposições e curadorias   retomada no t pico 6.3.4.

Por fim, o Setor de Arquivo, Biblioteca e Museu também tem provido eventos visando dinamizar as atividades e estimular a participação social. Para o colaborador 3, o registro do museu do Instituto no IBRAM é um avanço pois conquistou mais uma Instituição parceira que passa a apoiar as atividades do museu, inclusive com a concessão de verbas. foios eventos promovidos pelo IBRAM, AN e FCRB durante o ano de 2019, teve pouca adesão de outras instituições no Rio Grande do Norte, no entanto o IHGRN aderiu e obteve resultados satisfatórios. Os eventos mencionados, são apresentados no t pico 7.3.5.

A partir dos possionamentos, inferiu-se que o acesso e uso no IHGRN acontece por meio dos recursos tecnológicos, advindos dos mecanismos da *web.20* e da digitalização de obras publicadas pela instiui  o e outros documentos de valor histórico. Também foi destacado que visando proporcionar o acesso físico, a Instituição se encontra em um processo de reorganização da biblioteca e do arquivo. Ao ser concluido, pretende-se reabrir para comunidade usuária. Em seguida, será trabalhado de forma mais específica os aspectos de acesso e uso no IHGRN que se constiuem práticas pioneiras em uma instituição secular.

7.3.1 Reorganização do Arquivo e Biblioteca

No ano de 2017, o IHGRN conseguiu realizar um convênio com a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) por meio de uma emenda parlamentar conjunta que destinou recursos no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para práticas de organização (classificação e catalogação) das coleções. No entanto, a verba foi disponibilizada apenas no ano seguinte, onde deu-se início as atividades de reorganização. Para o colaborador 3, esse foi “o maior projeto que tivemos até agora, com a doação de R\$ 300 mil para a reestruturação do arquivo, biblioteca e museu”.

A primeira etapa do projeto foi contratar profissionais bibliotecários e tecnólogos para realizarem todo o tratamento informacional. Vale destacar que, a presença de um profissional da informação em instituições de memória é uma estratégia de comunicação

importante, pois estreita as relações de sociabilidade e permite que ele atue como mediador entre a informação e o usuário.

Além disso, o IHGRN pretende fazer uso de um sistema automatizado que possa indexar, em base de dados, os termos extraídos dos documentos para recuperação e catalogá-los dentro dos padrões usuais. Isso permitirá que os usuários tenham acesso a um catálogo atualizado e *on-line* para consultar os recursos informacionais que a Instituição dispõe, visto que se trata de um acervo fechado que o usuário não tem acesso às estantes onde livros e documentos estão armazenados. A aquisição do sistema automatizado possibilitará a busca e a recuperação da informação, já que a Instituição não dispõe de um sistema até o momento. Segundo o colaborador 3, o IHGRN realizará a aquisição de um *software*: “preferimos comprar o *Siabi* – pela maior acessibilidade - e futuramente o *SophiA* para fazer a transferência de dados”.

A reorganização do acervo era uma aspiração antiga, há tempos dificultada pelo mal acondicionamento de documentos. O projeto parceiro é a oportunidade dessa reorganização acontecer e ser disponibilizada. Esse projeto se constitui na prática de um trabalho nunca visto antes, como enfatiza o colaborador 7,

Nesses meus 30 anos de trabalho, eu nunca passei por uma reformulação tão grande. Aqui era tudo muito rústico. Muito arcaico. [...] Eu nunca tinha visto uma equipe com pessoas meramente técnicas, que entendem e sabem o que estão fazendo. É a primeira vez que vejo isso aqui.

Concluído o projeto, o IHGRN pretende disponibilizar o acesso ao acervo que se encontra parcialmente organizado, para consulta pública. Para o colaborador 6 “as coleções da biblioteca estão organizadas, se caso optassem por abrir daria certo. O arquivo, não. Esse é mais complicado”. A partir de outro ponto de vista, o colaborador 1, menciona que a abertura é uma necessidade que ainda não está ao alcance da Instituição ao afirmar que “nós precisamos abrir o acervo, isso nos incomoda, mais não conseguimos devido a demanda, já que ainda não temos a quantidade de bibliotecários necessária”.

Quando questionados sobre quando o acervo seria reaberto, foi observado outra divergência nas respostas, para o colaborador 6 a reabertura aconteceria no primeiro semestre de 2020, enquanto o colaborador 1 “não terminados ainda o trabalho, não entramos ainda na parte iconográfica, não entramos ainda na parte de jornais que estão em um estado muito ruim, então vai ser um negócio bastante demorado”. Por sua vez, o colaborador 7 afirma que não há prazo de previsão pois “existe muitas coisas para se

fazer. Não vejo resultados a curto prazo” e ainda destaca que “O instituto está fechado para pesquisa a mais de 5 anos. Ninguém passa todo esse tempo esperando para ter acesso ao material e aí as pessoas vão procurar em outros meios”.

A abertura do acervo é importante, pois o conhecimento não socializado impede a geração de novos conhecimentos. Também vale destacar que, após a conclusão do projeto executado de reorganização das coleções, é necessário que outros projetos venham acontecer para dar continuidade aos futuros trabalhos e não deixar que as problemáticas existentes voltem a existir.

7.3.2 Informação e memória digital

Para viabilizar o acesso aos recursos informacionais, o IHGRN, em parceria com Laboratório de Imagens¹⁵ (LABIM/UFRN) tem executado alguns projetos de extensão a fim de converter documentos e revistas do suporte tradicional (papel) para o suporte digital. Essa prática permite disponibilizá-los numa plataforma eletrônica, facilitando o acesso aos documentos.

O LABIM foi criado em 2011 e é especializado em “captura de imagens de livros, jornais, mapas, fotografias e outros tipos de documentos históricos relacionados à História do Rio Grande do Norte” (LABIM, 2014). No entanto, antes de sua criação, alguns projetos voltados à digitalização de documentos foram realizados, mas a consulta só podia ser feita nos equipamentos da universidade. Só após sua criação, os documentos do IHGRN anteriormente digitalizados se tornaram de acesso público. O Quadro 8, mostra os projetos de extensão executados no período entre 2008 e 2018 para digitalizar os documentos do IHGRN.

¹⁵ Entidade custodiadora com cadastro no Conarq. Disponível em: <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/>

Quadro 8 - Projetos de digitalização de documentos do IHGRN (2008-2018)

Ano	Título do projeto
2008	Documentação eleitoral Colonial, Imperial e da primeira República: catalogação e digitalização do acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
2009	Documentação eleitoral Colonial, Imperial e da primeira República: catalogação e digitalização do acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – ano 2
2009	Disponibilização em mídia eletrônica do fundo sesmarias do Rio Grande Do Norte do Acervo do Instituto Histórico e Geográfico
2010	Documentação eleitoral Colonial, Imperial e da primeira República: catalogação e digitalização do acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande Do Norte – ano 3
2011	A Câmara Municipal do Natal no Instituto Histórico e Geográfico do RN: contribuição para a preservação dos acervos locais (século XIX)
2014	Criação de um acervo digital das revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande Do Norte: volumes I (1903) a XII (1919)
2015	Criação de um acervo digital das revistas do Instituto Histórico E Geográfico do Rio Grande do Norte: volumes XX a XL (1920-1950)
2016	Casa da Memória Potiguar Digital: salvaguarda do acervo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Norte (1950-1990)
2018	Acervo digital das Revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: 1970-2000
2018	Digitalização e socialização do acervo de livros raros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A digitalização dos documentos arquivísticos iniciou-se com a seleção dos termos de veração, sesmaria, livros de registros do Senado da Câmara, atas eleitorais anteriormente pertencentes ao Tribunal Eleitoral (que contém listas de votantes e votados), relatórios do governo, correspondências e ofícios da Assembleia Legislativa Provincial. No entanto, muitos desses documentos que remontam o período colonial e da república, ainda que digitalizados, não se encontram totalmente acessíveis por precisarem de uma leitura paleográfica, para que se possa fazer uma descrição precisa dos sinais gráficos existentes no texto.

Em 2014, o acervo digital para as revistas do IHGRN foi criado. No primeiro ano, foram digitalizadas as revistas que correspondem ao período de 1903 a 1920. Em 2015, as revistas de 1920 a 1970. Em 2016 e 2017, a digitalização de revistas foi suspensa devido o embargo do IHGRN, que ocasionou a suspensão das atividades. Já em 2018, o processo de digitalização foi retomado com as revistas de 1970 até o ano 2000.

A fim de padronizar as prátias de digitalização, o Conarq disponibiliza as Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes¹⁶, como um instrumento que auxilia as entidades a adotarem procedimentos adequados de armazenamento. No LABIM, Alvarez afirma que os documentos e revistas são “digitalizados no formato Tiff (Tagged Image File Format), com 300 dpi (pontos por polegada), como sugere o Conarq. As imagens são convertidas em pdf (formato portátil de documento), um formato mais acessível ao uso na internet” (ALVARES, 2017).

Para o colaborador 1, o LABIM/UFRN desenvolve um trabalho relevante para a memória do Rio Grande do Norte. No entanto, o IHGRN tem se empenhado em adquirir recursos com outras instituições parceiras, a fim de continuar de forma mais ampla o processo de digitalização do acervo, tendo em vista que o LABIM/UFRN atende demandas de outras instituições como o Arquivo Público do Estado e o Diário do Natal. Segundo ele, a digitalização dos documentos arquivísticos deve acontecer em maior escala, pois é o que a Instituição possui de mais precioso, bem como a única maneira de se preservar para o futuro.

Pretendemos fazer a digitalização de obras mais raras. Ninguém vai digitalizar um acervo desse inteiro porque não teria sentido, mas vamos ver as obras mais procuradas para digitalizar e para que não haja o contato do papel com o pesquisador, facilitando o acesso em casa, no site da Instituição.

Ou seja, após o processo de organização pelo qual o IHGRN está passando, pretende-se implementar um novo projeto de digitalização. Os gestores do instituto estão buscando possibilidades de como executar esse trabalho. Para isso, segundo o colaborador 2, a Instituição deve realizar a compra de um equipamento para captura digital de imagem.

O ideal é que consiga um *scanner*. Nós conseguimos dotação, mas ainda não foi liberado para comprar o *scanner*, digitalizar aqueles documentos mais importantes e disponibilizar na internet. É esse nosso desejo, que até de casa você possa acessar o documento. É uma meta, mas uma meta muito difícil.

Em oposição à ideia apresentada, o colaborador 1 menciona a dificuldade de capacitar profissionais para desenvolver as funções e realizar manutenções periódicas no equipamento. Para ele, a Instituição deve abrir uma licitação para terceirizar o serviço.

¹⁶ Resolução Conarq nº 31, de 28 de abril de 2010

“Vamos fazer a digitalização das obras mais raras para que o pesquisador faça a pesquisa de casa. Nós queremos abrir uma licitação para terceirizar esse serviço”, disse.

A depender da forma como o projeto venha ser executado, é importante salientar que a digitalização é um mecanismo que, ao invés de restringir, expande as informações fazendo com que ela circule entre os usuários com maior agilidade. Isso possibilita também um dinamismo informacional que proporciona, ao usuário, o acesso à parte do acervo em qualquer lugar e otimiza tempo, já que o acesso ao material desejado não se limita ao espaço institucional.

7.3.3 Recursos da Web 2.0

A *web 2.0* tem sido um importante tema de estudo no âmbito da Ciência da Informação, por se tratar de uma tecnologia que desenvolveu recursos responsáveis por envolver pessoas que interagem de forma colaborativa na produção de informação. Nela, todos são participantes potenciais para produzirem conteúdos por meio das plataformas e disseminarem-nos de forma multidirecional.

Assim, nos últimos anos, o IHGRN tem feito uso dos recursos da *web 2.0* para estimular a participação dos usuários na rede. Dentre os diversos recursos disponíveis, a Instituição tem feito uso de *blogger*¹⁷, onde constantemente os conteúdos são produzidos pelos sócios ou pessoas vinculadas à Instituição, numa temática de cunho histórico e cultural apresentada para conhecimento público. O *blogger* é caracterizado como textual e fotográfico, por apresentar predominantemente informações textuais com uso de iconografias.

Além dele, também é importante destacar o uso de algumas mídias digitais para difundir informações, estabelecer relações sociais e reunir, no ciberespaço, pessoas que tenham interesse no acesso ao conteúdo produzido pela Instituição. Dentre essas mídias, estão o *facebook*¹⁸, *twitter*¹⁹ e *instagram*²⁰, utilizados para divulgar eventos, palestras, exposições e permitirem conversa *on-line* com membros pertencentes a equipe da Instituição. O uso dessas plataformas é uma forma de melhor se comunicar com a comunidade usuária, democratizando e facilitando a integração com pessoas por meio da tecnologia.

¹⁷ <http://ihgrn.blogspot.com/>

¹⁸ <https://www.facebook.com/IHGdoRN/>

¹⁹ <https://twitter.com/IHGdoRN>

²⁰ <https://www.instagram.com/IHGdoRN/>

Um último aspecto a ser destacado são as ferramentas de compartilhamento que permitem armazenar, publicar, avaliar e comentar os conteúdos audiovisuais postados nas páginas. Com o uso de uma conta no *YouTube*²¹, é possível armazenar vídeos de palestras e conferências produzidas pela Instituição, permitindo que outras pessoas interessadas tenham acesso de forma integral. Ao discorrer sobre os recursos da *Web 2.0*, o colaborador 4 afirma que

Criamos as redes sociais oficiais, *facebook* e *instagram*, para promover uma maior aproximação com o público e divulgar o acervo e as atividades. Além disso, tive a oportunidade de elaborar um site que elaborei em conjunto com um programador, redigindo todos os textos, fornecendo todo o material e desenhando uma página simples e usual, na qual incluímos uma seção para as publicações da Instituição e uma página repositório para disponibilizar o material já digitalizado do acervo.

Em 2018, o *site* institucional²² foi lançado oficialmente com o intuito divulgar o conjunto de produtos e serviços ofertados pelo IHGRN. Nele, é possível encontrar informações sobre a história da Instituição, o acervo, as publicações do instituto, a equipe de diretoria, parceiros e colaboradores, além de horários de funcionamento, imagens e o *hiperlink* do repositório, onde estão armazenadas revistas e livros digitalizados. Todos esses recursos tecnológicos contribuem para as práticas pós-custodiais, pois facilitam o acesso à informação e tornam a comunicação eficaz, democratizando a informação de cunho histórico através dos meios digitais.

7.3.4 Museu: curadoria e exposições

O museu que faz parte do IHGRN também vem passando por um processo de reconfiguração. A proposta dos gestores é dinamizar e atribuir um novo sentido a esse espaço que não é apenas um meio para preservar o passado, mas também para construir o futuro. Assim, além das exposições museológicas permanentes com obras apresentadas no capítulo anterior, a Instituição tem desenvolvido projetos de curadoria museal, dispondo de materiais informacionais sobre aspectos artísticos e culturais de regiões ou outros temas específicos para mostrar aos visitantes o valor que as obras do museu possuem para identidade norte-rio-grandense.

No entanto, a curadoria museal não se centra apenas na materialidade dos objetos que compõem as coleções museológicas, mas intervém para estimular a frequência de

²¹ https://www.youtube.com/channel/UCZFber7VfBU_vz48aCsnDdA

²² <http://ihgrn.org.br/>

agentes participantes com exposições itinerantes que estimulam o público a retornarem à Instituição em outras ocasiões. O colaborador 4 destaca que a implementação dessa prática durante sua gestão visa desenvolver um hábito comum a outros museus do mundo. “Tomando por base o cenário de outras instituições e pensando em promover a atenção da imprensa e dos visitantes, instituí as exposições temporárias, a exemplo do que praticam todos os museus do mundo”. Essa prática faz do museu um centro de referência para a arte contemporânea com forte potencial informativo produzido por artistas e integrantes da sociedade potiguar.

Assim, em 2017, o IHGRN realizou quatro exposições temporárias, possibilitando aos visitantes a apropriação de diferentes narrativas: a primeira delas foi chamada de “Presença Viva”, com obras do artista plástico Dorian Gray Caldas (1930-2017); seguida dos “Antigos engenhos do Ceará-Mirim”, com quadros produzidos por artistas cearamirinsenses; depois, realizou-se outra intitulada “Fingimento das Palavras”, com fotografias retratando antigas cenas potiguares e pernambucanas, de Ângela Almeida; por fim, a exposição denominada “Newton Navarro: o movimento do traço perfeito”, com pinturas feitas pelo artista plástico potiguar.

Em 2018, o IHGRN realizou novas exposições itinerantes, sendo elas: “Velhas Figuras”, que reuniu telas e bustos do acervo do IHGRN; “Nordeste de São Sebastião”, com telas da coleção particular do médico, escritor e artista plástico Iaperi Araújo; e “Minérios do Rio Grande do Norte” de curadoria do geólogo Pedro Simões Pedro Segundo, com pedras encontradas no interior do RN e artefatos geológicos, com o objetivo de mostrar a diversidade de minerais existentes no Rio Grande do Norte.

Em 2019, foi realizada a exposição “Institutos Históricos do Brasil”, com mais de vinte ilustrações apresentando as fachadas dos edifícios sede dessas instituições. A produção iconográfica foi de Amanda Simões Souza, feita por ocasião da publicação de livro com o mesmo título, produzido por integrantes do IHGRN (PIGNATARO; SOBRAL; SIMÕES, 2019).

Após a reabertura do museu em 12 de junho de 2017, a instituição passou a registrar o número de visitantes por meio de um livro de registro, onde eles podem assinar o nome e a cidade de origem. Ao analisar o livro de vistas do museu referente ao ano de 2018 (SOBRAL, SILVA 2018; SOBRAL; NETO SEGUNDO; SILVA, 2018), percebe-se que o segundo semestre (julho a dezembro) teve um número de frequência superior ao do primeiro semestre (janeiro a junho). Em todos os meses do segundo

semestre, foi possível identificar um número de frequência superior a 150 visitantes por mês, enquanto o primeiro semestre, não superou o número de 129 visitantes/mês.

O aumento do número de visitantes no segundo semestre, se deve a divulgação feita pela instituição na imprensa local e nos meios de comunicação digital acerca da reabertura do museu e de suas exposições permanentes e temporárias, o que tem atraído cada vez mais os membros da sociedade local, nacional e até mesmo internacional, a conhecerem um pouco mais sobre a identidade potiguar representada nas coleções de um dos poucos museus existentes na capital norte-rio-grandense.

Além das exposições museológicas temporárias, o IHGRN também pretende utilizar recursos tecnológicos no espaço museal. Dentre eles, estão os *QR code*, meios que possibilitam a transmissão instantânea de informações por dispositivos móveis. O colaborador 3 destacou a possibilidade de fazer uso desse mecanismo ao invés das descrições impressas. Segundo ele, “a descrição física causa uma poluição visual, principalmente quando estão nas paredes. Então, ao invés disso, colocaria o *QR code*. A pessoa colocaria o celular e seria redirecionado a uma página onde já teria as informações da peça”. Os *QR code* seriam apresentados em um catálogo retornável, ou seja, um itinerário de visita útil para o visitante que não quer ser guiado. O mesmo colaborador afirma que “o visitante pegaria esse catálogo na recepção, onde as peças teriam números determinados junto ao *QR code*”. A Imagem 9, apresenta o posicionamento das peças no espaço, sendo possível perceber também, as identificações das obras nas paredes e expositores que segundo o colaborador 3, causa uma poluição visual.

Imagem 9 - Disposição do museu



Fonte: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (2019).

Ainda nesse contexto, o museu foi incorporado ao Cadastro Nacional de Museus (CNM) criado em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Segundo o colaborador 1, “conseguimos agora (2019), depois de muito tempo, registrar nosso museu no IBRAM”. Esse cadastro permite que o museu do IHGRN passe a compor o quadro de mapeamento de instituições museológicas existentes no país. Assim, por meio do uso da plataforma eletrônica Museusbr²³, é possível identificar a distribuição geográfica e encontrar dados referentes aos vários museus do país como: breve resumo, tipo de Instituição, tipologia do acervo, endereço e existência ou não de acessibilidade no espaço museal.

Imagem 10 - Informações do Museu do IHGRN no CNM



Fonte: Museusbr (2020).

A partir disso, pode-se constatar que o IHGRN não está preocupado apenas com a preservação de suas reservas técnicas, mais também tem procurado novos meios de divulgar o acervo museológico por meio de exposições itinerantes e cadastros que divulgam, não apenas em nível local, como também em nível nacional o museu da Instituição, a fim de viabilizar que novos visitantes tenham acesso ao conhecimento passível de ser adquirido através de suas coleções.

7.3.5 Participação em eventos nacionais

O setor de Arquivo, Biblioteca e Museu, a fim de dinamizar as atividades voltadas para o museu e arquivo, tem participado de eventos nacionais junto a outras instituições

²³ museus.cultura.gov.br/

museológicas e arquivísticas, como a Semana Nacional de Museus, a Primavera dos Museus e a Semana Nacional de Arquivos.

A Semana Nacional de Museus e a Primavera dos Museus são eventos promovidos pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), com edições anuais desde 2003 e 2007, respectivamente. Já a Semana Nacional de Arquivos acontece no Brasil desde o ano de 2017, sendo promovida pelo Arquivo Nacional (AN) e pela Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).

A proposta dos eventos é promover a valorização de museus e arquivos. A cada edição realizada, é possível fazer com que as instituições reflitam acerca dos desafios e problemas enfrentados para encontrar as soluções adequadas. Para Silva (2019), o IHGRN teve uma

Inserção nas atividades de fomento à identidade e à memória nacional, sendo elas a Semana Nacional de Museus e a Semana Nacional de Arquivos, eventos dos quais a Instituição teve a oportunidade de participar pela primeira vez no ano de 2019, possibilitando maior integração com a sociedade potiguar e proporcionando o fortalecimento da memória em relação ao espaço onde vivem (SILVA, 2019, p. 2).

Ao analisar os dados disponibilizados pelas entidades organizadoras (IBRAM, AN, FCRB) sobre as instituições museológicas e arquivísticas participantes, é possível perceber que, na edição referente ao ano de 2019, houve uma forte adesão predominantemente das instituições museológicas para com a Semana Nacional de Museus, conforme apresenta o Quadro 9:

Quadro 9 – Adesão dos IHG's estaduais aos eventos nacionais.

Evento	Período	Nº de instituições participantes	Nº de IHG estaduais participantes	IHG estaduais participantes
Semana Nacional de Museus	13 a 19/5	1.114	3	DF, RN e SE
Semana Nacional de Arquivos	3 a 8/6	200	2	RN e SE
Primavera dos Museus	23 a 29/9	848	4	MT, RN, SE e MG

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ao verificar o Quadro 9, verificamos que há ínfima adesão por parte dos IHG's nos eventos mencionados. Na Semana Nacional de Museus, por exemplo, apenas três IHG's estaduais aderiram ao evento: Distrito Federal, Rio Grande do Norte e Sergipe. Já

na Semana Nacional de Arquivos, apenas o instituto do Rio Grande do Norte e Sergipe participaram; por fim, a Primavera dos Museus teve participação de quatro IHG's estaduais: Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas Gerais.

Por sua vez, a adesão do IHGRN aos eventos mencionados foi uma estratégia adotada para viabilizar maior aproximação e envolvimento da sociedade nas atividades desenvolvidas pelo museu. Os eventos também foram uma oportunidade para divulgar o acervo arquivístico, que ao torna-se acessível pode contribuir com a produção do conhecimento científico e cultural.

A partir desses aspectos, o IHGRN, tem contribuído para dar maior visibilidade ao Setor de Arquivo, Biblioteca e Museu, iniciando um processo de modernização ainda não concluído. Todas essas iniciativas atribuem um maior sentido a identidade potiguar que também é parte da memória nacional brasileira, tornando possível perpetuá-la para as próximas gerações.

Apesar das dificuldades que o IHGRN tem enfrentado nos últimos anos, sua divulgação é importante para que as instituições administrativas tomem conhecimento dos problemas e encontrem formas de contribuir para fazer dele um espaço dinâmico e de fontes de informações que fortaleçam os vínculos identitários da sociedade potiguar com o espaço onde vive. Para Varela e Barbosa, “o arquivo, cujo acesso é livre ao público, é aquele que custodia a documentação permanente, testemunhal, patrimonial e histórica, e que deve ser preservada indefinidamente, pois seu valor informativo é imprescritível e inalienável” (VARELA; BARBOSA, 2013, p. 346).

A partir da integração Instituição e sociedade, se torna possível também consolidar o processo de musealização, que não acontece apenas quando os objetos pertencentes ao acervo museológico são preservados ou revestidos de novos significados, mas sim quando a sociedade tem a oportunidade de participar do conjunto de atividades desenvolvidas pelo museu, revitalizando e atribuindo um novo sentido ao espaço museal.

Por conseguinte, isso permitirá que o arquivo e museu se tornem lugares humanizados, de participação e valorização dos saberes e da história local, evidenciada a partir da perspectiva do tempo presente, que também tem sua importância para a história e por isso não pode ser desconsiderada. Assim, a Instituição contribui para a formação dos membros enquanto cidadãos e possibilita o fortalecimento da identidade coletiva dos indivíduos que compõem os grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esse trabalho, foi possível perceber que as instituições de memória nacional possuem o papel preponderante na preservação e manutenção dos suportes informacionais. Além disso, elas são mediadoras entre os usuários e as fontes de memória úteis para construção das identidades locais que só acontecem quando se permite o acesso aos registros custodiados, possibilitando que o conhecimento seja disseminado e que a memória dos grupos sociais seja fortalecida.

Assim, entender os Institutos Históricos e Geográficos como instituições de memórias que preservam e disseminam a memória nacional, na França, no Brasil, Uruguai ou de qualquer outra nação, é um exercício que a Ciência da Informação não pode ignorar, visto sua preocupação nos últimos anos com as práticas pós-custodialistas como forma de possibilitar o acesso e o uso informacional. O reconhecimento científico das ações realizadas pelos IHG é uma forma de atribuir o devido valor a essas instituições, que se encontram fora das universidades, e fortalecer seu trabalho em prol das identidades culturais e das memórias pertencentes aos grupos.

Com isso, entende-se que a partir desta pesquisa, outros pesquisadores possam originar novos estudos acerca das instituições de memória nacional. Estas não se limitam apenas ao Arquivo Nacional, à Biblioteca Nacional ou ao Museu Nacional. Instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e os demais institutos congêneres que se concentram em nível regional, também são reconhecidamente instituições de memórias que merecem uma atenção especial pela Ciência da Informação, por oferecer uma diversidade de acervos, pela produção documental e pelo acúmulo informacional, resultante de décadas de atuação e prestação de serviços à sociedade.

No Brasil, mais de 60% dos IHG que se concentram nas capitais, se constituem instituições de memórias nacionais seculares. Ou seja, são instituições que estão presentes na sociedade há mais de um século, atuando em prol da manutenção da memória e dos valores culturais. Isso mostra que são instituições sérias que desenvolvem um papel relevante na sociedade brasileira, que, com todas as diversidades conseguem manter seus aspectos de nação – e não país ou território – graças à atuação de persistente de instituições como essas. Entende-se que, quanto maior o arcabouço histórico, mais legitimidade a Instituição possui e que a diversidade de Institutos Históricos e Geográficos equilibra e harmoniza a responsabilidade existente dentre essas instituições

em manter a memória nacional e integrar as regiões, possibilitando a construção de um espaço integracionista baseado na unidade da nação.

No Rio Grande do Norte, é possível perceber que desde 1902 o IHGRN tem atuado de forma constante em prol da preservação da memória dos personagens locais e dos legados que estes deixaram para a história do Estado potiguar. Além disso, a preservação dos documentos e dos utensílios que compõem as coleções museológicas, é uma iniciativa que fortalece as práticas institucionais e que gera um efeito positivo, sendo este o de propagar os valores identitários, fazendo com que a sociedade contemporânea se reconheça nas atividades desenvolvidas por ela, e, por conseguinte, as futuras gerações ao terem acesso ao conhecimento produzido hoje, também reconheçam suas tradições.

Os objetivos propostos foram atingidos na perspectiva de que foi possível identificar como acontecem as práticas de preservação, organização e acesso no IHGRN. Porém, percebe-se a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas para práticas pós-custodiais de acesso e uso da informação, em especial nesses espaços sem apoio governamental. Essas políticas permitem que a Instituição possa ampliar os serviços desenvolvidos, fazendo dela uma Instituição disseminadora da informação.

Como foi possível perceber ao longo do trabalho, o IHGRN tem desenvolvido atividades que buscam superar o paradigma custodial, ao implementar algumas iniciativas que se aproximam das amplas práticas pós-custodiais. Para Araújo (2013, p.291) “dada sua amplitude, surge com grande potencial de tratar os variados processos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos como sendo muito mais do que os procedimentos técnicos definidos pelo paradigma custodial/tecnicista”. Com isso, a Instituição proporciona que a informação existente em suas coleções bibliográficas, arquivísticas e museológicas sejam apropriadas pelos membros da sociedade.

Com a execução desse trabalho, foi possível observar algumas mudanças positivas ocasionadas na Instituição desde o ano de 2015, advindas da parceria com outras instituições universitárias e governamentais, que se propuseram a contribuir com a Instituição que, sem o apoio delas, não vai conseguir encontrar soluções. As atividades realizadas pela Instituição, tem o objetivo de reorganizar dos recursos informacionais que são fonte para reconstrução da memória potiguar. Espera-se que projetos, como os que foram empreendidos nos últimos anos continuem a acontecer para que o acesso e uso aconteçam aos pesquisadores que constantemente recorrem à Instituição em busca do acesso a esses registros informacionais.

Diante do exposto, pode-se inferir que os Institutos Históricos e Geográficos, tidos como instituições de memória nacional, são espaços propícios para serem explorados no âmbito da Ciência da Informação, por serem instituições que prestam serviço informacional por meio de um acervo heterogêneo custodiado em suas bibliotecas, arquivos e museus, e que este trabalho, em fase de desenvolvimento, caminha em prol de encontrar resultados satisfatórios, que possam contribuir para o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Instituição e que também contribua para a Ciência da Informação, desenvolvendo reflexões em torno do tema instituições de memória e de sua importante atuação na sociedade em prol da memória nacional.

REFERÊNCIAS

A República. Ano XIV. N.70. Natal: 5 de abril de 1902.

AGORA MEMÓRIA. Edição comemorativa dos 100 anos do IHG/RN, 1902-2002. Ano I, n. 2. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2002.

ALBUQUERQUE, Myrianne Carla Oliveira de; DIAS, Thiago Alves. Livros de termo de vereação do senado da câmara de Natal (século XVII a XIX): catálogo para pesquisa histórica, arquivo e memória. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RN, 2., 2006, Caicó, RN. **Anais [...]**. Caicó, RN: APUH-RN, 2006. p. 63-68. Disponível em: <http://www.rn.anpuh.org/2016/assets/downloads/ANAIIS-II.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

ALVARES, Iris. Professora Iris Alvares do Labim/UFRN, responsável pela digitalização de documentos do IHGRN. [Entrevista concedida a] Gustavo Sobral. **INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE**, Natal, online, não p., outubro, 2017. <https://www.facebook.com/IHGdoRN/posts/1957235137853100>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01-30, jan./abr. 2014. ISSN 1981-8920. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n1p01>. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958>. Acesso em: 15 jan. 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Arquivos, bibliotecas e museus: apontamentos para um possível modelo curricular de convergência. In: DUARTE, Zeny (org.). **Arquivos, Bibliotecas e Museus: Realidades de Portugal e Brasil**. Salvador: EDUFBA 2013. p. 375-398. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16811/1/arquivos_bibliotecas_museu_repositorio.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformação da memória cultural**. Campinas: Ed UNICAMP, 2011.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Entrevista com o Professor Doutor Carlos Xavier Azevedo Netto [Entrevista realizada em 11 de setembro de 2014]. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 207-210, jul./dez. 2014. Entrevistadoras: Eva Cristina Leite da Silva; Marcia Silveira Kroeff. Doi: <http://dx.doi.org/10.5965/1984724615292014207>. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/download/1984724615292014207/3991>. Aceso em: 15 dez. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

BARROS, José D'Assunção. História e memória - uma relação na confluência entre tempo e espaço. **MOUSEION**, vol. 3, n. 5, Jan-Jul/2009. Disponível em: https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/artigos/mouseion/2009_v3_n5/jdbarros.pdf. Acesso em: 25 fev. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. Tempo e espaço. In: **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 107-247.

BAUMAN, Zygmunt. A cultura no mundo líquido moderno. Rio de Janeiro: Zahar. 2013.

BORKO, Harold. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p. 3-5, jan. 1968. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2532327/mod_resource/content/1/Oque%C3%A9.pdf. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)**, 9., 2008, São Paulo, SP. Anais [...]. Universidade de São Paulo, 2008.

BUCKLAND, Michael Keeble. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>. Acesso em: 26 fev. 2020.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. 2003.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CAFÉ, Lígia; SALES, Rodrigo. Organização da informação: Conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (org.). **Passeios no Bosque da Informação: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento**. Brasília, DF: IBICT, 2010. cap. 6, p. 115-129. ISBN: 978-85-7013-072-3. Edição eletrônica. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>. (Edição comemorativa dos 10 anos do Grupo de Pesquisa EROIC).

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015. 112 p. ISBN 978-85-7995-164-0.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de La modernidade**. México, D.F.: Grijaldo, 1997. Disponível em: https://monoskop.org/images/7/75/Canclini_Nestor_Garcia_Culturas_hibridas.pdf. Acesso em: 25 fev. 2020.

CANCLINI, Néstor García; RONCAGLIOLO, Rafael. **Cultura transnacional y culturas populares**. Lima: IPAL, Instituto Para América Latina, 1988.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução de Maria L. Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. Tradução Ana Maria Pereira Cardoso, Maria da Glória Achtschin Ferreira e Marco Antônio Azevedo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. ISSN 19815344. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54>. Acesso em: 26 fev. 2020.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 17 fev. 2020.

CARRARO, Eliane Cristina. O Instituto Histórico de Paris: modalidade e ciência social. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. UNICAMP, 2003.

CARRARO, Elaine Cristina. O Brasil como tema no Instituto Histórico de Paris. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 1, n. 47, p. 33-51, 2017. E-ISSN: 2446-4856. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/rihgse/article/view/11966/9113>. Acesso em: 26 fev. 2020.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Folclore do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967.

CASADEI, Eliza Bachega. Maurice Halbwachs e March Bloch em torno do conceito de memória coletiva. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 108, p. 153-161, maio 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9678/5607>. Acesso em: 28 dez. 2018.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/502947/mod_resource/content/1/ENP_155/Referencias/Convitea-Filosofia.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. “A CASA DA MEMÓRIA NORTE-RIO-GRANDENSE”: O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180616>. Acesso em: 24 fev. 2020.

D'ALESSIO, Marcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n.25/26, p. 97-103, 1992. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=51923. Acesso em: 24 fev. 2020.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas**. São Paulo: Futura, 2007.

DIAS, Thiado Alves. O Senado da Câmara de Natal, o escrivão e o registro dos tempos coloniais. **Mneme - Revista de Humanidades**, Caicó, v. 10, n. 26, p. 119-128, jul./dez. 2009. ISSN 1518-3394. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/download/12/9/>. Acesso em: 24 fev. 2020.

DORIGUELLO JR, César Augusto. Os indígenas no Império perante o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In.: FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente. **Os Institutos Históricos e Geográficos: Nação e Região na Historiografia Brasileira**. São Paulo: pontes, 2017.

FARIA, Maria Alice de Oliveira. História - Monglave e o Instituto Histórico de Paris. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 2, p. 43-53, 29 dez. 1967. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i2p43-53>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/45663/49260>. Acesso em: 15 jul. 2018.

FERRARINI, Pâmela Pitágoras Freitas Lima; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. O conceito de memória na obra freudiana: breves explanações. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 109-118, jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2014v5n1p109>. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/16706/15058>. Acesso em: 24 jan. 2020.

FERREIRA, Antônio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente. **Os Institutos históricos e geográficos: nação e região na historiografia brasileira**. São Paulo: Pontes, 2017.

FILHO, Virgílio Correia. Como se fundou o Instituto Histórico. In.: IHGB, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: DIN, vol. 255, 1962.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Paz e terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. 288p.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p.203-222.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros – PLANO. On-line. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/explore/planos-preservacao/plano-nacional-microfilmagem-periodicos-brasileiros>. Acesso em: 10 fev 2020.

GALINDO, Marcos. A redescoberta do trabalho colaborativo. In: AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de (org.). **Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 65-98. Disponível em: https://ceam2018.files.wordpress.com/2018/07/texto-4_-informac3a7c3a3o-patrimc3b4nio-e-memc3b3ria.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre a memória social. **Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016. ISSN 1676-2924. Disponível em: http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf. Acesso em: 24 jan. 2020.

GONDIM, Linda M. P.; LIMA, Jacob Carlos. **A pesquisa como artesanato intelectual**: considerações sobre método e bom sendo. São Paulo: EdUFSCar, 2006.

GRANDE PONTO (Natal). **Governo e Instituto Histórico resgatam brasão original do RN**. 2019. Disponível em: <<https://www.grandeponeto.com.br/noticia/governo-e-instituto-historico-resgatam-brasao-original-do-rn>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). 2. ed. São Paulo: Annablume, 1997. (Coleção Geografia e Adjacências).

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: 28 jan. 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Disponível em: https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf. Acesso em: 24 jan. 2020.

HJØRLAND, Birger. **Information science and its core concepts**: Levels of disagreement. Dordrecht, 2013.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Extracto dos Estatutos do IHGB. **Revista do IHGB**. 3. ed. t. I, 1º trimestre de 1839, n.1, Rio de Janeiro, p. 18-20, 1908. ISSN 0101-4366. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsNnh2dFVNTkhxclU/view. Acesso em: 24 jan. 2020.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Estatutos do IHGRN. **Revista do IHGRN**. Natal, RN, Ano I, v. I, n. 1, p. 9-13, 1903. Disponível em: <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/788/1/REVISTA%20DO%20IHGRN%20-%201903%20VOLUME%20I%20-%20N%c2%ba%2001%20e%2002.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Novos Estatutos do IHGRN. **Revista do IHGRN**, Natal, RN, v. XXIII e XXIV, p. 3-20, 1927. Disponível em: <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/798/1/REVISTA%20DO%20IHGRN%20%201926-1927%20-%20VOLUMES%20XXIII%20XXIV.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Reforma aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária em 02 de maio de 2012. Natal: Offset Gráfica e Editora Ltda, 2012. Disponível em: <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/1329/1/Estatuto%20do%20%20Instituto%20Hist%c3%b3rico%20e%20Geogr%c3%a1fico%20do%20RN%20-%202012.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2020.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE – IHGRN. Atestado de idoneidade de um desconhecido. Natal, 22 de agosto de 2019. Facebook: IHGdoGN. Disponível em: <https://www.facebook.com/IHGdoRN/posts/2359184314324845>. Acesso em: 3 de fev. 2020.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de Políticas Públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p.2-22, 2009.

JUSTINO, Ana Cristina Fernandes Cortês Santana. **O desafio da homogeneização normativa em Instituições de Memória.** 2012. 314 f. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, Departamento de Comunicação e Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2013.

KHUN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Editora Perspectiva. 2000.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. 152p. (Coleção TRANS).

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Trad. Bernardo Leitão. et al. 3. ed. Campinas (SP): UNICAMP, 1994.

LEOTI, Odemar. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT: relação de poder, escrita, política, cientificidade e a invenção do mato-grossense moderno 1895 a 1934. 2013. 262 f. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em História, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, UNESP, 2013.

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lillian. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, Lillian (org.). **Organização e representação da informação e do conhecimento:** conceitos, subsídios, interdisciplinaridades e aplicações. São Paulo: B4, 2012. cap. 1, p. 21-48. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jose_Leonardo_Lima/publication/281969932_Organizacao_e_representacao_da_informacao_e_do_conhecimento/links/5600067308ae07629e522ad1/Organizacao-e-representacao-da-informacao-e-do-conhecimento.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

LIMA, Nestor dos Santos. **As cinco sedes do Instituto.** IHGRN: 1982.

MACEDO, Cristian Cláudio Quinteiro. A influência da frenologia no Instituto Histórico de Paris: raça e história durante a Monarquia de Julho (1830-1848). **Humanidades em diálogo**, v. 7, p. 127-145, 26 mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2016.113338>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/113338/111294>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MELO, Manuel Rodrigues de. Angicos: ensaio de escritor adolescente, no âmbito da província. In: **Nova fase do Instituto Histórico e Geográfico**. Homenagem ao Governador Aluizio Alves. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1965. p. 15-25.

MENEZES, Karla. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907. **Caderno de História**. Natal: Ed. UFRN, v. 3/ 4, n. 2/ 1, p. 41- 57, jul./dez. 1996; jan./jun. 1997. Disponível em: <http://www.edufrn.ufrn.br/bitstream/123456789/848/1/O%20INSTITUTO%20HIST%C3%93RICO%20E%20GEOGR%C3%81FICO%20DO%20RN.%20Caderno%20de%20Hist%C3%B3ria.%20MENEZES%2C%20Karla.%201996-1997.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara; OLIVEIRA, Caio Flávio Fernandes de. **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: História e acervo**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa (DEI), 2005.

MOTA, Carlos Guimarães. **Educação, contraideologia e cultura**. São Paulo : Globo, 2011.

NOVO, Hildenise Ferreira; LINS, Ivana Aparecida Borges. Políticas públicas voltadas para bibliotecas na era pós-custodial. In: DUARTE, Zeny (org.). **Arquivos, Bibliotecas e Museus: Realidades de Portugal e Brasil**. Salvador: EDUFBA 2013. p. 375-398. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16811/1/arquivos_bibliotecas_museu_repositorio.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

OLIVIERA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na ciência da informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro v. 7, n. 1, p. 311-328, mar. 2011. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v7i1.416>. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3302/2918>. Acesso em: 25 nov. 2018.

OLIVIERA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. As concepções de memória na ciência da informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 216-239, dez. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/1981-6766rpa.v3i3.3613>. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3613/2745>. Acesso em: 20 jan. 2020.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). **Memória: interfaces no campo da informação**. Brasília: Ed. UnB. 2017.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de; AQUINO, Mirian de Albuquerque. O conceito de informação etnicorracial na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, v.8, n.2, setembro, 2012, Rio de Janeiro, p. 466-492. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3336/2943>. Acesso em: 27, jun, 2019.

OLIVEIRA, J. J. Machado de. Memória histórica sobre a questão de limite entre Brasil e Montevideo. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, Série 3, n.12, 4º tri. 1853, p. 385-423, 1853. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsOURjZ3N0RVNoZms/view. Acesso em: 20 jan. 2020.

OLIVEIRA, Livia de. O sentido de lugar. In E. Marandola Jr., H. Werther, & L. Oliveira, L. (Ed.), **Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia** (p. 4- 16). São Paulo, SP: Perspectiva. 2012.

OLIVEIRA, Suellen Mayara Péres de. **A querela de clio na Região do Prata e o Brasil: tensões e diálogos da escrita da história nos Institutos Históricos e Geográficos (1838-1852)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Ed. Brasiliense. 2ed. 1986.

PARIZOT, Isabelle. A pesquisa por questionário. In: PAUGAM, Serge (coord.). **A pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. - (Coleção Sociologia). p. 85-201.

PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias Imaginárias: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação história e espaço**. Natal: Edufrn, 2011.

PEREIRA, Elenize Trindade. De capitania donatária à capitania régia: o senhorio de João de Barros na “terra dos potiguara” - século XVI. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. São Paulo: Autêntica. 2003.

PETROVICH, Enélio Lima. Fixando o passado com a visão do futuro. In: **Nova fase do Instituto Histórico e Geográfico**. Homenagem ao Governador Aluizio Alves. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1965. p. 6-14.

PIGNATARO, André Felipe; SOBRAL, Gustavo; SIMÕES, Pedro. **Institutos Históricos e Geográficos do Brasil**. Natal: Offset. 2019.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento de igualdade. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro, Revisão técnica Déa Ribeiro Fenelón. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, p. 7-24, fev. 1997a. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11231/8239>. Acesso em: 18 dez. 2019.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro, Revisão técnica Déa Ribeiro Fenelón. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997b. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11233/8240>. Acesso em: 18 dez. 2019.

RANGANATHAN, S. R. **As “Cinco Leis da Biblioteconomia”**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2009. 336 p.

REVISTA DO IHGRN. Natal, RN: Typographia da Gazeta do Commercio, Ano I, v. I, n. 1, 1903. Disponível em: <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/788/1/REVISTA%20DO%20IHGRN%20-%201903%20VOLUME%20I%20-%20N%c2%ba%2001%20e%2002.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REVISTA DO IHGRN. Natal, RN: Typographia d'O Seculo, v. IV, n.1 e 2, 1906. Disponível em: <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/790/1/REVISTA%20DO%20IHGRN%20-%201906%20VOLUME%20IV%20-%20N%c2%ba%2001%20E%2002.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REVISTA DO IHGRN. Natal, RN: Typographia d'O Seculo, v. V, n.1 e 2, 1907. Disponível em: <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/791/1/REVISTA%20DO%20IHGRN%20-%201907%20VOLUME%20V%20-%20N%c2%ba%20%2001%20E%20N%c2%ba%2002.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REVISTA DO IHGRN. Natal, RN: Typographia d'A Capital, v. VI, n. 1, 1908. Disponível em: <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/792/1/REVISTA%20DO%20IHGRN%20-%201908%20VOLUME%20VI%20-%20N%c2%ba%2001.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REVISTA DO IHGRN. Natal, RN: Typographia do Instituto Histórico. V. IX, n. 1 e 2, 1911. Disponível em: <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/793/1/REVISTA%20DO%20IHGRN%20-%201911-1912%20VOLUME%20IX%20-%20N%c2%ba%2001%20E%2002.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REVISTA DO IHGRN. Natal, RN: M. Victorino & C., v. X, n. I e II, 1912. Disponível em: <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/793/1/REVISTA%20DO%20IHGRN%20-%201911-1912%20VOLUME%20IX%20-%20N%c2%ba%2001%20E%2002.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REVISTA DO IHGRN. Natal, RN: Typographia d'A Republica, v. XXIII e XXIV, 1927. Disponível em:
<http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/798/1/REVISTA%20DO%20IHGRN%20%201926-1927%20-%20VOLUMES%20XXIII%20XXIV.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REVISTA DO IHGRN. Natal, RN: Galhardo, v. XXXVIII a XL, 1941. Disponível em:
<http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/800/1/REVISTA%20DO%20IHGRN%20-%201941-1943%20-%20VOLUMES%20XXXVIII%20A%20XL.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REVISTA DO IHGRN. Natal, RN: Galhardo, v. XXXVIII a XL, 1942. Disponível em:
<http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/800/1/REVISTA%20DO%20IHGRN%20-%201941-1943%20-%20VOLUMES%20XXXVIII%20A%20XL.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REVISTA DO IHGRN. Natal, RN: Typographia Galhardo, v. XLVIII e XLIX, 1952. Edição especial consagrada ao 1º centenário da fundação do Instituto, a 29 de março de 1952. Disponível em:
<http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/807/1/REVISTA%20DO%20IHGRN%20-%201951-1952%20-%20VOLUMES%20XLVIII%20XLIX.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REVISTA DO IHGRN. Natal, RN: Typographia Galhardo, v. L, 1953. Disponível em:
<http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/808/1/REVISTA%20DO%20IHGRN%20%201953%20-%20VOLUME%20L.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REVISTA DO IHGRN. Natal: [s.n.], n.70, 1980. Disponível em:
<http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/1147/1/REVISTA%20IHGRN%201980.pdf>. Acesso em: 15 jan.2020.

REVISTA DO IHGRN. Natal: Companhia Editora do Rio Grande do Norte, v. LXXIII-LXXIV, 1981/1982. Edição comemorativa do 80º aniversário de fundação. Disponível em:
<http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/1175/1/REVISTA%20DO%20IHGRN%201981-1982.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REVISTA DO IHGRN. Natal: [s.n], v. LXXV-LXXVI, 1983/1984. Disponível em:
<http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/1176/1/REVISTA%20DO%20IHGRN%201983-1984.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REVISTA DO IHGRN. Natal: Cooperativa dos Jornalistas de Natal Ltda. – COOJORNAT, v. LXXVII – LXXVIII, 1985/1986. Disponível em:
<http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/1179/1/REVISTA%20DO%20IHGRN%201985-1986.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REVISTA DO IHGRN. Natal: [s.n], v. LXXIX - LXXX, 1987/1988. Disponível em:
<http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/1181/1/REVISTA%20DO%20IHGRN%201987-1988.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REVISTA DO IHGRN. Natal: Companhia Editora do Rio Grande do Norte, v. LXXXI- LXXXIII, 1989/1990/1991. Disponível em: <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/1322/1/REVISTA%20DO%20IHGRN%20LXXXI%20a%20LXXXIII%20%201989%20-%201990%20-%201991.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REVISTA DO IHGRN. Natal: Departamento Estadual de Imprensa - DE, v. LXXXIV- LXXXV, 1992/1993. Disponível em: <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/1357/1/REVISTA%20DO%20IHGRN%20LXXXIV-LXXXV%20-%201992-1993.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REVISTA DO IHGRN. Natal, RN: Departamento Estadual de Imprensa, v. LXXXVII - 1994 a 96, 2001. Edição comemorativa do V centenário do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/1143/3/REVISTA%20DO%20IHGRN%20%201994-1996.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REVISTA DO IHGRN. Natal, RN: Fundação José Augusto, v. 88, 1997-1999, 2011. (Coleção Cultura Potiguar, n. 14). Edição Comemorativa do Centenário de Fundação do IHG/RN – 1902-2002.

REVISTA DO IHGRN. Natal: [s.n.], n. 92, 2016. Disponível em: <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/1326/1/Revista%20do%20IHGRN%20XCII%20-%202016.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2020.

REVISTA DO IHGRN. Natal, RN: Unigráfica, n. 96, 2018. ISSN: 2526-4958.

REVISTA DO IHGRN. Natal, RN: Offset Gráfica, n. 97, 2018. ISSN: 2526-4958.

RODRIGUES, Allan da Silva; RIBEIRO, Isa Paula Zacarias. Jornal a república e o IHGRN: espaços de recepção e reprodução das idéias elitistas estaduais *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RN, 2., 2006, Caicó, RN. **Anais [...]**. Caicó, RN: APUH-RN, 2006. p. 11-19. Disponível em: <http://www.rn.anpuh.org/2016/assets/downloads/ANAIS-II.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SANTOS, Francisco Ruas. A modernização do instituto. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, v.147, n. 350, p. 99-100, jan./mar. 1986. Disponível em: https://drive.google.com/open?id=0B_G9pg7CxKSsNnQ4V1ZHSmh0VnM. Acesso em: 18 jan. 2019.

SANTOS, Valéria Silva; LIMA, Marcos Galindo; SOARES, Sandra Verríssimo. Informação e memória arquivística: o custodialismo e outras discussões paradigmáticas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3024/15.%20INFORMA%20%2087%20%2083O%20E%20MEM%20%2093RIA%20ARQUIV%20%208dSTICA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 jan. 2019.

SANTOS, Valéria Silva. **Memória Das Lutas No Campo**: gestão dos fluxos de informação memorial em Pernambuco. Pernambuco: UFPE, 2015.

SARACEVIC, Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das letras. 1993.

SILVA, Armando Malheiro da. **A Informação**: Da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico. Porto: CETAC.Media; Edições Afrontamento, 2006. 176 p.

SILVA, Armando Malheiro da. Mediação e mediadores em Ciência da Informação. **Prisma.com**, n. 9, p. 1-37, 2010. ISSN: 1646-3153. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/2057/3098>. Acesso em: 20 dez. 2019.

SILVA, Armando Malheiro da. **Conservar para quê?** Porto: Universidade do Porto, 2005.

SILVA, Armando Malheiro da. A transição paradigmática e o posicionamento da museologia face à ciência da informação transdisciplinar. In: DUARTE, Zeny (org.). **Arquivos, bibliotecas e museus**: realidades de Portugal e Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013. p.17-38. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16811/1/arquivos_bibliotecas_museu_repositorio.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

SILVA, Igor Oliveira da; MARTINS, Gracy Kelli. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: casa da memória da sociedade Potiguar. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)**, 19., 2018, Londrina, PR. **Anais [...]. Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina**, 2018. p. 6620-6627. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1401/1809. Data de acesso: 27 jan. 2020.

SILVA, Igor Oliveira da; MARTINS, Gracy Kelli. O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)**, 20., 2019, Florianópolis, SC. **Anais [...]. Florianópolis, SC: ANCIB**, 2019. Não pag. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1309>. Data de acesso: 26 jan. 2020.

SILVA, Igor Oliveira da. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: Locus do custodialismo da memória potiguar. In: **ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**, 21., 2018, Recife, PE. **Anais [...]. Recife: EREBD**, 2018, p. 401-413. Disponível em: https://www.academia.edu/38669640/XXI_ENCONTRO_REGIONAL_DOS_ESTUD

ANTES_DE_BIBLIOTECONOMIA_DOCUMENTA%C3%87%C3%83O_CI%C3%84NCIA_E_GEST%C3%83O_DA_INFORMA%C3%87%C3%83O. Acesso em: 24 jan. 2020.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A 3ª geração dos Annales: cultura histórica e memória. In: CURY, Cláudia Engler. et al. **Cultura Histórica e Historiografia: legado e contribuições históricas do século XX**. João Pessoa: Ed. UFPB. 2010.

SOARES, Ana Paula Alves; PINTO, Adilson Luiz; SILVA, Armando Malheiro da. O paradigma pós-custodial na arquivística. **Páginas a&b**. s.3, n. 4, p. 22-39, 2015. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/download/996/905>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SOARES, José Carlos de Macedo. No Uruguai: discurso do embaixador José Carlos de Macedo Soares, em 27 de maio de 1943. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 179, p. 151-154, abr./jun. 1943. Disponível em: https://drive.google.com/open?id=0B_G9pg7CxKSsZm96NTc1MTFpbjA. Acesso em: 22 dez. 2019.

SOBRAL, Gustavo. **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: monumentos, relíquias, obras de arte, personagens, documentos e livros**. Natal: IHGRN, 2017.

SOBRAL, Gustavo; SILVA, Igor Oliveira da. Relatório da biblioteca, arquivo e museu. **Revista do IHGRN**. Natal, RN, n. 96, p.73-84, 2018. ISSN: 2526-4958.

SOBRAL, Gustavo; NETO SEGUNDO, Pedro Simões; SILVA, Igor Oliveira da. Relatório da biblioteca, arquivo e museu. **Revista do IHGRN**, Natal, RN, n. 97, p. 73-84, 2018. ISSN: 2526-4958.

SOBRAL, Gustavo; MENEZES, André Felipe P. F. M; SILVA, Igor Oliveira da; MELO, Cristiane França Bezerra de. Política de formação e desenvolvimento de coleções. **Revista do IHGRN**, Natal, RN, n. 97, p.85-90, 2018. ISSN: 2526-4958.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2013/10/spivak-pode-o-subalterno-falar.pdf>. Acesso em 14 abr. 2019.

SUCHMAN, Mark C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p.571-610, 1995. Disponível em: <http://www.downloadmaghaleh.com/wp-content/uploads/edd/9817.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2019.

THIESEN, Icléia. **Memória Institucional**. João Pessoa: editora UFPB, 2013.

VARELA, Aida Varela. BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. Bibliotecas, arquivos e museus: agentes de universalização do conhecimento. In: DUARTE, Zeny (org.). **Arquivos, bibliotecas e museus: realidades de Portugal e Brasil**. Salvador: EDUFBA,

2013. p.17-38. Disponível em:
https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16811/1/arquivos_bibliotecas_museu_repositorio.pdf

VATTIOMO, Gianni. **O fim da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 12-21, jan./abr. 1993. ISSN 1518-8353. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/512>. Acesso em: 24 jan. 2020.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis; APB, 1989. (Coleção Palavra-Chave, 1). Disponível em: http://abecin.org.br/e-books/colecao-palavra-chave/VERGUEIRO_Desenvolvimento_de_colecoes.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

WEHLING, Arno. **De formigas, aranhas e abelhas**: Reflexões sobre o IHGB. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2010. 234 p.

ZILLI, Gabriela. A presença da memória na arte contemporânea e seus desdobramentos. Conexões Culturais – **Revista de Linguagens, Artes e Estudos em Cultura** - V. 02, nº 01, ano 2016, p. 88-90.

YI-FU TUAN. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL difusão editora. 1983.

YI-FU TUAN. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL difusão editora. 1980.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa intitula-se: **INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: relação entre preservação da identidade potiguar com a memória nacional** e está sendo desenvolvida pelo pesquisador **IGOR OLIVEIRA DA SILVA**, aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB), sob a orientação da Profa. Dra. GRACY KELLI MARTINS GONCALVES.

O objetivo principal do estudo é: identificar quais as práticas de preservação, organização e disseminação da memória nacional que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte pode adotar, a fim de viabilizar o acesso e efetivo uso das informações contidas nos registros documentais existentes sobre sua guarda. Como objetivo secundário: pretende-se discutir os embricamentos existentes entre os paradigmas custodial e pós-custodial; compreender qual entendimento de memória nas múltiplas áreas do conhecimento; apontar a relevância dos Institutos Históricos e Geográficos para a construção da memória nacional e por fim, analisar as ações que a biblioteca, o arquivo e o museu do IHGRN realizam para a preservação da memória do Estado do RN.

A finalidade deste trabalho é contribuir para que a sociedade potiguar tenha conhecimento da fonte de informação que é o IHGRN e como o acesso aos registros documentais podem facilitar a construção e reconstrução da memória do estado potiguar. De forma que ela possa conhecer sua história e os valores culturais que compõe a identidade potiguar, facilitando convívio com os demais integrantes da sociedade, além de se tornarem membros participes na transmissão dos valores culturais para as futuras gerações.

Solicitamos a sua colaboração para nossa entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Ciência da Informação e publicar em revista científica da área. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos também que essa pesquisa não oferece riscos para saúde dos pesquisados, no entanto, poderá haver algum desconforto psicológico, para que isso não venha ocorrer, será escolhido um local privado sem a presença de pessoas alheias ao estudo, enquanto que, em contrapartida, os benefícios obtidos com este trabalho serão importantíssimos e traduzidos em esclarecimentos para a população estudada.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

O pesquisador responsável está a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento. Como trata-se de um documento elabora em duas laudas, a primeira deverá ser rubricada por mim e pelo pesquisador responsável e a segunda assinado por ambos.

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato do Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o pesquisado Igor Oliveira da Silva.

Endereço Rua Baía de São Marcos, Alecrim, Natal/RN.

Email: igor_oliveira1993@hotmail.com.

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba
Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: **comitedeetica@ccs.ufpb.br**

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DIRECIONADO A MEMBROS DA
PRESIDÊNCIA DO IHGRN**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

1. Quais são as atividades que compete a presidência do IHGRN e dentre elas, quais ações são desenvolvidas direcionadas ao acervo?
2. O IHGRN possui parceria com outras instituições que contribuem de alguma forma para manutenção do acervo?
3. O acervo é uma questão prioritária ou existem outros desafios sobrepostos?
4. Qual a intenção da Instituição em preservar da memória do Rio Grande do Norte?
5. No atual contexto em que a cultura é desvalorizada, como o instituto faz para reafirmar seu lugar na sociedade?
6. Dentro do planejamento institucional, qual a previsão de reabertura do acervo para a comunidade?
7. Após o termino do projeto que está sendo executado, outros projetos viram para dar continuidade ao atual?
8. Quis planejamentos de preservação quanto a temperatura, iluminação, incêndio e demais sinistros?
9. Quais os principais desafios que o IHGRN enfrenta atualmente?

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DIRECIONADO A DIRETORIA DO SETOR DE
ARQUIVO, BIBLIOTECA E MUSEU**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

1. Quais são as atividades desenvolvidas pelo diretor de arquivo, biblioteca e museu?
2. Quais são as especificidades de cada uma dessas três segmentações?
3. Tendo em vista que os documentos do arquivo são únicos e devem ser preservados, como proporcionar o acesso aos usuários?
4. Quanto ao acervo bibliográfico, existe alguma comissão de formação e desenvolvimento de coleções, quais critérios de para inserir ou descartar obras do acervo?
5. Quais exposições existe no museu e como a Instituição consegue dinamiza-lo a fim de combater a ideia de que o museu é um espaço para guarda de coisas antigas?
6. Quais os principais desafios que o setor de arquivo, biblioteca e museu enfrentam atualmente?

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DIRECIONADO PARA OS FUNCIONÁRIOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

- **A) Aspectos organizacionais:**

1. O acervo em algum momento já foi catalogado e/ou classificado para que os usuários pudessem ter conhecimento de como o acervo é composto?
Não () Sim (); Se sim, como e em que os dados do acervo bibliográfico e arquivístico eram armazenados?
2. Atualmente, o acervo institucional se encontra organizado de forma integral ou parcial?
Integral () parcial (); Se parcial, como se encontra o processo de organização dos materiais bibliográficos e arquivístico?
3. A Instituição faz uso de algum sistema automatizado de registro?
Não () Sim (); caso não utilize, há algum projeto para organização do acervo e registro dos materiais em meio digital?
4. A Instituição desenvolve utiliza algum instrumento de disseminação da informação para que os usuários tenham conhecimento dos materiais disponíveis em seu acervo?
Não () Sim (). Se sim, quais?

- **B) Aspectos de usabilidade:**

1. Os pesquisadores e demais usuários que buscaram o instituto no contexto anterior as modificações implementadas nos últimos anos, tinham acesso ao acervo de forma instantânea ou mediante agendamento?
2. O IHGRN ofertou em algum momento da sua história, serviço de empréstimo de livros ou fotocópia para os usuários terem acesso ao acervo fora do espaço institucional? Se sim, quais serviços e custos?

3. No histórico da Instituição o acervo sempre foi de acesso público ou houve restrições de acesso quanto ao público ou tipologia documental?

Sim () Não () Se sim, quais as reinserções?

4. Atualmente, o acervo se encontra parcialmente ou integralmente acessível para uso dos pesquisadores?

Se não, existe alguma previsão? Se sim, O que está disponível?

- **C) Aspectos de preservação:**

1. Existe algum mecanismo de preservação (conservação preventiva ou reparadora; higienização; restauração) no acervo institucional para um acondicionamento satisfatório? Se sim, quais.
2. A Instituição oferece aos pesquisadores Equipamentos de Proteção Individual (EPI), utilizados para proteger os usuários, profissionais e os suportes informacionais do desgaste? Se sim, quais?
3. Se tratando de um acervo com obras seculares como o do IHGRN, houve perda parcial ou integral de obras ao longo dos anos, devido ao constante manuseio ou pela falta de acondicionamento apropriado? Se sim, qual?
4. Quais projetos já foram ou estão sendo desenvolvidos no IHGRN para preservação e/ou digitalização dos suportes?

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP/UFPB

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: relação entre preservação da identidade potiguar com a memória nacional

Pesquisador: IGOR OLIVEIRA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 21757119.1.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA UFPB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.611.839

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa egresso do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, do CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, do aluno IGOR OLIVEIRA DA SILVA, sob orientação da Profª. Dra. GRACY KELLI MARTINS GONCALVES.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Identificar quais as práticas de preservação, organização e disseminação da memória nacional o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte poderá adotar, a fim de viabilizar o acesso e efetivo uso das informações contidas nos registros documentais existentes sobre sua guarda.

Objetivos Secundários:

- Discutir os embricamentos existentes entre os paradigmas custodial e pós-custodial; - Compreender qual entendimento de memória nas múltiplas áreas do conhecimento;
- Apontar a relevância dos Institutos Históricos e Geográficos para a construção da memória nacional;

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 3.611.839

- Analisar as ações que a biblioteca, o arquivo e o museu do IHGRN realizam para a preservação da memória do Estado do RN.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O presente estudo não oferece riscos para saúde dos pesquisados, no entanto, poderá haver algum desconforto psicológico, para que isso não venha ocorrer, será escolhido um local privado sem a presença de pessoas alheias ao estudo.

Benefícios:

Os benefícios obtidos com este trabalho serão importantíssimos e traduzidos em esclarecimentos para a população estudada.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca, principalmente, identificar quais as práticas de preservação, organização e disseminação da memória nacional o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte poderá adotar, a fim de viabilizar o acesso e efetivo uso das informações contidas nos registros documentais existentes sobre sua guarda.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de Apresentação Obrigatória foram anexados tempestivamente.

Recomendações:

RECOMENDAMOS QUE, CASO OCORRA QUALQUER ALTERAÇÃO NO PROJETO (MUDANÇA NO TÍTULO, NA AMOSTRA OU QUALQUER OUTRA), O PESQUISADOR RESPONSÁVEL DEVERÁ SUBMETTER EMENDA SOLICITANDO TAL(IS) ALTERAÇÃO(ÕES), ANEXANDO OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.

RECOMENDAMOS QUE AO TÉRMINO DA PESQUISA O PESQUISADOR RESPONSÁVEL ENCAMINHE AO COMITÊ DE ÉTICA PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, RELATÓRIO FINAL E DOCUMENTO DEVOLUTIVO COMPROVANDO QUE OS DADOS FORAM DIVULGADOS JUNTO À INSTITUIÇÃO ONDE OS MESMOS FORAM COLETADOS, AMBOS EM PDF, VIA PLATAFORMA BRASIL, ATRAVÉS DE NOTIFICAÇÃO,

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



Continuação do Parecer: 3.611.839

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

TENDO EM VISTA O CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES ÉTICAS E LEGAIS, SOMOS DE PARECER FAVORÁVEL A EXECUÇÃO DO PRESENTE PROJETO DE PESQUISA, DA FORMA COMO SE APRESENTA, SALVO MELHOR JUÍZO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1420213.pdf	24/09/2019 10:34:12		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	7_TERMOS_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.pdf	24/09/2019 10:33:49	IGOR OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Outros	6_INSTRUMENTO_PARA_COLETA_DE_DADOS.pdf	24/09/2019 10:33:41	IGOR OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Orçamento	5_PREVISAO_ORCAMENTARIA.pdf	24/09/2019 10:33:25	IGOR OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Cronograma	4_CRONOGRAMA_DE_EXECUCAO.pdf	24/09/2019 10:33:14	IGOR OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	3_PROJETO_DETALHADO.pdf	24/09/2019 10:33:03	IGOR OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Outros	2_CERTIDAO_DE_APROVACAO.pdf	24/09/2019 10:32:38	IGOR OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	1_FOLHA_DE_ROSTO.pdf	24/09/2019 10:32:18	IGOR OLIVEIRA DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 3.611.839

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 01 de Outubro de 2019

Assinado por:

**Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))**

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**ANEXO B – CARTA ENCAMINHADA AO IHGRN INDICANDO DOAÇÃO DE
DOCUMENTOS**

São Paulo, 30 de Julho de 2019.

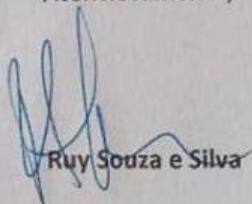
Ao
IHGRN – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
Rua da Conceição, 622 – Cidade Alta, Natal/RN
CEP: 59025-270

Prezados Senhores,

Sou um colecionador de História Brasileira e envio como **doação** os documentos juntados que adquiri ao longo dos anos em leilões e/ou feiras de antiguidades aqui em São Paulo.

Para seu dispor como bem entenderem.

Atenciosamente,


Ruy Souza e Silva

**ANEXO C – OFICIO INDICANDO APROVAÇÃO DE EMENDA PARLAMENTAR
PARA O IHGRN**

